

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FEI
WELLINGTON SILVA BALDO

BANCOS E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: as práticas publicadas
pelas cinco maiores organizações do setor no Brasil

São Paulo
2013

WELLINGTON SILVA BALDO

BANCOS E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: as práticas publicadas
pelas cinco maiores organizações do setor no Brasil

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Centro Universitário da FEI para obtenção do
título de Mestre em Administração de
Empresas, orientado pela Profa. Dra. Carmen
Augusta Varela.

São Paulo
2013

AGRADECIMENTOS

Ao folhear as últimas versões deste trabalho, flagrei-me refletindo sobre o esforço e dedicação empenhados em sua construção. Porém, tal reflexão não teve como personagem principal a minha pessoa, e sim aqueles que, de uma maneira ou de outra, disponibilizaram a sua energia para que esse projeto acontecesse. Gostaria de registrar aqui os meus mais sinceros agradecimentos a cada um de vocês.

À minha esposa, Raquel Paul Leitão Baldo, deixo um agradecimento especial. Sem o seu suporte esta conquista não seria viável. Obrigado pelo companheirismo, paciência, carinho, acolhimento, conselhos e diversas outras atitudes que somente você é capaz de proporcionar.

À minha família, especialmente, Wilians, Wanda e Guilherme, por todo o suporte e tempo despendido nos inúmeros pedidos de ajuda.

À minha orientadora, Prof. Carmen Augusta Varela, que a cada conversa proporcionou um novo ponto de vista e uma nova forma de refletir sobre o trabalho.

À Prof. Isabella Francisca Freitas Gouveia de Vasconcelos que, além de trazer críticas importantes ao trabalho durante a sua qualificação, intermediou a minha ida à França.

Ao Prof. Richard Soparnot, que me recebeu e me apoiou durante a minha estada em seu país.

Ao Prof. Edmilson Alves de Moraes, que trouxe reflexões valiosas na qualificação deste projeto.

À Carmen da Silva Carlos, pelas diversas vezes que me auxiliou, sempre com um sorriso no rosto, com documentos e processos internos da universidade.

Ao Itaú Unibanco, em especial a Denise T. Hills, Denise Gibran Nogueira, Maria Eugênia Sosa Taborda e toda a equipe de sustentabilidade, pelo constante apoio para o cumprimento deste desafio.

*Tem um sentido a minha vida? A vida de um
homem tem sentido? Posso responder a tais
perguntas se tenho espírito religioso. Mas,
“fazer tais perguntas tem sentido?”
Respondo: “Aquele que considera sua vida e a
dos outros sem qualquer sentido é
fundamentalmente infeliz, pois não tem motivo
algum para viver”.*

Albert Einstein

RESUMO

Enquanto a credibilidade das organizações financeiras de todo o mundo tem sido questionada devido à crise financeira desencadeada em 2008, os bancos brasileiros vêm se destacando ao receber prêmios internacionais relacionados à temática da sustentabilidade. Nesse contexto, o presente estudo se propôs a compreender as práticas publicadas dos cinco maiores bancos brasileiros em total de ativos, sob o ponto de vista da sustentabilidade. Para cumprir esse objetivo, utilizou-se da pesquisa documental de caráter descritivo e de natureza quantitativa. A aplicação desse método se deu por meio do desenvolvimento de uma matriz de indicadores de responsabilidade socioambiental, a qual foi confrontada com os relatórios oficiais do biênio 2011/2012 e com os *websites* das organizações analisadas. Os resultados do estudo identificaram que as agendas de sustentabilidade dos principais bancos brasileiros mostraram-se avançadas em práticas de transparência, em iniciativas de ecoeficiência, no estabelecimento de políticas de avaliação de risco socioambiental para a cessão de crédito e na presença de produtos e serviços financeiros com adicionalidades socioambientais. No entanto, a remuneração variável atrelada a iniciativas socioambientais e a exclusão de setores polêmicos de seus relacionamentos comerciais são algumas das oportunidades de avanço para essas organizações.

Palavras-chave: Setor bancário, Sustentabilidade, Responsabilidade socioambiental.

ABSTRACT

At the same time that the credibility of financial organizations around the world has been questioned due to the financial crisis which began in 2008, Brazilian banks have stood out to receive international awards related to sustainability issues. In this context, this study aimed to understand the practices published by the five largest Brazilian's banks in total assets, from the point of view of sustainability. To achieve this purpose, it was used the documentary research, with a descriptive feature and a quantitative nature. The application of this method used a base of social and environmental responsibility indicators, which was confronted with the official reports of the 2011/2012 period and the websites of the organizations analyzed. The study results identified that sustainability agendas of major Brazilian's banks were advanced on transparency practices, in eco-efficiency initiatives, in establishment policies for social and environmental credit risk assessment and the presence of financial products and services with social and environmental additionality. However, the variable compensation related to green initiatives and the exclusion of controversial sectors of their business relationships are some of the opportunities for these organizations.

Keywords: Banking sector, Sustainability, Social environmental responsibility.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PROBLEMA DE PESQUISA	12
2.1	Formulação da situação-problema	12
2.2	Problema de pesquisa	13
2.2.1	Questão principal	13
2.2.2	Objetivo geral, objetivos específicos e importância do estudo	13
2.3	Delimitação da pesquisa	14
3	REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1	Desenvolvimento sustentável.....	16
3.2	A responsabilidade socioambiental (RS)	20
3.3	O setor bancário e a responsabilidade socioambiental.....	25
3.3.1	Setor bancário e suas operações	25
3.3.1.1	Tipos de Instituições Bancárias no Brasil	28
3.3.2	A relação da responsabilidade socioambiental com o setor bancário	29
3.3.3	O sistema bancário brasileiro e a responsabilidade socioambiental.....	33
3.3.4	Práticas de responsabilidade socioambiental no setor bancário	35
3.3.4.1	Compromissos voluntários.....	45
4	METODOLOGIA	49
4.1	Pesquisa documental de caráter descritivo.....	50
4.1.1	Universo da amostra	52
4.1.2	Categorias e conceitos	54
4.2	Pesquisa quantitativa, coleta e compilação dos dados	58
4.2.1	Coleta e compilação dos dados.....	59
5	ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÕES	61
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA	77
	REFERÊNCIAS	80
	APÊNDICE A - Fichas de controle	89

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre a temática do desenvolvimento sustentável, além de considerarem a conceituação do termo, também envolvem a definição dos papéis dos diversos agentes da economia, dentre eles, o das organizações privadas. Estas, por sua vez, são cada vez mais pressionadas por uma sociedade que vem intensificando as suas reivindicações para a inserção de variáveis socioambientais na execução e na tomada de decisões de seus negócios.

Os bancos encontram-se, também, nesse mesmo contexto. Devido às características de seu negócio, o qual, de maneira geral, atua na transferência de recursos financeiros de uma fonte excedente para uma outra deficiente, as empresas bancárias são capazes de influenciar na maneira e na finalidade pela qual o dinheiro é movimentado. Como há possibilidade de se considerar aspectos de sustentabilidade na tomada de decisão de investimentos e/ou cessão de crédito, por exemplo, diversos são os movimentos sociais que buscam fazer com que as organizações financeiras trabalhem de uma maneira mais sustentável.

Exemplo disso é o Bank Track, uma organização não governamental que monitora as atividades financeiras dos maiores bancos privados do mundo, identificando e mobilizando a sociedade diante das suas decisões de investimentos ou de financiamentos que podem viabilizar algum impacto socioambiental, como foi o caso do banco francês BNP Paribas, que teve a sua cessão de crédito para a exploração de carvão questionada diante de seu posicionamento institucional relacionado à sustentabilidade (BANK TRACK, 2013).

Jeucken e Bouma (1999) procuraram explorar essa temática nas operações dos bancos de diversos países, identificando práticas e comparando-as entre as organizações. Embora aplicando um método diferente do utilizado por esses autores, a mesma linha de pesquisa foi realizada por Scholtens (2008), que deixou evidentes os indicadores e a maneira de comparação entre as organizações. Em nenhum desses estudos, entretanto, os bancos brasileiros foram considerados.

Diante disso e dos diversos reconhecimentos internacionais que os bancos brasileiros receberam nos últimos anos, entendeu-se como uma oportunidade utilizar-se do embasamento criado pelos autores mencionados acima, bem como das novas discussões sobre a responsabilidade socioambiental no setor bancário, para desenvolver uma pesquisa que procura compreender as práticas de sustentabilidades publicadas pelas organizações desse setor no Brasil.

Dessa forma, o presente estudo procura criar uma estrutura lógica que promova a compreensão sobre o tema da sustentabilidade, ao mesmo tempo em que gera a reflexão sobre a sua aplicação no setor bancário. Para tanto, a pesquisa inicia-se com o desenvolvimento da situação problema, na qual se buscou justificar a necessidade de se aprofundar esse conhecimento sobre a atuação dos bancos brasileiros. Nesse capítulo, também foi estabelecida a pergunta de pesquisa, bem como os objetivos gerais e específicos no intuito de se criar uma referência ao desenvolvimento do trabalho. Além disso, realizou-se uma reflexão sobre os limites deste estudo.

Posto o desafio, partiu-se para a revisão bibliográfica. Nesse item, a estratégia assumida iniciou-se pelo estudo do desenvolvimento sustentável, buscando explorar os seus conceitos e empreender discussões sobre a sua amplitude. Em um segundo momento, estabeleceu-se um recorte e focou-se na compreensão de sua aplicação no mercado privado, considerando, principalmente, os aspectos da responsabilidade socioambiental (RS). Diante dessas informações, mais um recorte foi realizado para melhor entender como os bancos poderiam promover a agenda do desenvolvimento sustentável por meio de iniciativas em RS. Do mesmo modo, buscou-se levantar as especificidades do setor bancário brasileiro diante desse tema.

Pautando-se nas informações e reflexões levantadas durante a revisão bibliográfica, assim como nos objetivos gerais e específicos, a metodologia foi estabelecida. Utilizou-se da pesquisa documental de caráter descritivo e de natureza quantitativa para cumprir com a pergunta de pesquisa e com os objetivos propostos. Na definição da amostra, utilizou-se o volume de ativos como critério para ordenar as organizações e decidiu-se por trabalhar com as cinco maiores organizações bancárias brasileiras.

Além disso, foi desenvolvida uma matriz de indicadores, a partir das iniciativas apontadas pela literatura e dos documentos considerados neste estudo, para orientar a identificação das práticas de responsabilidade socioambiental desenvolvidas pelas organizações analisadas. Esse mapeamento utilizou-se dos relatórios oficiais e dos *websites* dos cinco maiores bancos do país.

O capítulo seguinte procurou analisar os resultados e promover a reflexão sobre as informações obtidas. A partir dos indicadores, trabalhou-se na interpretação dos dados com o objetivo de possibilitar a compreensão das práticas de responsabilidade socioambiental. Como foi utilizada uma avaliação individual de cada organização, também foi possível compreender quais foram as principais iniciativas empregadas por elas, revelando possíveis oportunidades para a ampliação de suas atuações nas agendas de sustentabilidade. Por fim, realizou-se uma

averiguação que considerou as iniciativas de RS mapeadas frente às práticas citadas pelos autores referenciados nesta pesquisa.

Nas considerações finais deste estudo, procurou-se refletir sobre as possíveis oportunidades de pesquisa decorrentes deste trabalho. Tal reflexão buscou promover novas possibilidades de perguntas como forma de potencializar o avanço nesta linha de estudo. Além disso, discutiram-se aspectos de sua aplicação prática, assim como as suas limitações.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

2.1 Formulação da situação-problema

O estudo desenvolvido por Eccles e Serafin (2012) buscou demonstrar a capacidade de influência do mercado privado na economia global e, por meio da análise do resultado de vendas das mil maiores empresas do mundo, esses autores concluíram que 73% do Produto Interno Bruto dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) são impactados pelas operações dessas organizações.

Dentro desse contexto de influência do mercado privado, encontram-se, também, as instituições bancárias, as quais são responsáveis pela intermediação das movimentações financeiras entre os diversos agentes dessa economia por meio de seus produtos e serviços. Ao captar recursos e destiná-los nas operações de crédito ou de investimentos, por exemplo, elas são capazes de orientar o fluxo monetário (JEUCKEN; BOUMA, 1999).

Porém, os bancos foram responsabilizados pelas crises financeiras vivenciadas nas últimas décadas e a forma como executavam as suas atividades passou a ser questionada pela sociedade (SAM, 2012). Diante disso, a cobrança pela inserção de uma visão de longo prazo e a consideração de aspectos além daqueles puramente financeiros, reforçou o papel dessas organizações financeiras na construção de uma sociedade mais sustentável (PAULET; RELANO, 2009).

A aplicação desse pensamento, por meio de práticas que garantam o compromisso dessas organizações com aspectos além do lucro, tornaram-se vitais para a concretização da agenda do desenvolvimento sustentável. É nesse âmbito que o setor bancário brasileiro vem recebendo destaque ao ser reconhecido por concursos, como o realizado pelo jornal *Financial Times* (“*FT Sustainable Banking Awards*”) que apontou os bancos ABN AMRO Real (2006) e o Itaú Unibanco (2009 e 2010) como o “Banco mais Sustentável em Mercados Emergentes” (*Emerging Markets Sustainable Bank of the Year*), e novamente o Itaú Unibanco como o “banco mais sustentável do mundo” (*Sustainable Bank of the Year*) em 2010 (FINANCIAL TIMES, 2012a; FINANCIAL TIMES, 2012b; FINANCIAL TIMES, 2012c). O Santander Brasil e o Bradesco, por sua vez, foram ressaltados por integrarem a lista da revista norte-americana *Newsweek* como os primeiro e segundo, respectivamente, bancos mais verdes do mundo (NEWSWEEK, 2013).

Tendo em vista que esses tipos de reconhecimentos consideram o papel dos bancos em uma sociedade em que a economia privada representa grande parte da riqueza mundial e que, dentro desse contexto, a integridade do setor bancário encontra-se em contestação frente ao desafio da construção de um desenvolvimento sustentável, surge o interesse de se compreender as práticas relacionadas à responsabilidade socioambiental que fazem do setor bancário brasileiro um agente diferenciado diante das diversas organizações mundiais desse ramo.

2.2 Problema de pesquisa

O presente estudo trata do tema da responsabilidade socioambiental (RS) no setor bancário e foi desenvolvido de forma a responder a uma questão principal (pergunta de pesquisa).

2.2.1 Questão principal

Quais são as práticas publicadas pelos cinco maiores bancos em total de ativos do setor no Brasil, sob o ponto de vista da responsabilidade socioambiental?

2.2.2 Objetivo geral, objetivos específicos e importância do estudo

O objetivo geral deste trabalho é compreender as práticas dos cinco maiores bancos brasileiros, sob o ponto de vista da sustentabilidade, por meio do estudo de suas iniciativas publicadas em documentos oficiais no biênio 2011/2012.

Para alcançá-lo, seguiu-se os seguintes objetivos específicos:

- a) compreender o histórico e os conceitos de desenvolvimento sustentável, bem como os de responsabilidade socioambiental;

- b) apresentar as formas de aplicação da responsabilidade socioambiental no setor bancário;
- c) identificar as práticas publicadas em relatórios de responsabilidade socioambiental e em *websites* dos cinco maiores bancos brasileiros em total de ativos.

O estudo busca contribuir para a linha de pesquisa iniciada por Jeucken (2001) e Scholtens (2008), complementado-a com informações sobre a atuação do setor bancário brasileiro no tema da responsabilidade socioambiental. Além disso, este trabalho poderá ser outra fonte de informação capaz de subsidiar a compreensão sobre a evolução das práticas do setor bancário em relação a esse tema, bem como poderá demonstrar possíveis direcionamentos para o desenvolvimento de iniciativas nessa área. Acredita-se, também, que essa pesquisa poderá gerar valor não só para o setor bancário, mas para outros segmentos com oportunidade de aplicar iniciativas de cunho socioambiental.

2.3 Delimitação da pesquisa

O escopo deste trabalho compreende o estudo das iniciativas publicadas pelos bancos brasileiros em documentos oficiais relacionados com o tema da responsabilidade socioambiental. Desse modo, outros tipos de práticas não foram contemplados nesta pesquisa. O estudo foca na coleta de informações divulgadas em documentos ou em *websites* das empresas que compuseram a amostra, portanto, não se mapearam as iniciativas publicadas em outros canais. Ainda com relação à coleta de informações, acessaram-se os documentos oficiais dos bancos em seus respectivos *websites* no mês de julho de 2012, enquanto os sites de sustentabilidade foram analisados em relação ao mês de fevereiro de 2013.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Visto que o objetivo deste estudo visa a compreender as práticas de RS publicadas pelos bancos brasileiros, o referencial teórico para sustentá-lo foi construído de forma a promover o entendimento sobre o tema em análise e, ao mesmo tempo, possibilitar o levantamento de subsídios que pudessem pautar o desenvolvimento da metodologia e a avaliação dos resultados da pesquisa. Assim, procurou-se partir de uma visão mais ampla, no intuito de se construir embasamento para se chegar à especificidade das iniciativas relacionadas à responsabilidade socioambiental aplicadas pelos bancos. Na Figura 01, é ilustrado o fluxo utilizado.

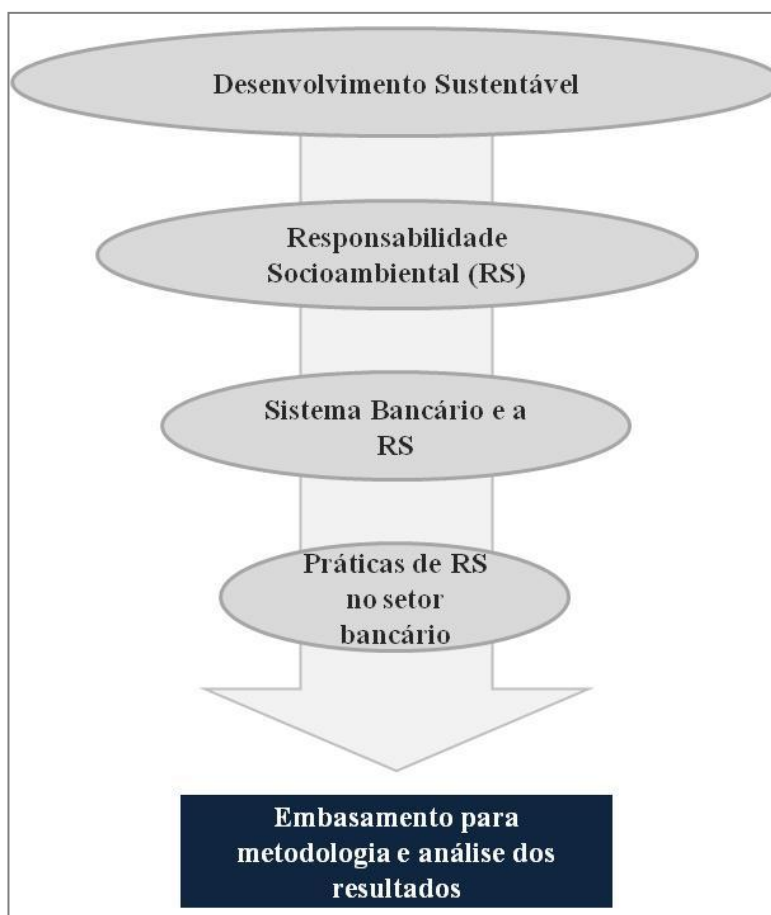


Figura 01- Fluxo do referencial teórico.
Fonte: Autor.

Este capítulo, portanto, procurará, primeiramente, explorar o significado de desenvolvimento sustentável, assim como descrever seu histórico e suas definições. Após, serão discutidas questões relativas à responsabilidade socioambiental (RS) e à sua aplicação no meio empresarial, mais especificamente no setor bancário. Nesse sentido, far-se-á um

levantamento de informações sobre as operações nesse setor, privilegiando a especificidade da realidade brasileira e suas relações com a RS. Por fim, elencam-se as atividades de instituições bancárias que remetem à responsabilidade socioambiental.

3.1 Desenvolvimento sustentável

A humanidade avançou em diversos aspectos relacionados à sustentabilidade, contudo, ela ainda se depara com alguns fatores que geram risco à sua perenidade. A pobreza, o desmatamento e o aquecimento global são exemplos de desafios enfrentados pela sociedade. Todavia, não é de agora que esses aspectos vêm sendo percebidos. A Revolução Industrial desencadeou uma nova forma de interação entre o homem e o meio ambiente, acarretando a exploração intensificada dos recursos naturais para suprir as demandas materiais que a cultura do consumo lhe impôs (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2008; BARET, 2010). Tal comportamento promoveu, nos EUA, o nascimento dos primeiros movimentos sociais em prol da proteção ambiental na segunda metade do século XIX (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2008).

A partir de então, o aumento da concentração da população em áreas urbanas com infraestrutura inadequada para a manutenção da saúde pública, os processos produtivos que ocasionavam a poluição do ar, da água e do solo, a exploração da mão de obra, a concentração da pobreza, entre outros fatores, fizeram com que os movimentos ambientalistas aliassem forças com outras reivindicações da sociedade, como por exemplo, movimentos pacifistas, feministas e diretos civis, e potencializassem o eco de seus questionamentos na sociedade. Para Kraemer (2002), a conjuntura cultural, política e social do final dos anos 70 promoveu o aumento da sensibilização da sociedade referente à escassez dos recursos naturais, gerando reivindicações para a solução desse problema, ao mesmo tempo em que causava discussões sobre a relação do homem, consumo e meio ambiente.

Somando-se a isso, em 1968, um grupo de estudiosos dos campos da diplomacia, da indústria, da academia e da sociedade civil se reuniu no denominado Clube de Roma e assumiu o compromisso de disseminar, frente aos líderes mundiais e tomadores de decisão, a reflexão sobre as consequências de longo prazo da manutenção do desenvolvimento que vinha sendo colocado em prática na época. Porém, tal grupo conseguiu maior destaque na sociedade quando, em 1972, lançou o seu primeiro relatório, intitulado “Os Limites do Crescimento” (“*The Limits to Growth*”). Esse material, encomendado pelo Clube de Roma a cientistas do

Instituto de Tecnologia da Universidade de *Massachusetts*, explorou diversos cenários que demonstravam visões pessimistas quanto ao crescimento do consumo de materiais (frente ao inchaço populacional e ao modelo econômico assumido) e ao esgotamento dos recursos naturais. Sua divulgação gerou importante repercussão em diversas agendas mundiais que, por sua vez, começaram a considerar tal problemática em suas discussões (CLUBE DE ROMA, 2012).

Nesse cenário, surge, por iniciativa das Organizações das Nações Unidas (ONU), a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972. Nesse encontro, a discussão tendeu a tratar de soluções ambientais que acarretavam na redução do ritmo do crescimento econômico dos países, *trade off*, fato que incompatibilizava a proteção ambiental com a demanda material da sociedade da época. Inclusive, mostrava um cenário antagônico entre nações industrializadas que buscavam alternativas para seus problemas ambientais e países pobres que viam na industrialização uma oportunidade de desenvolvimento de sua sociedade (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2008). De toda forma, essa conferência deixou um legado positivo na luta pela preservação do meio ambiente em função da institucionalização dada a essa discussão (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2008; SACHS, 2000).

Além da institucionalização da problemática ambiental, Sachs (2000) ressalta que, por mais que nas discussões que antecederam esse encontro existissem duas vertentes radicais – uma que defendia o desenvolvimento industrial dos países, em detrimento a problemas ambientais, os quais seriam posteriormente neutralizados pelo avanço tecnológico; e outra que previa o término dos recursos naturais devido ao crescimento populacional e ao aumento do consumo –, o resultado desse encontro obteve o consenso entre as partes envolvidas quanto aos estudos que seriam encaminhados.

Com o transcorrer do tempo, a certeza da incompatibilidade entre o desenvolvimento e a proteção ambiental começou a ser desconstruída. Experiências vividas por alguns países mostraram a possibilidade do desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que o meio ambiente mantinha-se protegido e com a sociedade angariando melhorias na sua qualidade de vida. Somando-se a isso, países pobres perceberam que suas situações econômicas eram um dos principais motivos de degradação ambiental, uma vez que não possuíam recursos para potencializar sua proteção. Dessa forma, o desenvolvimento econômico passou a ser percebido como um aliado na manutenção dos recursos naturais e, consequentemente, direcionou as novas discussões rumo ao estabelecimento de modelos que pudessem se condizer com essa verdade (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2008).

A partir de então, o termo “desenvolvimento sustentável” passou a fazer parte das discussões sobre o modelo econômico assumido pela sociedade. Segundo Veiga (2005), esse termo tornou-se público oficialmente pela primeira vez, em 1979, no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento, realizado em Estocolmo. Porém, seu conceito se firmou com o resultado dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criado pela ONU em 1983. Essa comissão, em uma Assembleia Geral da ONU, em 1987, apresentou ao mundo, por meio do Relatório de Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável mais aceito atualmente. Tal documento trouxe o seguinte significado para esse termo:

“O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave:

- O conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;
- A noção de limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46).

Essa publicação também indica que os governos mundiais deveriam estabelecer como prioridade iniciativas de combate à pobreza, já que a miséria contribui para manter o planeta sujeito a catástrofes, sejam elas de ordem ecológica ou de outra natureza. Como esforço paralelo, foram aconselhadas a manutenção e a criação de atividades que promovessem a redução do crescimento populacional, a segurança alimentar, a recuperação de recursos naturais degradados e a proteção daqueles ainda existentes, o avanço na procura de formas alternativas de energia, o trabalho com as indústrias procurando produzir mais com menos, e que atentassem para o desafio do processo de urbanização.

A publicação desse relatório apresentou para o mundo, de forma organizada e institucionalizada, os novos desafios que o homem enfrentaria para conseguir manter o sistema que ele criou adequado às limitações do planeta e às necessidades atuais e futuras da sociedade. Além disso, tal produção também foi importante para potencializar a discussão sobre o tema e, como consequência, diversos autores questionaram a definição dada e trouxeram diferentes maneiras de se conceituar o desenvolvimento sustentável. Para Barbieri et al (2010), a crítica partiu do uso da palavra “sustentável”. Para esse estudioso, o termo “durável” seria mais apropriado por dar uma dimensão temporal ilimitada para o conceito.

Veiga (2005), por sua vez, acredita que o desenvolvimento sustentável procura atrelar o crescimento econômico à proteção do meio ambiente. Logo, para que isso ocorra, defende a necessidade da compreensão das interações e sobreposições das ciências sociais, que estudam

o comportamento humano, econômico e social, com as ciências biológicas, químicas e físicas, as quais explicam a evolução da natureza, geografia humana e ciência da organização do espaço. Dessa forma, ele considera que essa expressão afirma a possibilidade de conciliação entre o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais.

Para Sachs (2000), o desenvolvimento sustentável se equipara à definição de ecodesenvolvimento, a qual, em sua opinião, pauta-se na integração de aspectos sociais, ambientais e econômicos por meio do uso de critérios de sustentabilidade: i) social, via alcance de uma homogeneidade social, com uma distribuição de renda justa, em que há igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais; ii) cultural, mantendo o equilíbrio entre o respeito à tradição e inovação, com manutenção das características locais de cada região; iii) ecológica, na preservação da capacidade de a natureza gerar recursos renováveis e evitar o uso daqueles enquadrados como não renováveis; iv) ambiental, ao respeitar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais; v) territorial, nas configurações urbanas e rurais balanceadas com a melhoria do meio ambiente urbano, com proteção à diversidade biológica concomitantemente com a qualidade de vida das pessoas; vi) econômica, no desenvolvimento econômico equilibrado, com autonomia de pesquisa científica e tecnológica; e vii) política (nacional e internacional), com a apropriação dos direitos humanos e com nível razoável de coesão social.

Poucos anos depois, no prefácio do livro de Veiga (2005, p.10), Sachs acrescenta que o desenvolvimento sustentável deve ser desdobrado em “socialmente includente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo”.

Elkington (2001), por sua vez, baseando-se na análise crítica da aplicação do conceito definido no Relatório de Brundtland e em estudos de outros autores, como Stuart L. Hart¹, percebeu que o antigo ditado da administração que diz que “o que não pode ser medido será de difícil gerenciamento” também poderia ser aplicado para esse caso. Assim, ele deu origem ao tripé de sustentabilidade, chamado de *triple bottom line* que se pautou no economicamente viável, o socialmente justo e o ambientalmente responsável. Por meio desses três pilares, Elkington procurou demonstrar que a mensuração de resultado extrapolaria um único *bottom line*, conforme atual prática de mercado, e deveria considerar, também, variáveis e métricas ambientais e sociais.

¹ Stuart L. Hart é professor de administração na Cornell University's Johnson Graduate School of Management, onde fundou o *Center for Sustainable Global Enterprise*, como também atua como *fellow* na William Davidson Institute (University of Michigan) e é o presidente da *Enterprise for Sustainable World*.

Veiga (2011), em seus comentários sobre a edição brasileira 2012 da obra de Elkington, reforça a necessidade de esses aspectos serem trabalhados de forma integrada. Segundo o autor, a aplicação do desenvolvimento sustentável é impossibilitada quando essas variáveis são tratadas isoladamente. Outro ponto de consenso entre Veiga e Elkington é que, por mais que as empresas tenham avançado notoriamente na aplicação da sustentabilidade desde a primeira edição do livro que apresentou o tripé da sustentabilidade, ainda existe certa relutância por parte das organizações em estimular o pilar social. O pilar econômico e o ambiental já fazem parte do dia a dia de muitas empresas, porém, no que tange ao “combate às desigualdades internacionais e sociais, requisito da profunda mudança dos padrões de consumo, sem qual a sustentabilidade será reles quimera” (VEIGA, 2011, p.25), ainda é incipiente.

Já na avaliação de Pedroso (2007), que segue a mesma linha de raciocínio exposta por Elkington (2001), as empresas que adotam práticas de sustentabilidade devem acrescentar à sua operação o pilar da gestão de riscos. Esse autor defende que o risco é inerente a todos os negócios e, conseqüentemente, as organizações que os gerenciarem da melhor maneira aumentam a sua chance de perenidade. Logo, as instituições devem considerar os riscos corporativos no âmbito da sustentabilidade como mais um aspecto de seu gerenciamento.

Diante do exposto, percebe-se que ainda não há um consenso quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, pode-se perceber que, apesar de existir uma diferença em sua abrangência, grande parte dos autores aqui estudados teve como base de suas reflexões as questões sociais, ambientais e econômicas. Com isso, pode-se dizer que, ao se tratar de desenvolvimento sustentável, esses três aspectos devem ser atendidos.

3.2 A responsabilidade socioambiental (RS)

As discussões sobre o conceito de desenvolvimento sustentável envolvem diversos agentes, entre eles, o governo, a sociedade, as organizações não governamentais, os organismos multilaterais e o setor privado. Percebe-se, no entanto, que a aplicação desse conceito por cada um desses agentes pode assumir um formato e uma especificidade vinculados às suas características. Para o setor privado isso não é diferente, já que diversos termos são praticados com o intuito de traduzir o desenvolvimento sustentável para o dia a dia das empresas. Inclusive Waddock (2004) argumenta que a dificuldade de integração teórica

entre os conceitos elaborados pelos diferentes autores é derivada, em parte, da multidisciplinaridade das áreas do conhecimento que buscam encontrar o novo papel das empresas na sociedade.

Clifton e Amran (2011) mostram a inserção do desenvolvimento sustentável nas operações do mercado privado por meio do termo “sustentabilidade corporativa”, o qual abrange as atividades internas das organizações e o contexto social mais amplo, incluindo o avanço do bem-estar e da justiça social. Já Carroll (1979) utilizou o termo “responsabilidade social corporativa”, citando em seu trabalho que, embora esse assunto tenha começado a ser discutido na década de trinta, o maior impulso ao debate ocorreu por meio da publicação de Milton Friedman em 1970.

Para Friedman (1970), a responsabilidade social das empresas limita-se ao cerne de sua atividade: gerar lucro dentro das leis e dos costumes éticos da sociedade nas quais as organizações estão inseridas. Para esse autor, uma instituição privada, ao originar lucros, faz com que ela seja capaz de pagar impostos ao Estado. Esse montante, por sua vez, é reinvestido em iniciativas que objetivam suprir as necessidades da sociedade. Logo, quanto mais lucro uma companhia gerar, maior será a quantia paga ao governo que investirá cada vez mais em melhorias para a população. Essa seria a sua responsabilidade social.

Esse autor ainda defende que qualquer atividade desenvolvida pelos dirigentes de uma companhia que não almeje encontrar maneiras de alavancar os seus lucros, por exemplo, a filantropia, vai totalmente contra a sua função. Isso porque o dinheiro aplicado nessas atividades é de posse dos proprietários (em caso de empresas de capital aberto, dos acionistas), que investem no negócio em busca da maximização do seu retorno. Para Barbieri e Cajazeira (2009), essa lógica condiz com a responsabilidade social conforme a abordagem do acionista. Por outro lado, Friedman (1970) cita que, caso os proprietários da empresa entendam como escopo de sua atuação o desenvolvimento de iniciativas sociais, tal erro de gestão de seus dirigentes não seria então caracterizado.

Porém, Carroll (1979) seguiu a linha em que a responsabilidade social das empresas seria mais ampla que somente sua geração de lucros. Ao estudar diversos autores, ele percebeu que a responsabilidade social corporativa poderia ser categorizada em quatro grupos: responsabilidade econômica, a qual seria o aspecto fundamental da companhia, que faz com que ela sobreviva no mercado, desenvolva bens e serviços demandados pela sociedade e que geram lucro; responsabilidade legal, que tem a ver com o cumprimento de leis e regulamentos que formalizam a sua atuação na sociedade; responsabilidades éticas, por meio do cumprimento de expectativas e costumes da sociedade que não foram transformadas

em leis; e responsabilidades discricionárias, ações voluntárias da empresa que superam as exigências legais e éticas da sociedade.

Já Schwartz e Carroll (2003) apresentam uma versão revisada dessa lógica e tratam cada tema em forma de círculo, demonstrando as interseções entre eles. Na Figura 02 é ilustrado esse método.



Figura 02 – Modelo dos três domínios da Responsabilidade Social Empresarial.
Fonte: Schwartz e Carroll, 2003, p. 509.

Vale ressaltar que, nesse modelo, a categoria “responsabilidades discricionárias”, apontada por Carrol (1979) e rebatizada como “filantropia” por Schwartz e Carroll (2003), foi desconsiderada devido à possibilidade desse tipo de atividade ser influenciada por interesses econômicos. Reflexão essa corroborada por Bendassolli (2005) que aponta a filantropia e a responsabilidade social empresarial como práticas distintas, pois a primeira foca em iniciativas voltadas unicamente para a comunidade e a segunda faz referência à incorporação de aspectos sociais nos negócios.

Um dos pontos de discussão no modelo apresentado por Schwartz e Carroll (2003) é a ausência de uma dimensão específica para o meio ambiente. Por mais que os aspectos ambientais possam ser considerados nas categorias criadas (três domínios), a sua relevância faz com que seja necessária a abertura de um campo exclusivo para trabalhar esse tema.

A inserção de questões ambientais na responsabilidade social das empresas também foi defendida por outros autores, os quais entenderam que sustentabilidade corporativa deve

integrar os aspectos sociais e ambientais na operação do negócio e nas interações com *stakeholders* (VAN MARREWIJK, 2003; FIGGE; HAHN, 2003; ROCA; SEARCY, 2012). Veiga (2007, p.91) também corrobora a ideia do ambiental ser tratado junto ao social, formando, inclusive, o termo socioambiental, que, para ele, refere-se à “necessidade de procurar compatibilizar as atividades humanas em geral – e o crescimento econômico em particular – com a manutenção de suas bases naturais, particularmente com a conservação ecossistêmica”. Outro ponto que aumenta a amplitude desse termo foi apresentado por Scholtens e Lammertjan (2007), os quais, pautados na definição de responsabilidade social corporativa postulada por McWilliams e Sigel (2001), afirmam que iniciativas socioambientais devem ir além do que é exigido por normas e regulamentações.

Diante desse contexto, estudo realizado por Mathieu e Soparnot (2010) explorou diversas formas de se internalizar uma estratégia de sustentabilidade e identificou empresas que não respeitam as leis nem temem o fato de serem classificadas como ilegais, embora, conforme reforçado pelos autores, elas tendam a desaparecer devido ao atual cenário de pressão sobre as questões socioambientais. Também citaram a existência de organizações que são dadas como reativas e se limitam à adaptação de suas operações frente a novas regulamentações. Por último, apontaram a ocorrência de companhias que vão além, absorvendo na execução de seus negócios as considerações de suas partes interessadas.

Segundo Porter e Kramer (2011), nas últimas décadas, os negócios e empresas têm sido considerados as principais causas dos problemas ambientais, sociais e econômicos do planeta. A percepção da sociedade é a de que as empresas estão crescendo à custa das comunidades e, somando-se a isso, quanto mais os negócios adotam a responsabilidade corporativa, mais eles são considerados culpados pelos seus impactos. Para o autor, a legitimidade das empresas está caindo a níveis nunca antes vistos e demonstra que as organizações encontram-se em um círculo vicioso onde os resultados financeiros, de uma forma ou de outra, sempre acarretam impactos nocivos ao desenvolvimento da sociedade.

Por outro lado, a responsabilidade socioambiental pode trazer benefícios para as empresas que a aplicam. Por mais que os seus diversos conceitos possam fornecer a percepção de que esse tema é unicamente gerador de custos ou que os custos superam as receitas, é possível elencar pontos positivos, principalmente aspectos intangíveis, que se contrapõem a essa percepção. Vale ressaltar que aspectos intangíveis se mostram relevantes para a perenidade do negócio, como mostra o estudo do *Global Environmental Management Initiative*. Esse material mostrou que 35% dos investidores institucionais baseiam suas

decisões de composição de carteiras em intangíveis e que 50 a 90% do valor de mercado das companhias pode ser atribuído a fatores intangíveis (WHO CARES WINS, 2003).

Além disso, Scholten e Lammertjan (2007) acreditam na possibilidade de geração de receitas a partir da responsabilidade socioambiental, por meio da melhoria na reputação da companhia, melhor acesso a mercados, aumento das possibilidades de recrutar ou contratar pessoas diferenciadas no mercado e, ainda, cobrar um preço diferenciado em seus produtos. Outro ponto apresentado por esses autores é que tal postura também evita boicotes de consumidores e empregados, escândalos ambientais, pressões de ONGs, publicidade negativa, entre outros aspectos que podem afetar, inclusive, o valor de suas ações no mercado. Além disso, López, Garcia e Rodrigues (2007) consideram que iniciativas socioambientais podem promover a vantagem competitiva por meio do equilíbrio financeiro na gestão das questões sociais e ambientais, que abrangem outras variáveis da mensuração da riqueza empresarial.

A essas ponderações, Bedell (2011) e Torres *et al* (2012) acrescentam que os benefícios são múltiplos, envolvendo melhorias na eficiência da empresa, gerando redução de custos, melhoria da reputação da companhia, aumento do valor da marca, avanço na gestão de riscos e vantagem competitiva. Inclusive, cita-se a necessidade de que essa responsabilidade seja ampliada para além da operação da empresa e contemple toda a sua cadeia de valor. Quanto à redução de custos, ela é concretizada pela promoção da inovação derivada da consideração de aspectos de sustentabilidade no processo produtivo, resultando no uso mais eficiente dos recursos (PORTER; LINDE 1995; BORGER; KRUGLIANSKAS, 2006).

No entanto, países e setores possuem particularidades em seus aspectos de sustentabilidade e as organizações devem considerá-las ao planejar e executar a integração de questões socioambientais em suas operações (STEGEER, 2004). Além disso, o contexto de cada instituição deve direcionar a construção de uma estratégia de sustentabilidade vinculada ao seu negócio (REED, 2001; PEDROSO, 2007).

Neste sentido, como a governança de uma organização é o ambiente em que as decisões são tomadas, elas precisam ser sensibilizadas sobre essa temática e se utilizarem, também, de variáveis socioambientais para executar seu trabalho (LAMARQUE, 2010). Para Lawler III e Worley (2012), a responsabilidade socioambiental precisa ser aplicada na mais alta instância de decisão. Isso faz com que iniciativas e estratégias desse cunho consigam sobreviver e se integrem aos desafios diários das companhias. Para tanto, os autores reforçam a necessidade de se revisar a estrutura dessa instância, a começar por seus membros, os quais precisam se adequar à nova realidade em que decisões pautadas em variáveis estritamente financeiras e de maximização de valor para os acionistas não seria mais aplicada, bem como

mudar a forma de se desenhar indicadores, mensurar resultados e desenvolver metas e objetivos.

Posto isto, conforme colocado pelos diversos autores, confirma-se a relevância da influência gerada pelo setor privado no comportamento da sociedade e que a atuação responsável de uma instituição desse tipo deve incorporar aspectos sociais, ambientais e econômicos em sua gestão, principalmente no tocante a seus modelos de negócio, por meio de uma atuação que supere as exigências legais e de regulamentação, bem como no que diz respeito às interações com seus públicos de interesse, mantendo, assim, a sua legitimidade frente à sociedade.

Também se percebe que a incorporação da responsabilidade socioambiental nas operações das empresas pode trazer resultados positivos e contribuir para sua permanência no mercado, somando valor a seus ativos intangíveis (marca, reputação, atração e retenção de talentos, entre outros), além de atuar na redução de custos e gestão de riscos. Porém, para que esses benefícios tornem-se uma realidade, é necessário que a RS seja aplicada conforme as especificidades de cada caso, impossibilitando a criação de um modelo genérico que abarque qualquer tipo de operação empresarial.

3.3 O setor bancário e a responsabilidade socioambiental

As operações bancárias também foram pressionadas pelas mobilizações da sociedade civil e do Estado para a incorporação da responsabilidade socioambiental em suas decisões de negócio. Inclusive, algumas companhias fazem desse novo atributo uma característica de diferenciação no mercado. Porém, antes de focalizar a sustentabilidade nas operações dos bancos, é interessante analisar, em linhas gerais, a forma com que o negócio bancário é operacionalizado, para então explorar a RS nesse setor.

3.3.1 Setor bancário e suas operações

Os bancos possuem o papel de intermediário, ou seja, são as instituições que fazem a conexão entre pessoas ou empresas que carecem de recursos financeiros com aquelas que possuem capital em excesso. Com isso, os bancos se utilizam de operações de investimentos,

empréstimos, financiamentos, poupança, etc., para movimentar o dinheiro entre uma fonte de suprimento e uma demandante. Para cada uma das operações disponíveis no mercado bancário, as instituições cobram um percentual, de forma geral, atrelado ao seu risco, compondo assim o seu lucro. Logo, existem diversos tipos de bancos, os de investimento, bancos comerciais, *corporate banking*, *private banking*, *trade finance*, etc., sendo que alguns deles operam em um ou mais tipos de negócios, e outros trabalham com todos (JEUCKEN; BOUMA, 1999).

Segundo Jeucken e Bouma (1999), a principal variável das operações dos bancos é o risco. Essas organizações movimentam o dinheiro de forma que, não necessariamente, o montante investido por uma fonte excedente é totalmente direcionado a um credor (tomador do dinheiro). Também o prazo que o dinheiro fica retido pelo banco ou devido pelo cliente é importante para a adequação do *timing* do negócio, ou seja, caso a fonte de recursos de um banco seja de curto prazo (ex.: poupança, onde o cliente pode retirar o dinheiro quando entender necessário) e esse dinheiro for utilizado para um empréstimo de longo prazo, o banco pode incorrer em risco de balanço de caixa. Outra característica das atividades bancárias refere-se à transação de dinheiro, que pode ultrapassar limites geográficos, por exemplo, um recurso captado em Nova York pode ser aplicado ou emprestado no Brasil.

Para Scholtens (2006), os intermediários financeiros desenvolvem sua atividade por meio da aplicação de três ações básicas: i) triagem, que se baseia na gestão de informações para analisar o mercado e identificar possíveis oportunidades de empréstimos e investimentos, considerando, sempre, as relações de risco e retorno; ii) monitoramento, refere-se ao acompanhamento do comportamento dos credores e/ou investidos, com a finalidade de perceber possíveis problemas de pagamento e/ou não realização da performance pretendida; iii) cobrança, maneira pela qual um banco se relaciona com empresas e pessoas que quebraram algum contrato e/ou não cumpriram com o pagamento do empréstimo realizado. Na Figura 03, a seguir, é ilustrado como são as atividades dos bancos em relação aos diversos agentes da macroeconomia.

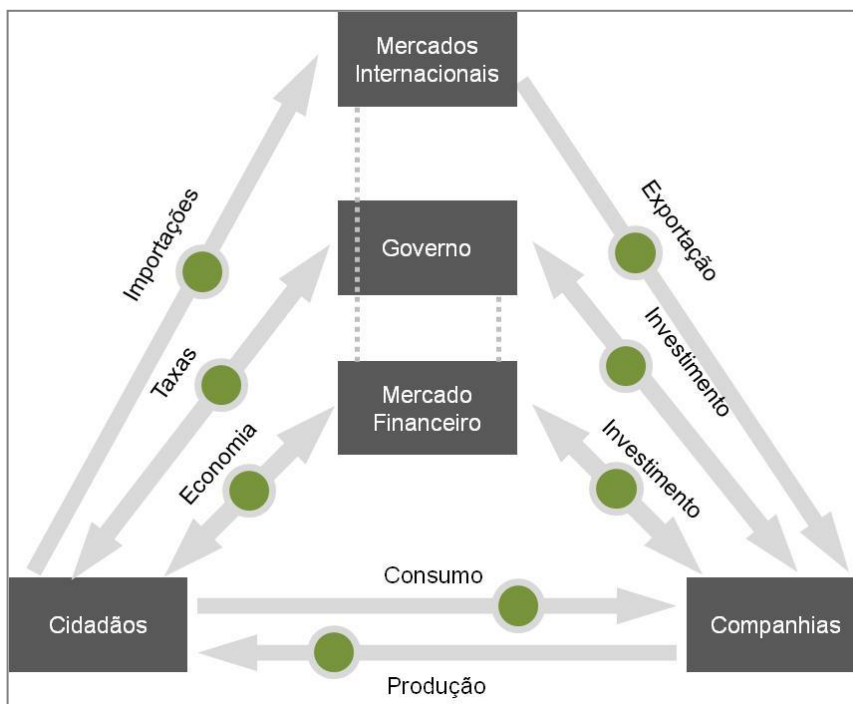


Figura 03 - O papel do mercado financeiro na economia.
Fonte: Jeucken e Bouma, 1999.

A Figura 03 procura demonstrar de maneira simplificada o processo cíclico da macroeconomia entre seus diversos agentes. As setas representam o fluxo de dinheiro e as áreas em verde ilustram os momentos em que os bancos podem se envolver por meio de seu papel de intermediário. Percebe-se, por meio dessa ilustração, a amplitude das atividades do banco no contexto macroeconômico. Porém, são nos fluxos entre o Mercado Financeiro e os Cidadãos (“economia”) e Empresas (“investimento”) que a atuação das instituições financeiras se destacam (JEUCKEN; BOUMA, 1999). Nos demais, os bancos possuem um papel mais processual para suportar o fluxo de dinheiro dessas atividades.

Seguindo essa linha, Scholtens (2006) concorda com o fato de a influência dos bancos se concentrar no relacionamento com pessoas físicas e jurídicas. Por outro lado, em seu estudo, o autor conclui que a cessão de crédito e o *venture capital* (investimentos em empresas em estágio inicial) são as atividades de maior potencial de mudança no comportamento da sociedade. O autor afirma que o mercado de capitais, devido às limitações geradas pelas regras de operação do negócio e ao desinteresse dos acionistas nos resultados não financeiros das companhias investidas, possuem um impacto reduzido na colaboração da construção de um desenvolvimento sustentável.

3.3.1.1 Tipos de Instituições Bancárias no Brasil

Tendo em vista os diversos tipos de bancos apontados por Jeucken e Bouma (1999) e, conseqüentemente, as suas diferenças na execução do negócio, identificou-se a necessidade de estudar como o sistema bancário brasileiro é organizado. Segundo o Banco Central do Brasil (2012b), entre os tipos de organizações financeiras que atuam no país, estão presentes os bancos comerciais, que cedem recursos para o comércio, indústria, empresas prestadoras de serviços, pessoas físicas e terceiros em geral. Além desses, existem os bancos múltiplos, os quais, como o próprio nome indica, possuem uma multiplicidade de atuação, envolvendo operações em carteiras comerciais, de investimento e/ou de desenvolvimento, de arrendamento mercantil e de crédito, de crédito imobiliário e de financiamento.

Além disso, outro tipo de organização financeira presente no Brasil é a caixa econômica. A sua diferença frente aos bancos comerciais está na atuação prioritária como organização financiadora de programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esporte. Já os bancos de investimento são empresas especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros. Podem, também, atuar em operações de financiamento de capital de giro e capital fixo, subscrição ou aquisição de títulos e valores mobiliários, depósitos interfinanceiros e repasses de empréstimos externos.

A cooperativa de crédito é outro tipo de instituição do sistema financeiro brasileiro, podendo ela ser singular, quando trabalha na captação de recursos e cessão de crédito somente para seus associados; e centrais, quando operam junto às suas filiadas ou a confederações de cooperativas centrais que prestam serviços às centrais e às suas filiadas. No tocante ao suprimento de recursos de médio e longo prazo para a promoção da economia e do bem social dos estados brasileiros, encontram-se os bancos de desenvolvimento.

A partir dessa categorização dos bancos, o Banco Central do Brasil (2012a) divide as instituições financeiras atuantes no país em dois blocos: as instituições bancárias independentes (IBI) e os conglomerados bancários (CB). Cada um desses blocos se subdivide, sendo as instituições bancárias independentes (IBI) formadas por IBI I, que contemplam bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial ou caixa econômica que não integrem conglomerados; IBI II, que agrupam os bancos múltiplos sem carteira comercial e os bancos de investimento que não integrem conglomerados; IBI III, que considera as

cooperativas de crédito; IBI IV, que incorpora os bancos de desenvolvimento; e as Instituições Não-Bancárias Independentes, que são as organizações financeiras que não são qualificadas como IBI I, II, III ou IV.

Os conglomerados bancários (CB), por sua vez, são as instituições financeiras que consolidam seus demonstrativos contábeis. Esse bloco se divide em CB I, composto de pelo menos uma instituição do tipo Banco Comercial ou Banco Múltiplo com Carteira Comercial; em CB II, que possui pelo menos uma instituição do tipo Banco Múltiplo sem Carteira Comercial ou Banco de Investimento, mas sem conter instituições do tipo Banco Comercial e Banco Múltiplo com Carteira Comercial; e em Conglomerado Não-Bancário, com instituições financeiras não classificáveis nos conceitos de Conglomerado Bancário I ou II.

Esse detalhamento apresenta os diversos formatos de instituições bancárias no Brasil. Tais informações e conceitos sobre as atividades desenvolvidas por essas organizações e seus agrupamentos podem possibilitar a identificação de similaridades entre elas. Esse aspecto é importante e será retomado no momento da definição da amostragem desta pesquisa.

3.3.2 A relação da responsabilidade socioambiental com o setor bancário

A crise financeira de 2008 afetou a credibilidade do setor bancário diante de seus diversos *stakeholders*. Os limites da responsabilidade socioambiental dos bancos passaram a ser questionados e a influência de sua operação na economia mundial ganhou um novo destaque (GADIOUX, 2010; ELABIDI; HAMDI, 2011).

Pode-se assim dizer que a percepção quanto à responsabilidade social do setor bancário vem se modificando com o passar do tempo. Em um primeiro momento, os bancos eram avaliados como empresas de baixo impacto, principalmente no que se refere a questões ambientais, sendo até considerados companhias que “no máximo, assinavam memorandos” (SANTANDER BRASIL, 2006). Porém, motivadas pela amplitude de suas operações, questões como consumo de energia, de água e de geração de resíduos começaram a fazer parte da rotina gerencial do setor bancário, devido, principalmente, ao seu potencial de redução de custos (JEUCKEN, 2001).

Com o passar do tempo, as críticas sobre a atuação de instituições financeiras avançaram até o consenso de que o seu maior impacto possuía característica indireta, ou seja, como os bancos possuem um papel importante no fluxo monetário como direcionador do

dinheiro, eles são então capazes de influenciar o desenvolvimento da economia e da sociedade conforme a maneira com que emprestam, financiam, investem, etc. (EMTAIRAH; HANSSON; HAO, 2005; JEUCKEN; BOUMA, 1999).

Segundo Bank Track (2007), os bancos possuem papel chave em todos os segmentos da atividade humana, tendo em vista a dependência dos cidadãos, das empresas e dos governantes de seus serviços financeiros. Essa característica lhes dá a responsabilidade de colaborar na construção de uma sociedade socialmente justa e ambientalmente sustentável. O autor defende que, por mais que suas operações possam financiar atividades que são danosas ao meio ambiente, aos direitos humanos e à igualdade social, os bancos podem também tornar-se agentes de uma mudança positiva.

Scholtens (2006) vai além e argumenta sobre a necessidade de se modificar o mercado, processos e produtos para se conseguir atingir a sustentabilidade, acrescentando que essa mudança precisará de financiamento. Assim, o autor aponta para a oportunidade de o sistema financeiro contribuir para a construção dessa agenda na perspectiva macroeconômica, por meio de fundos que invistam em determinados projetos, da manutenção de sistemas de pagamentos e da aplicação de taxas para a realização de suas intermediações. Quanto à perspectiva microeconômica, Scholtens (2006) defende que, conforme o desenvolvimento de suas atividades básicas (triagem, monitoramento e cobrança), os bancos sejam capazes de orientar seus clientes quanto à gestão de seus riscos. Jeucken e Bouma (1999) também sustentam que o desafio para os bancos está na identificação de uma maneira de estabelecer uma relação comercial que influencie o cliente a um comportamento adequado.

Por essas novas cobranças da sociedade terem sido impostas aos bancos, diversas instituições financeiras reconheceram sua influência na sociedade e começaram a considerar variáveis socioambientais na avaliação de empresas e projetos que viessem a solicitar seus recursos. Exemplos desse tipo de iniciativa são os compromissos voluntários pelos quais as empresas se comprometem com a sociedade na realização de boas práticas na execução de seu negócio, como é o caso da *Collevecchio Declaration*, dos Princípios do Equador e da UNEP FI *Statement* que serão discutidos posteriormente. Por sua vez, Maymo e Saltiel (2011) chamam a atenção para a oportunidade de se explorar essa temática nas operações dos bancos com pequenas e médias empresas, uma vez que a consideração de aspectos socioambientais em projetos de grande porte é mais consolidada no mercado atual.

Outra forma de exemplificar a presença da sociedade nessa discussão foi a criação do *Bank Track*, Organização Não Governamental que propôs uma rede de organizações da sociedade civil com o intuito de monitorar e compartilhar informações referentes às operações

realizadas pelo setor financeiro privado e os seus efeitos nas pessoas e no planeta (BANK TRACK, 2012). Surgem também pressões governamentais, por meio de regulamentações específicas que compartilham as responsabilidades por danos ambientais entre as empresas causadoras da poluição e as instituições que financiam essas atividades (JEUCKEN, 2001).

Além disso, outra corrente de negócio do setor bancário desponta aos olhos da sociedade e demonstra o potencial positivo que sua operação pode alcançar: o microcrédito, destacado, principalmente, pelos resultados econômicos e sociais obtidos com trabalho desenvolvido por Muhammad Yunus, por meio do *Grameen Bank*, que lhe rendeu um prêmio Nobel da Paz (RAHMAN, 1999; LINS; WAJNBERG, 2007; WBCSD, 2010). Esse tipo de operação foca em microempreendedores informais que muitas vezes são excluídos do sistema financeiro tradicional devido à falta de garantias. A operação microcrédito visa a viabilizar o acesso ao crédito e dar oportunidade a microempreendedores de alavancar os seus negócios. Nesse caso, também é considerada uma ferramenta de combate à pobreza, mirando os indivíduos que pertencem à base da pirâmide (BARONE *et al*, 2002).

Por outro lado, a crise de 2008 foi capaz de mostrar à sociedade o quanto as operações dos bancos, quando mal gerenciadas, podem impactar na economia global. A atuação bancária em atividades de investimentos, na especulação e na priorização do retorno de curto prazo destacou outro aspecto de responsabilidade socioambiental de suas atividades (MORENO, 2011; PAULET; RELANO, 2009). Por meio do mau gerenciamento de seus investimentos e riscos, instituições financeiras foram responsáveis pela falência de diversas economias, o que deflagrou problemas sociais de severo impacto mundial.

Tamanha foi a implicação dessa crise que o G20, grupo formado por 19 países e a União Europeia e que representam 90% do Produto Interno Bruto Mundial (G20, 2012), criou o *Financial Stability Board*, responsável por promover a estabilidade financeira mundial. Diante da crise experimentada em 2008 e da ciência da magnitude que as operações financeiras podem alcançar, esse grupo foi incumbido de criar uma maneira sistemática de monitorar as instituições financeiras, tendo em vista que, devido ao seu porte e à complexidade de sua atuação, podem causar grande influência na economia global. Para tanto, foram selecionados 29 bancos mundiais que serão constantemente monitorados (FSB, 2011).

Para Paulet e Relano (2009), essa crise serviu como impulso na aproximação da questão socioambiental nas operações dos bancos. Porém, em seu estudo, os autores apontam a existência de três tipos de abordagens no que se refere à atuação bancária nessa temática. A primeira delas considera o que o banco diz que faz, sendo pautada na comunicação e na prestação de contas quanto às atividades que contemplam aspectos socioambientais; a

segunda explora o que o banco é, englobando a questão do status jurídico da organização e consequente especificidade de sua gestão, e a aderência de suas atividades quanto a princípios e valores; e a última avalia o que o banco faz, promovendo uma análise focada nos resultados e dados financeiros da organização, por meio da qual é possível compreender a maneira como os recursos da organização são alocados.

Gadioux (2010), por sua vez, define como um banco socialmente responsável aquelas instituições que assumem um comportamento ético frente aos princípios aceitáveis no contexto em que ela se encontra (caráter normativo). O autor acrescenta que tal organização financeira deverá possuir performance, do ponto de vista instrumental, na gestão de seus relacionamentos com as partes interessadas no tocante a questões sociais. O autor ainda considera que, antes de tudo, a responsabilidade socioambiental dos bancos é uma questão de gestão de reputação mais do que um posicionamento estratégico.

Essa última afirmação se aproxima do resultado alcançado pelo trabalho desenvolvido por Hess (2003), pesquisa que concluiu serem a reputação e a gestão de risco os principais valores atribuídos a uma instituição financeira no tocante a aspectos de sustentabilidade. Embora o estudo tenha apontado também oportunidades de desenvolvimento de novos produtos e serviços e a diferenciação em operações de investimentos como pontos importantes, reputação e gestão de riscos tiveram maior enfoque pelos representantes dos bancos participantes do estudo.

Por outro lado, um argumento posto por Scholtens (2006) elenca as consequências, para as instituições bancárias, de se aplicar iniciativas referentes a aspectos socioambientais. Para o autor, isso incorreria no aumento dos custos da intermediação financeira, devido à necessidade de se encontrar mais informações, além daquelas sobre o risco de retorno das empresas. Também haveria o aumento do capital social, uma vez que os bancos considerariam essas variáveis na cessão de crédito, e a ampliação da oferta de fundos de investimentos que consideram questões socioambientais em sua gestão. Porém, essas mudanças não estão totalmente claras, segundo a bibliografia analisada pelo autor.

Para Reichbach e Lockwood (2007), houve uma desconexão entre o avanço do tema da sustentabilidade e a sua compreensão por parte dos executivos de organizações financeiras, impactando negativamente no desenvolvimento de planos que realmente integrassem essa tendência nos negócios. Com isso, grande parte dos empresários manteve-se focado em projetos que não conseguiam entender, mas que eram fáceis de ser lançados no mercado. O autor acredita que a sustentabilidade é uma nova forma de se fazer negócios e que os bancos devem desenvolver um plano de sustentabilidade de longo prazo que considere todas as

especificidades do setor, “desde seus prédios e agências, até questões de mudanças climáticas, compras, empréstimos, práticas de investimento, incentivos para funcionários e transparência” (REICHBACH; LOCKWOOD, 2007, p.02).

Outros pontos surgem na discussão empreendida por Jeucken e Bouma (1999): o aumento do engajamento dos bancos para com seus clientes, com as agências de *rating*, com as companhias de seguro, com concorrentes e com Estado, a fim de estabelecer as responsabilidades de cada ator na promoção do desenvolvimento sustentável; as motivações para incorporação de questões ambientais na tomada de decisão; aspectos de transparência, código de conduta e legislação; e seleção de produtos e serviços financeiros a serem ofertados no mercado. Além disso, os autores citam a importância da adaptação das instituições financeiras multinacionais à realidade de cada país, considerando assim as especificidades de seu universo na criação de produtos e serviços adequados.

De maneira geral, pôde-se perceber que o relacionamento de um banco com a temática da responsabilidade socioambiental se dá de diversas formas. A começar pelo posicionamento da instituição frente ao tema, aspecto que se faz necessário, uma vez que a sociedade, ONGs (como o Bank Track) e outros de seus stakeholders, mostram-se interessados pelo tema e cobram dessas organizações atitudes condizentes. Exemplo disso são os compromissos voluntários que passam a ser assinados e considerados em suas operações. Além disso, os impactos diretos gerados pela operação de sua infraestrutura também são lembrados, por meio da redução de custos atrelados à diminuição do consumo de água e energia, por exemplo.

Entretanto, o que fica nítido e reforçado pelos diversos autores é a maneira pela qual a instituição bancária se organiza para incluir aspectos de RS na operação de seus negócios e considerar os impactos socioambientais ocasionados por eles. Seguindo essa vertente, as reflexões contemplam as atividades de cessão de crédito, incluindo o crédito a pessoas ou a grupos excluídos do modelo bancário tradicional, os financiamentos a projetos específicos e os investimentos realizados pelas instituições.

3.3.3 O sistema bancário brasileiro e a responsabilidade socioambiental

Ao estudar o setor bancário brasileiro percebe-se que ele possui especificidades regulatórias e entidades que influenciam nas práticas de RS aplicadas. Por esse motivo,

entendeu-se como relevante um levantamento da realidade socioambiental desse setor no país, a fim de contribuir para a análise dos resultados obtidos por esta pesquisa.

Um exemplo dessas especificidades é a Lei 6938/81 que regula sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Esse marco regulatório desdobrou adequações na maneira de operar dos bancos quando definiu como poluidor a “pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental” em seu artigo 3º, item IV (BRASIL, 1981, p.02). Além disso, o documento traz o artigo 14, §1º, no qual se explicita que o poluidor é responsável por pagar pela reparação dos danos ambientais ocasionados por suas atividades, independente da existência de culpa. Tais textos abrem o precedente para que os bancos sejam responsabilizados por danos causados ao meio ambiente por empresas que tenham recebido os seus recursos.

Ainda na linha da regulamentação, o Banco Central Brasileiro (Bacen) também vem trabalhando para influenciar as práticas de RS no setor bancário. Em 13 de junho de 2012, por meio do edital de audiência pública 41/2012, essa entidade disponibilizou para consulta pública uma proposta de regulamento que torna obrigatória a elaboração de políticas de responsabilidade socioambiental pelos bancos do sistema financeiro brasileiro, bem como uma minuta que exige a publicação de relatórios de responsabilidade socioambiental (BACEN, 2012). Conforme o conteúdo desse material, a criação de um documento legal que aborde esse tema tem por objetivo fazer com que o setor bancário brasileiro apresente uma forma de atuação no tema minimamente padronizada. Porém, como o conteúdo desse documento não foi oficialmente publicado, vale a reflexão de que, diante do nível de envolvimento do órgão regulador financeiro, os aspectos da RS tornaram-se um assunto importante para as organizações financeiras.

Além disso, a Resolução 4000 do Bacen exige dos bancos múltiplos com carteira comercial, dos bancos comerciais e da Caixa Econômica Federal uma aplicação mínima de 2% de seus saldos de depósito à vista em operações de microcrédito e em microempreendedores (BACEN, 2011). Tal regulamento faz com que os bancos brasileiros, classificados conforme exposto anteriormente, obrigatoriamente precisem realizar operações de microcrédito para cumprir essa exigência.

O setor bancário brasileiro também foi influenciado por iniciativas de autorregulação. Como resultado da parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em 2009, foi lançado o Protocolo Verde. Esse compromisso de adesão voluntária estabeleceu cinco princípios norteadores para as instituições bancárias, referentes à

sustentabilidade, contemplando aspectos relacionados a financiamentos, gestão de ativos, consumo de recursos naturais nas operações, engajamento no tema com partes interessadas e cooperação entre os signatários (PROTOCOLO VERDE, 2009). Esse documento reforçou a posição do órgão ambiental brasileiro e da federação dos bancos frente ao papel do setor bancário no tema da sustentabilidade. Segundo Febraban (2011), em 2011 havia 19 bancos signatários desse pacto.

No tocante a instituições financeiras de capital aberto, a Comissão de Valores Mobiliários, órgão responsável pelo correto funcionamento dos mercados de bolsa e de balcão, exige que as empresas emissoras de valores mobiliários contenham em seu registro informações referentes à política ambiental, tais como custos decorrentes do cumprimento de regulação ambiental e adesão a padrões internacionais (CVM, 2009). Além disso, um ofício desse órgão trata de orientações quanto à disponibilização de informações para o mercado e reforça a possibilidade de as empresas divulgarem práticas de responsabilidade socioambientais e de elaborarem relatório de sustentabilidade ou afins (CVM, 2012).

Diante do exposto, percebe-se que o sistema financeiro brasileiro possui algumas peculiaridades legais e de autorregulação que influenciam em suas práticas de responsabilidade socioambiental. Isso posto, torna-se importante considerar essas informações no momento de realizar a análise dos dados coletados por este estudo, uma vez que determinadas iniciativas podem se tornar comuns para o setor, em consequência do ambiente legal ou político estabelecido. Por outro lado, também se torna importante um levantamento bibliográfico sobre as atividades em RS entendidas como necessárias para organizações bancárias contribuírem para a construção de um desenvolvimento sustentável. É com esse intuito que o item que segue foi trabalhado.

3.3.4 Práticas de responsabilidade socioambiental no setor bancário

Jeucken (2001) foi um dos primeiros autores que buscou compreender o estado da arte das práticas para a sustentabilidade no setor financeiro. Para tanto, ele se pautou na análise de relatórios anuais e ambientais, no período de 1998 a 2000, de 34 grandes bancos internacionais e levantou as sete práticas de caráter socioambiental que demonstravam o que havia de mais avançado na época: código de conduta, no que se refere à assinatura de compromissos voluntários; publicação de relatórios ambientais; aplicação de sistemas de

gestão ambiental; declaração de política ambiental; avaliação e diretrizes relacionadas a riscos ambientais em financiamentos; produtos financeiros de proteção ao meio ambiente; atividades e patrocínios socioeconômicos (doações e patrocínios). Esse estudo mostrou também que, apesar de alguns bancos servirem como exemplo de atuação no setor, grande parte daqueles pesquisados ainda não havia reconhecido a importância de seu papel no desenvolvimento sustentável da sociedade.

Em estudo anterior, Jeucken e Bouma (1999) classificaram os bancos em quatro categorias, conforme o seu comportamento diante das questões ambientais. Para esses autores, existem (i) bancos defensivos, os quais assumem uma postura desfavorável na criação de novas leis ambientais – uma vez que elas podem afetar diretamente ou indiretamente o seu negócio –, entendem o sistema de gestão ambiental como um custo adicional e não priorizam as oportunidades de redução de gastos por meio da ecoeficiência; e (ii) bancos preventivos, que vinculam a redução de custos à ecoeficiência, como também desenvolvem sistemas de gestão ambiental e utilizam variáveis ambientais na gestão de risco de crédito e investimento, porém, com foco interno e de uso preventivo. Na terceira categoria apontada pelos autores estão os (iii) bancos ofensivos, que desenvolvem produtos ambientais (ex.: financiamentos de energia renovável, fundos de investimentos com critérios ambientais etc.), consideram questões ambientais em suas atividades internas e externas, tornam-se signatários de declarações mundiais e vislumbram uma relação de ganha-ganha com seus clientes. Por último, estaria o (iv) banco sustentável, para o qual a relação de ganha-ganha é a principal estratégia da companhia, procurando financiar iniciativas de maior risco e de retorno de maior prazo e, principalmente, de resultado positivo no tocante a questões de sustentabilidade.

Os autores afirmam que esses comportamentos não ocorrem de maneira isolada. Dessa maneira, por mais que o banco avance nessa escala, manterá o nível anterior como parte de sua operação, porém, em menor evidência. Ainda com relação a aspectos ambientais, Emtairah, Hansson e Hao (2005) apontam duas principais estratégias que vêm sendo adotadas pelos bancos comerciais. A primeira delas trata da gestão de risco ambiental no crédito, que avalia a performance ambiental de seus clientes, enquanto, também, os influencia no desenvolvimento de determinadas práticas como requisito para o estabelecimento de uma relação comercial e acesso ao crédito. A segunda estratégia seria a oferta de serviços financeiros e aumento da alocação de recursos por meio de investimentos e/ou financiamentos de empresas e projetos (ex.: infraestrutura, energia limpa etc.) com características ambientais positivas.

Seguindo nessa linha, os bancos começam a assumir uma postura mais crítica, desenvolvendo metodologias e processos que limitam o acesso a financiamentos e empréstimos por parte de empresas que possuem algum problema quanto à gestão de questões socioambientais. Segundo Wilner (2006), existem ainda linhas específicas de crédito direcionadas a projetos que se enquadram na temática da sustentabilidade e que podem ser oferecidas a preços diferenciados.

No entanto, segundo Santander Brasil (2006), os bancos precisam ampliar o horizonte do gerenciamento de risco de suas operações a partir de novos critérios, pois suas práticas podem vir a afetar seu resultado, sua reputação e o progresso da sociedade. O autor aponta para a necessidade de essas empresas entenderem e avaliarem os potenciais impactos de seus negócios e criarem políticas claras que demonstrem a seus colaboradores e à sociedade a forma como suas operações são realizadas. Outro ponto interessante trazido por Santander Brasil (2006) é a oportunidade que se apresenta para as instituições financeiras de encontrar parcerias e/ou mapear necessidades da sociedade, possibilitando-lhes desenvolver novas formas de negócio.

O estudo de Wajnberg e Lemme (2009), por sua vez, aprofundou mais o tema. Os autores avaliaram como o setor bancário brasileiro publicou o vínculo das suas iniciativas socioambientais ao desempenho financeiro. Vínculo esse, segundo Wajnberg e Lemme (2009), muito importante para que esse tipo de iniciativa torne-se permanente na organização e não fique à mercê de alterações de gestão. Para realizar sua pesquisa, os autores consideraram apenas as práticas de sustentabilidade voltadas à geração de receita contida, principalmente, nos relatórios anuais de sustentabilidade de 45 instituições brasileiras.

Além disso, Wajnberg e Lemme (2009) utilizaram-se do método apresentado por Epstein e Roy (2003) para mensurar a conexão das práticas de sustentabilidade e o desempenho financeiro. Epstein e Roy (2003) argumentaram que, a partir da existência dessa relação, as iniciativas para a sustentabilidade poderiam ser mais facilmente integradas à definição da estratégia da organização, bem como ser justificada a alocação de recursos para sua implementação.

Os autores propuseram quatro níveis de vínculo entre práticas de sustentabilidade e desempenho financeiro. O primeiro deles considera que as informações divulgadas sobre a iniciativa em questão são de caráter descritivo, não associadas ao desempenho financeiro. O segundo nível contempla a existência de informações quantificadas, porém, não relacionadas ao desempenho financeiro. Os casos em que existem dados monetizados, referentes a investimentos e outras despesas e, portanto, parcialmente associados ao desempenho

financeiro, são considerados como nível 3. No quarto nível existem informações monetizadas referentes aos benefícios dos investimentos diretamente associadas ao desempenho financeiro (EPSTEIN; ROY, 2003).

A partir desse método, Wajnberg e Lemme (2009) elaboraram a seguinte matriz (Quadro 01):

Prática	Nível 01	Nível 02	Nível 03	Nível 04
Avaliação de riscos socioambientais em financiamentos	- Descrição de políticas de avaliação de riscos socioambientais em financiamentos	- Número de projetos avaliados, aprovados ou negados seguindo princípios socioambientais	- Valor total de projetos avaliados, aprovados ou negados	- Economia gerada pela redução da inadimplência - Redução do risco de crédito da carteira de clientes
Microcrédito	- Descrição do programa, tipo de público atendido	- Número de pessoas beneficiárias do programa - Número de operações	- Valor da carteira do programa - Percentual da carteira de crédito alocada no programa de micro-crédito	- Receitas provenientes do programa - Lucro obtido com o programa
Fundos Socialmente Responsáveis	- Nome e descrição da natureza e políticas dos fundos	- Número de fundos - Número de cotistas	- Patrimônio líquido dos fundos	- Receitas provenientes de taxas dos fundos - Lucro obtido com o fundo
Financiamentos Socioambientais	- Descrição de forma genérica, sobre linhas de financiamento existentes no banco	- Número de linhas de financiamento socioambientais - Número de tomadores de empréstimo	- Valor da carteira de financiamentos socioambientais - Percentual da carteira de crédito alocada para estas linhas de financiamento	- Receitas provenientes destas linhas - Lucro obtido com estas linhas
Mercado de Carbono	- Descrição de serviços oferecidos	- Número de clientes - Número de projetos MDL assessorados - Número de contratos de venda	- Valor de títulos de carbono comercializados	- Receitas provenientes de serviços oferecidos
Seguros Ambientais	- Descrição de seguros oferecidos	- Número de clientes - Número de seguros oferecidos	- Valor da carteira de seguros ambientais	- Receitas provenientes de seguros ambientais - Lucro proveniente de seguros ambientais
Ecoeficiência	- Nome de programas, descrições das iniciativas e políticas	- Indicadores operacionais relacionados à redução no uso de recursos como água, papel, energia - Redução na geração de resíduos sólidos	- Custos envolvidos para a redução da utilização de recursos (ex: implantação de sistemas de gestão ambiental)	- Economia gerada pela melhor utilização de recursos

Quadro 01- Práticas para a sustentabilidade e métricas relacionadas.

Fonte: Wajnberg e Lemme, 2009, p.17.

Ao analisar o Quadro 01, pode-se perceber a integração dos aspectos sociais na análise das informações publicadas pelos bancos brasileiros, principalmente no tocante ao microcrédito e à avaliação socioambiental de crédito, linhas de financiamento e fundos. Isso o diferenciou do trabalho de Jeucken (2001) que se baseou em aspectos puramente ambientais. Por outro lado, as sete práticas apontadas por Jeucken (2001), por mais que possuam foco ambiental, englobam características mais genéricas e envolvem iniciativas de posicionamento da empresa, como, por exemplo, a assinatura de compromissos voluntários e a publicação políticas ambientais. Além de considerarem práticas similares, pode-se assim dizer que os dois trabalhos complementam-se, visto que Jeucken (2001) trouxe uma maior abrangência nas práticas consideradas e Wajnberg e Lemme (2009) focalizaram atividades socioambientais de geração de receita.

Outro estudo importante sobre o tema é o trabalho de Scholtens (2008), que analisou as práticas socioambientais dos setores bancários de diversos países. Devido à falta de transparência no método e nos parâmetros utilizados na mensuração e no estabelecimento de *ratings* de sustentabilidade praticados pelo mercado, o autor se propõe a desenvolver uma maneira de avaliar diferentes setores bancários mundiais quanto às suas iniciativas socioambientais.

Scholtens (2008) pautou-se no trabalho de Jeucken (2001) para definir sua amostra e, quanto às atividades que foram analisadas, baseou-se na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), chegando a quatro grupos de práticas de sustentabilidade. O primeiro grupo contempla os códigos de ética, os relatórios de sustentabilidade e os sistemas de gestão ambiental; por meio desses aspectos a empresa demonstraria o seu comprometimento social. No segundo grupo, chamado pelo autor de gestão ambiental, estariam as políticas ambientais e a transparência no desempenho ambiental e na gestão de fornecedores. O terceiro grupo, o dos produtos financeiros responsáveis, demonstraria sinais positivos do comprometimento do banco para com o desenvolvimento sustentável, por meio de fundos de investimentos socioambientais, produtos financeiros que promovessem a redução de emissões de gases de efeito estufa, microcrédito e outros exemplos de iniciativas desse tipo. O quarto grupo abordaria os aspectos de conduta social, abarcando trabalhos voltados para os colaboradores e práticas que envolvessem a comunidade, voluntariado entre outros.

Para diferenciar as atividades realizadas pelos bancos avaliados, uma vez que essa análise não contemplou a qualidade de cada iniciativa, o autor criou um grupo denominado “avaliação de mercado”, com o objetivo de verificar a presença das instituições bancárias

estudadas tanto em índices mundiais, como o Dow Jones Sustainability Indexes (DJSI) e o FTSE4Good, quanto em índices regionais, sendo, nos EUA, considerado o *The Domini 400 Sustainable Index* (DSI) e, na Europa, o *European Ethibel Sustainability Index* (SCHOLTENS, 2008). Foram, então, estabelecidos indicadores específicos para orientar a análise de cada um desses grupos, bem como listada a fonte de informação para averiguar a existência ou não de tais iniciativas, chegando à lista de atividades exposta na Quadro 02.

Scholtens (2008) apontou algumas limitações da metodologia aplicada, citando que não foram consideradas questões de governança corporativa e aspectos econômicos financeiros dos bancos, bem como não foram contemplados as características de implementação de cada iniciativa quanto à sua intensidade ou ao impacto gerado. Por exemplo, no caso de fundos de investimento socialmente responsáveis que, segundo Campos e Lemme (2009), são práticas que consideram aspectos socioambientais na definição de ativos para a composição da carteira de investimento, o método empregado por Scholtens (2008) não gera diferenciação entre as organizações que possuem um ou mais produtos desse tipo.

Grupo	Indicador	Operacionalização
Código de ética, relatório de sustentabilidade e sistema de gestão ambiental	Publicação do Relatório de Sustentabilidade	Website Banks
	Signatário do <i>ICC Business Charter Sustainable</i>	Websites dos bancos, ICC, relatório de sustentabilidade
	Signatário do <i>UNEP-FI Statement</i>	www.unepfi.org and www.unpri.org
	Signatário dos Princípios do Equador	www.equatorprinciples.com
	Signatário do <i>Global Compact</i>	www.unglobalcompact.org
	Participação na publicação do “ <i>Who Cares Wins</i> ”	www.unepglobalcompact.org
	Sistema de gestão ambiental certificado – EMAS	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Sistema de gestão ambiental certificado – ISO 14001	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
Gestão ambiental	Política Ambiental publicada	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Gestão de fornecedores	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Metas ambientais quantitativas	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Transparência na performance ambiental	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Gestão de risco ambiental na política de crédito	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Exclusão de setores específicos	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Adoção dos Guias do Banco do Banco mundial quanto a gestão de riscos ambientais	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Guias de gestão de riscos ambientais da OESO	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
Produtos financeiros responsáveis	Investimentos socialmente responsáveis	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Poupanças socialmente responsáveis	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Financiamentos sustentáveis	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Microcrédito	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Serviços de assessoria ambiental	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Produtos climáticos	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Outros produtos sustentáveis	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
Conduta social	Assessoria para atividades de comunidades ou ONGs	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Envolvimento com a comunidade por meio de doações ou voluntariado	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Treinamento e educação	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Diversidade e oportunidades	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Feedback dos colaboradores	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
	Ética nos negócios por meio de um código de conduta	Websites dos bancos, relatório de sustentabilidade
Avaliação do mercado	Listado no DJSI	Dados do Dow Jones Sustainability Indexes
	Listado do FTSE4Good	Dados do FTSE4Good
	Listado no DSI	Dados do DSI
	Listado no ESI	Dados do ESI

Quadro 02 - Matriz de avaliação dos bancos.

Fonte: Scholtens, 2008, p.06.

Ao avaliar a coluna de indicadores do Quadro 02, principalmente no grupo de conduta social, percebe-se que, em alguns casos, os indicadores foram descritos de maneira genérica,

dificultando a identificação de iniciativas que se adéquem a essas linhas. Esse é o caso dos indicadores “Treinamento e educação”, “Diversidade e oportunidades” e “*Feedback* dos colaboradores”. No primeiro, não é possível compreender se o indicador aplica-se somente a iniciativas de cunho socioambiental ou a treinamentos de toda a organização; no indicador “diversidade e oportunidades”, surge a dúvida se a variável diversidade deve ser considerada na contratação de pessoas ou no desenvolvimento de novos produtos, além de o termo “oportunidades” tornar-se muito abrangente quanto não categorizado. No caso do “*Feedback* dos colaboradores”, também não é possível compreender o escopo do termo *feedback*, o qual pode variar de assuntos relacionados à operacionalização do próprio negócio, na linha de novas oportunidades de receita, até condições de trabalho.

Outro ponto que chama a atenção é a necessidade de diversos indicadores para um mesmo tema. Por exemplo, no campo “Código de ética, relatório de sustentabilidade e sistema de gestão ambiental”, cinco são as iniciativas internacionais sobre desenvolvimento sustentáveis apontadas pelos indicadores (ICC, UNEP-FI, Princípios do Equador, Pacto Global, “*Who Cares Wins*”) e duas são as certificações ambientais dadas como importantes (ISO 14001 e EMAS). A dúvida que se instaura refere-se à necessidade de os bancos assinarem todas essas declarações e haver a ocorrência de duas certificações ambientais. Talvez apenas um indicador relacionado ao tema pudesse ser mais aplicável, por exemplo, “possui certificação ambiental” ou “é signatário de algum compromisso voluntário que trate de critérios socioambientais na avaliação de *Project finance*”.

Por outro lado, ao analisar os indicadores utilizados por Scholtens (2008) e as melhores práticas apontadas por Jeucken (2001), percebe-se que a matriz de Scholtens (2008) considera todas as suas iniciativas. Porém, quando comparada com a Quadro 01, de Wajnberg e Lemme (2009), é possível verificar duas diferenças: i) consideração da questão social na análise de risco de crédito; e ii) seguro ambiental como uma prática diferenciada.

Em outro estudo desenvolvido por Scholtens (2006), são apontadas algumas iniciativas categorizadas por ele como inovadoras e capazes de endereçar problemas socioambientais das operações dos bancos. Algumas delas coincidem com o que já foi posto até então, mas, com relação à gestão de ativos e *investment banking*, o trabalho do autor aponta novas práticas, por meio da inserção de variáveis de sustentabilidade na mensuração da performance de companhias, bem como considera o impacto em seu valor e risco, o engajamento dos acionistas e a avaliação de impactos referentes à sustentabilidade gerados por seus financiamentos.

Já Andrade, Gosling e Lima (2011) afirmam a existência de uma distância entre o discurso e a prática de responsabilidade social dos bancos brasileiros, buscando embasar a sua avaliação no número de processos trabalhistas, volume de doenças ocupacionais e pelos valores das taxas cobradas em empréstimos adquiridos ou dívidas assumidas em cartões de crédito.

O *Global Reporting Initiative* (GRI), organização internacional criada com o objetivo de desenvolver padrões internacionais de mensuração e publicação de relatórios de sustentabilidade, considera que as instituições financeiras devem divulgar as suas práticas de sustentabilidade, seguindo, principalmente, as orientações de dois guias. O primeiro é aplicável a todos os setores de atividade e considera aspectos referentes às dimensões econômica (desempenho econômico, presença no mercado e impactos econômicos indiretos), ambiental (materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transporte) e social, que, por sua vez, é dividido em práticas trabalhistas e trabalho decente (emprego, relações entre trabalhadores e governança, saúde e segurança do trabalho, treinamento e educação, diversidade e igualdade de oportunidades, remuneração equivalente entre homens e mulheres), em direitos humanos (práticas de investimento e processos de compra, não-discriminação, liberdade de associação e negociação coletiva, trabalho infantil, práticas de segurança, direitos indígenas e remediação), em desempenho social referente à sociedade (comunidade, corrupção, políticas públicas, concorrência desleal e conformidade) e em responsabilidade pelo produto (saúde e segurança do cliente, rotulagem, comunicação de marketing, conformidade e *compliance*) (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2011a).

Já o segundo guia pauta-se na especificidade da atuação do setor financeiro e possui indicadores exclusivos para instituições bancárias, conforme é apresentado na Figura 04.

Indicadores do Setor Financeiro – Suplemento setorial GRI
Políticas com especificidades socioambientais aplicáveis às linhas de negócio.
Procedimentos para avaliar e rastrear riscos socioambientais nas linhas de negócio.
Processos para monitorar a implementação, por parte de clientes, de exigências socioambientais pactuadas em contratos e transações.
Processos para melhorar a competência dos colaboradores na implementação de políticas socioambientais nas linhas de negócio.
Interações que considerem riscos e oportunidades socioambientais com clientes e negócios que receberam investimentos.
Percentual da carteira das linhas de negócio, conforme região, tamanho do cliente e setor de atuação.
Valor monetário de produtos e serviços desenhados para endereçar algum benefício social específico por linha de negócio proposta.
Valor monetário de produtos e serviços desenhados para endereçar algum benefício ambiental específico por linha de negócio proposta.
Cobertura e frequência de auditorias para avaliar a implementação de políticas socioambientais e procedimentos de avaliação de risco.
Percentual e número de empresas da carteira com as quais a companhia teve alguma interação no tocante a questões socioambientais.
Percentual de ativos expostos à triagem socioambiental positiva e negativa.
Políticas de voto aplicadas a questões socioambientais, nas quais a companhia possui direito de voto.
Pontos de acesso em áreas pouco povoadas ou em desvantagens econômicas.
Iniciativas para aumentar o acesso a serviços financeiros por pessoas em desvantagens econômicas.
Políticas para o <i>design</i> e venda justa de produtos e serviços.
Iniciativas para melhorar a educação financeira conforme o tipo de cliente.

Figura 04 - Indicadores do Setor Financeiro – Global Reporting Initiative.

Fonte: Global Reporting Initiative, 2011b.

Considerando o primeiro guia do GRI, percebe-se que ele é extenso e orienta as instituições financeiras a considerarem diversos aspectos de sua operação na avaliação e publicação de suas atividades. Por mais que esse guia seja aplicado a todos os setores, é possível identificar algumas similaridades entre o que foi trazido pelos autores estudados até então e o GRI, principalmente, no tocante a questões ambientais da operação de um banco. Por outro lado, indicadores sociais e econômicos do GRI foram além, demonstrando a amplitude que a análise de práticas socioambientais pode atingir. Isso não necessariamente aponta que os estudos desenvolvidos anteriormente estão incompletos, e sim ressalta a importância da definição de limites para esse tipo de trabalho.

Já no tocante ao suplemento setorial do GRI, conforme exposto na Figura 04, percebe-se uma maior especificidade nas práticas e controles indicados. Embora aborde temas anteriormente apontados por outros autores, esse guia mostrou-se mais detalhista na busca de informações quanto à maneira de desenvolvimento das atividades. Um exemplo disso são as políticas que contemplam aspectos socioambientais. Essa prática foi indicada por outros

estudos, porém, no caso do GRI, procurou-se criar um vínculo com as linhas de negócios de uma instituição financeira. Além disso, entre outros aspectos, os indicadores apresentados envolvem processos para monitorar o cumprimento de cláusulas contratuais, percentuais de carteira e ativos, auditorias, o que fortalece o aprofundamento trazido por esse material.

No entanto, é importante salientar que um dos princípios propostos pelo *Global Reporting Initiative* refere-se à questão da materialidade. Esse princípio se propõe a orientar as empresas na identificação dos temas e assuntos significativos de sua atuação para com a sociedade. Pela amplitude que o termo sustentabilidade pode assumir, o GRI acredita que as instituições devem encontrar as variáveis que são importantes de serem medidas, gerenciadas e relatadas, conforme a sua realidade, estratégia e contexto, incluindo-se nesse último a opinião das partes interessadas (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2011a).

3.3.4.1 Compromissos voluntários

Outro movimento importante na sociedade quanto à percepção da influência gerada pelo setor financeiro na economia e no desenvolvimento sustentável dos países foi o surgimento de compromissos voluntários internacionais. Tais documentos emergiram da iniciativa de diversos agentes, como, por exemplo, a sociedade civil, órgãos multilaterais, o banco mundial, entre outros, objetivando, principalmente, desenvolver declarações voluntárias por meio das quais os bancos signatários se comprometeriam publicamente a endereçar.

Em 2003, durante o Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, foi apresentada a *The Collevocchio Declaration*. Pautada na influência do sistema financeiro no progresso econômico do planeta e no seu desafio de endereçar o desenvolvimento sustentável, após ser assinada por mais de 200 organizações da sociedade civil, essa declaração apresentou ao mundo seis compromissos entendidos como fundamentais para a operação do sistema financeiro. Esses compromissos tratam de questões econômicas e socioambientais em suas operações, por meio da definição de indicadores e metas de sustentabilidade para melhorar o perfil da carteira de clientes do ponto de vista de sustentabilidade (exemplos: reduzir a pegada de carbono, aumentar o investimento em “empresas sustentáveis”) e aplicar o princípio da precaução em seus portfólios, procurando potencializar iniciativas socioambientais positivas e

não se envolvendo em transações que causem impactos negativos para a sociedade (COLLEVECCHIO DECLARATION, 2011).

Outros aspectos considerados por essa declaração contemplam a remuneração variável atrelada ao cumprimento de metas referentes à sustentabilidade, a transparência por meio da publicação de informações e respostas às necessidades específicas de suas partes interessadas, o envolvimento dos *stakeholders* na criação de políticas, objetivos e procedimentos referentes à sustentabilidade, e a atuação em políticas públicas e no mercado de modo a proporcionar o desenvolvimento sustentável.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de sua unidade específica que concentra esforços para aliar o tema da sustentabilidade com a performance de organizações do setor financeiro, a UNEP FI (*United Nations Environment Programme Finance Initiative*), estabeleceu a declaração intitulada *UNEP FI Statements* que apresenta três compromissos que devem ser seguidos pelos bancos signatários. Atualmente, esse documento foi assinado por cerca de 200 instituições financeiras (UNEP FI, 2012a) que se manifestaram cientes de que os riscos sociais, ambientais e financeiros podem ser potencializados caso o desenvolvimento não se torne compatível com bem estar humano e o meio ambiente saudável (UNEP FI, 2012b).

Visando a potencializar sua implementação e orientar os bancos signatários dessa declaração, a UNEP FI (2011) desenvolveu um guia que procurou clarificar e mostrar uma interpretação prática do que seria esse documento aplicado ao contexto do setor financeiro. Para tanto, esse documento listou iniciativas como forma de manter a atuação dos bancos alinhada aos compromissos listados na *UNEP FI Statement*, abordando a compreensão dos aspectos chave de sustentabilidade que fazem sentido com o seu negócio e a identificação, sistemática e com o envolvimento de suas partes interessadas, dos impactos diretos e indiretos de seu negócio no meio ambiente e na sociedade.

Além disso, a UNEP FI (2011) também reforçou a necessidade de se possuir política de sustentabilidade e de temas relacionados, contemplando o desenvolvimento sustentável na estrutura de governança da instituição e em sua visão ou missão, inclusive, com objetivos, metas e planos de ação. No que se refere à transparência, essa declaração cita a publicação de relatórios com informações sobre políticas e planos de ação, governança, integração de critérios de sustentabilidade nas operações dos bancos etc. Também se indica que tais publicação sejam verificadas por meio de auditorias internas ou externas.

Para esse documento, também se deve implementar um sistema de gestão de risco socioambiental presente em todas as escalas de negócio, incluindo políticas e/ou

procedimentos específicos para setores, mas excluindo aqueles considerados polêmicos e avaliando o impacto gerado pela cessão de crédito. Para as operações internas dos bancos, esse material explicita que é necessário medir e estabelecer metas para o consumo de energia, água e papel, bem como para a geração de resíduos e emissões de GEE, além de promover a compra de produtos ambientalmente corretos, a aplicação de critérios ambientais em reformas e construção de novos estabelecimentos e a consideração da performance ambiental de fornecedores.

Quanto aos seus negócios, as organizações financeiras precisam desenvolver e aplicar produtos que enderecem aspectos de sustentabilidade no varejo (cartões de crédito verde, empréstimos verdes etc.), nos empréstimos para pequenas, médias e grande empresas (ex.: linhas de crédito socioambientais, serviços de consultoria ambiental etc.), nas operações de *project finance* (envolvimento em projetos de infra-estrutura verdes) e no banco de investimento (fundos socialmente responsáveis, mercado de carbono, etc.).

Os Princípios do Equador, assim nomeados em função da amplitude global de sua aplicação, derivados da construção conjunta entre nove bancos de atuação internacional e o Grupo do *International Finance Corporation*, foi lançado em junho de 2003 com a adesão voluntária de 10 bancos. No mesmo ano de seu lançamento, mais de 40 bancos aderiram a essa iniciativa e, atualmente, 73 instituições financeiras formam o grupo de companhias que assinaram esse protocolo, significando cerca de 70% dos *Project Finances* em mercados emergentes.

Esses princípios são aplicáveis a projetos acima de US\$ 10 milhões (normalmente referem-se a iniciativas de infraestrutura e a grandes projetos industriais), que direcionam as instituições financeiras em duas diferentes formas de atuação, sendo a primeira de negar financiamento a projetos que potencializem a degradação socioambiental das regiões afetadas pela iniciativa e a segunda de promover o desenvolvimento de negócios que trazem impactos positivos do ponto de vista socioambiental para as localidades envolvidas.

Eles se baseiam nos *Performance Standards* do *International Finance Corporation* e nos guias do *World Bank Group Environmental, Health, and Safety*, e promovem a mobilização de seus signatários conforme dez princípios: análise e categorização, avaliação socioambiental, padrões sociais e ambientais aplicáveis, plano de ação e sistema de gestão, consulta e divulgação, mecanismos de reclamação, análise independente, compromissos contratuais, monitoramento independente e divulgação de informações.

Percebe-se que os autores estudados e os materiais analisados elencam diversas iniciativas para concretizar a responsabilidade socioambiental na atuação dos bancos. Esses

conteúdos partem de uma reflexão maior, ao se construir a relação RS com o setor bancário até o foco nas especificidades das práticas para endereçar esse tema, traduzida, por exemplo, em compromissos voluntários.

Porém, como a amplitude do assunto é refletida na vastidão de práticas sobre esse assunto, é importante delimitá-las em blocos para facilitar a compreensão do todo, conforme as estratégias utilizadas por diversos dos autores estudados, a exemplo do Jeucken e Bouma (1999), Scholtens (2008), entre outros. Desse modo, o levantamento realizado por essa revisão bibliográfica procurou proporcionar a esta pesquisa informações para auxiliar na compreensão do tema em tela, bem como embasar a construção de um modelo de análise para atingir o objetivo proposto.

4 METODOLOGIA

Segundo Gil (2001), para que uma pesquisa seja realizada de maneira a possibilitar o confronto dos dados coletados da realidade com as visões teóricas, é necessário estabelecer os modelos que serão utilizados para operacionalizá-la. A partir desse postulado e diante da pergunta de pesquisa deste trabalho **"Quais são as práticas publicadas pelos cinco maiores bancos em total de ativos do setor no Brasil, sob o ponto de vista da responsabilidade socioambiental"**, optou-se por aplicar uma pesquisa documental de caráter descritivo e de natureza quantitativa.

Pautando-se na orientação estabelecida pela pergunta de pesquisa, o objetivo geral deste estudo **visou a compreender as práticas socioambientais dos maiores bancos brasileiras, por meio do estudo de suas iniciativas publicadas em documentos oficiais do biênio 2011/2012**. Marconi e Lakatos (2001) consideram que a finalidade de um trabalho científico deve ser conquistada por meio de objetivos específicos, os quais servem como um guia para o pesquisador conquistar a meta maior, logo, o presente trabalho propôs os seguintes objetivos específicos para alcançar o seu objetivo geral: i) compreender o histórico e os conceitos de desenvolvimento sustentável, bem como os de responsabilidade socioambiental; ii) apresentar as formas de aplicação da responsabilidade socioambiental no setor bancário; e iii) identificar as práticas publicadas em relatórios de responsabilidade socioambiental e em *websites* dos cinco maiores bancos brasileiros em total de ativos.

Para cumprir com o primeiro e segundo objetivo específico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. A partir desse levantamento, foi possível estabelecer um acervo de informações sobre práticas de RS aplicadas a bancos e as formas de elas serem agrupadas. Já o terceiro objetivo específico foi alcançado por meio da pesquisa documental de natureza quantitativa.

Esse método foi aplicado para a identificação das iniciativas de responsabilidade socioambiental nos relatórios oficiais e *websites* dos cinco maiores bancos brasileiros em total de ativos para, em seguida, buscar compreender as práticas de RS publicadas por essas organizações. Na figura 05 é apresentado, de maneira esquemática, como os objetivos deste estudo foram conquistados.

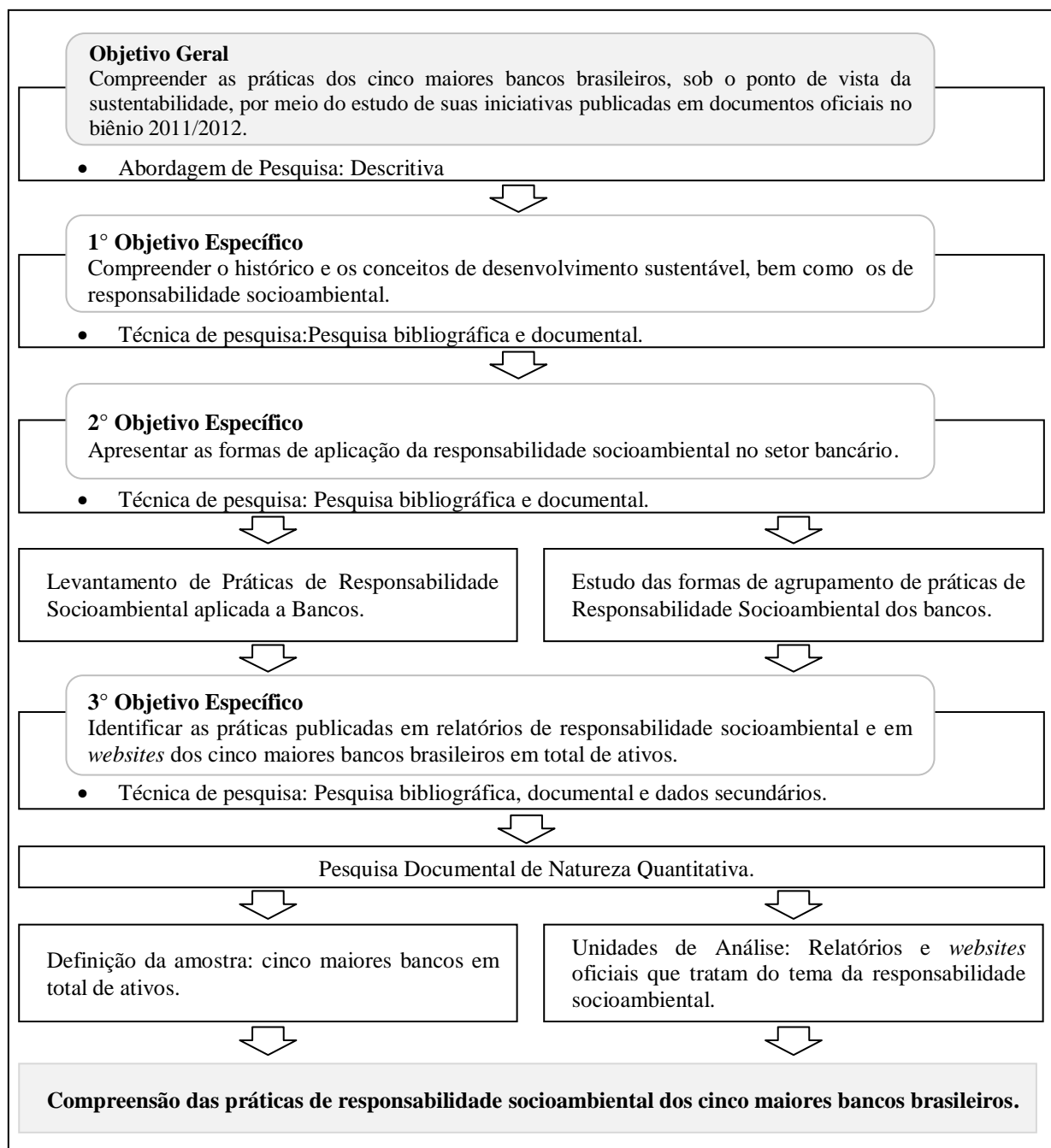


Figura 05 - Métodos utilizados para alcançar o objetivo geral e específicos.
Fonte: Autor.

4.1 Pesquisa documental de caráter descritivo

Uma pesquisa documental se dá por meio de materiais disponibilizados, gratuitamente ou não, e que podem receber um tratamento analítico elaborado ou serem reestruturados com a finalidade de cumprir os objetivos esperados (GIL, 2001). Este método de pesquisa foi empregado para o levantamento das atividades relacionadas a aspectos

socioambientais publicadas pelos bancos analisados neste estudo. Para tanto, foram consideradas os dados secundários disponibilizadas das seguintes maneiras:

a) Documentos oficiais:

- Relatório de Sustentabilidade ou outro documento específico que trate do tema;

b) *Websites* de sustentabilidade dos bancos analisados.

Quanto aos relatórios, foram utilizados os materiais com informações referentes ao ano fiscal de 2011 ou ao biênio 2011/2012. Por outro lado, como a coleta de informações secundárias ocorreu no segundo semestre de 2012, os dados contidos nesses documentos poderiam apresentar uma defasagem de cerca de seis meses, logo, optou-se por incluir os *websites* como fonte complementar de informações. Os *websites* foram acessados em fevereiro de 2013.

Para a identificação e contabilização de práticas de RS, não houve a exigência de elas estarem presentes nos relatórios e nos *websites* dos bancos. Utilizou-se esse critério, já que esses canais de publicação de informações possuem características diferentes, como por exemplo, a frequência de atualização, o público alvo, o objetivo etc., e assim não necessariamente possuem o mesmo conteúdo. Com isso, se uma determinada atividade foi publicada somente no relatório ou somente no *website*, ela foi contabilizada da mesma maneira.

Vale lembrar que este estudo buscou identificar as práticas de RS das cinco maiores organizações do setor bancário brasileiro em um determinado ponto no tempo. Desse modo, esta pesquisa não abordou a evolução da divulgação dessas iniciativas na história das organizações analisadas.

Uma vez definidas as fontes de consulta, optou-se por aplicar a pesquisa descritiva como forma de se processar os dados e analisar as informações geradas. Esse tipo de método procura esclarecer as propriedades, as características e os perfis de determinados grupos, de forma a explicar os fenômenos, por meio do estudo das informações coletadas que respondem a uma seleção de questões sobre o que se espera compreender (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2006; VERGARA, 2004).

De acordo com Sampieri, Collado e Lúcio (2006), esse tipo de pesquisa pretende medir ou coletar informações sobre conceitos ou variáveis e, através de seus resultados, chegar à explicação de tais acontecimentos, por mais que não se tenha esse tipo de compromisso (VERGARA, 2004). Assim, ao aplicar esse método para o presente estudo considerou-se como “grupo” os bancos brasileiros que foram analisados e as suas

propriedades, características e perfil foram avaliados no tocante às suas práticas de RS divulgadas.

Além disso, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006), para se desenvolver esse tipo de pesquisa, o estudo deve definir o que será medido ou quais serão os dados coletados e os agentes envolvidos nas medições (amostra). Também é necessário desenvolver conceitos ou variáveis que serão então avaliados conforme os indicadores estabelecidos. Em relação a essa última questão, Vergara (2004) pontua que é necessário ser criterioso para que os indicadores sejam capazes de mensurar os conceitos selecionados e, ao mesmo tempo, passíveis de terem seus dados coletados.

Os itens que seguem apresentam a forma pela qual foi estabelecida a amostra de bancos, as categorias de avaliação, os conceitos envolvidos e a forma de coleta e compilação das informações.

4.1.1 Universo da amostra

A definição do universo da amostra desta pesquisa pautou-se nos dados disponibilizados pelo Banco Central Brasileiro (2012c). Essa instituição apresenta em seu *website* diversas informações sobre as instituições financeiras brasileiras, inclusive uma listagem com todas aquelas que compõem o sistema bancário brasileiro. Em sua totalidade, a base publicada apresenta os dados de 435 instituições financeiras do país.

Seguindo o método empregado por Wajnberg e Lemme (2009), que procurou obter uma amostra de bancos com um perfil de atuação semelhante, o primeiro filtro aplicado separou as empresas com carteira comercial. Dessa forma, foram retirados da base os bancos que não se enquadravam como Instituições Bancárias Independentes I e Conglomerados Bancários I (conforme citado no item 3.3.1.1), chegando a um montante de 101 instituições financeiras.

Considerando o total de ativos das instituições financeiras restantes, percebeu-se que houve uma concentração de 78,08% dos ativos nas cinco maiores organizações, conforme apresentado na Tabela 01. Dessa forma, optou-se por trabalhar com esses bancos, visto que a sua representatividade no mercado era significativa. No entanto, a listagem de empresas excluídas foi revisitada com a finalidade de verificar se havia alguma instituição financeira

reconhecida por seus trabalhos na área de responsabilidade socioambiental. Conforme análise realizada, nenhuma outra instituição financeira foi identificada como relevante.

Tabela 01- Participação nos ativos totais de instituições bancárias com carteira comercial

Número de Bancos	Participação no Ativo Total
5 maiores	78,08%
10 maiores	88,9%
20 maiores	94,22%
30 maiores	96,87%
40 maiores	98,45%
50 maiores	99,16%
60 maiores	99,60%
70 maiores	99,83%

Fonte:Autor. Adaptado de Banco Central do Brasil, 2012c.

Conforme praticado por Wajnberg e Lemme (2009), o último critério para a seleção da amostra foi a divulgação de informações. Para que a instituição financeira permanecesse no escopo desta pesquisa, ela deveria publicar um relatório com informações referentes à sua atuação socioambiental desenvolvida no Brasil. Além disso, foram consideradas as informações divulgadas referentes ao ano de 2011 ou ao biênio 2011/2012.

Constatou-se que os cinco maiores bancos brasileiros em total de ativos disponibilizaram tais informações em seus relatórios de domínio público. Posto isso, o universo da amostra ficou assim estabelecido:

Banco	Total de Ativos 2011
Banco do Brasil	R\$ 779.303.944
Itaú Unibanco	R\$ 720.313.868
Bradesco	R\$ 562.601.430
Caixa Econômica Federal	R\$ 401.412.490
Santander	R\$ 376.062.156

Quadro 03 - Universo da Amostra.

Fonte:Autor. Adaptado de Banco Central do Brasil, 2012c.

4.1.2 Categorias e conceitos

Tendo em vista que a pesquisa objetiva compreender as iniciativas de RS publicadas pelos maiores bancos brasileiros e que os autores estudados no referencial teórico apontaram práticas de RS distintas, elas foram agrupadas conforme a finalidade de sua aplicação. Dessa forma, estabeleceram-se quatro categorias: Transparência em RS; Autodeclaração e Governança em RS; RS nas operações do banco; e RS nos negócios. Para cada uma dessas categorias foram enquadradas as práticas levantadas pela literatura e criada a sua conceituação, conforme posto por Sampieri, Collado e Lucio (2006).

Vale ressaltar que o desenvolvimento dos conceitos procurou explicar o significado de cada iniciativa, uma vez que os documentos analisados poderiam apresentar diferentes termos para a mesma prática. Além disso, para fundamentar as atividades listadas, cada uma delas foi relacionada com o autor que as apontou em seus estudos.

Na categoria de Transparência em RS, procurou-se avaliar a maneira pela qual os bancos comunicaram o seu desempenho e seus anseios com relação às suas práticas de RS, considerando a comprovação da veracidade das informações que foram divulgadas (processo de verificação e/ou asseguarção). A Quadro 04 mostra o detalhamento dos indicadores considerados nessa categoria.

Categoria: Transparência em RS		
Indicadores	Conceito	Fonte
Adota algum padrão internacional para o desenvolvimento e publicação do Relatório de sustentabilidade.	Trecho ou parte do relatório de sustentabilidade que confirme que o documento seguiu algum padrão internacional (ex.: <i>Global Reporting Initiative</i>).	<i>Global Reporting Initiative</i> (2011a)
Realiza processo de construção de materialidade (identificação de assuntos relevantes em RS conforme realidade do banco).	Descrição do processo de consulta a partes interessadas para a identificação de assuntos relevantes para a atuação em Responsabilidade Socioambiental da companhia.	<i>Global Reporting Initiative</i> (2011a)
Publica pontos de melhoria e/ou metas em RS que precisam ser alcançadas pelo banco.	Reconhecimento de pontos falhos e/ou de melhorias que precisam ser realizadas; e/ou estabelecem metas relacionadas a RS que explicitem o que se deseja atingir com prazo para cumprimento.	<i>Global Reporting Initiative</i> (2011a); <i>UNEP FI Statement</i>
Publica o que se esperava alcançar, inclusive metas, no tocante a RS e que não foi alcançado.	Descrição de resultados atrelados a RS, inclusive de metas quantitativas e qualitativas sociais e/ou ambientais, que se esperava atingir e que não foram alcançadas.	<i>Global Reporting Initiative</i> (2011a); Scholtens (2008)
Verifica ou assegura o Relatório de Sustentabilidade por terceira parte.	Documento que comprove a verificação por terceira parte do Relatório de Sustentabilidade.	<i>UNEP FI Statement</i> ; <i>Global Reporting Initiative</i> (2011a)

Quadro 04 - Indicadores da categoria de Transparência em RS.

Fonte: Autor.

Na categoria de Autodeclaração e Governança em RS, procurou-se analisar os compromissos relacionados à temática socioambiental assumidos pela instituição. Isso se deu

por meio de acordos voluntários, da publicação de políticas de sustentabilidade e temas afins, da consideração dessa temática em objetivos e missão das companhias. Já no que se refere à Governança, considerou-se as atividades que trataram da formação de uma governança específica para gestão do tema e remuneração variável atrelada a ele (Quadro 05).

Categoria: Autodeclaração e Governança em RS		
Indicadores	Conceito	Fonte
Signatário de compromissos voluntários genéricos.	Compromisso(s) Voluntário(s) genéricos (não desenvolvido especificamente para bancos e/ou instituições financeiras) assinados pela organização.	Scholtens (2008); Jeucken (2001)
Signatário de compromissos voluntários específicos para instituições financeiras.	Compromissos Voluntários específicos para bancos e/ou instituições financeiras (Princípios do Equador, UNEP-FI <i>Statement</i> , <i>Principles for Responsible Investment</i> , Protocolo Verde) assinados pela organização.	Scholtens (2008)
Publica Política de Sustentabilidade.	Documento público que explicita o compromisso da empresa com a sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável. Não se enquadra nesse indicador políticas sobre assuntos específicos derivados do tema (ex.: água, energia, direitos humanos etc).	Scholtens (2008); Jeucken (2001); UNEP FI <i>Statement</i>
Estabelece objetivos para nortear o trabalho em RS desenvolvido pelo banco (ex.: negócios sustentáveis, educação financeira, finanças sustentáveis etc).	Objetivos estratégicos e norteadores para a aplicação de iniciativas de RS, ex.: negócios sustentáveis, educação financeira, finanças sustentáveis etc. Não se enquadra nesse indicador objetivos isolados.	UNEP FI <i>Statement</i>
Considera a Sustentabilidade ou o Desenvolvimento Sustentável na Visão ou Missão do Banco.	Menção da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável na visão ou missão da empresa.	UNEP FI <i>Statement</i>
Estabelece políticas institucionais que tratam de temas relacionados a sustentabilidade.	Menção da existência de políticas sobre assuntos específicos derivados do tema: meio ambiente, mudanças climáticas, biodiversidade, direitos humanos, gênero e diversidade.	UNEP FI <i>Statement</i>
Possui governança específica para o tema de RS	Presença de uma ou mais instâncias para a tomada de decisão quanto a questões de sustentabilidade	UNEP FI <i>Statement</i> ;
Remuneração variável vinculada a aspectos de sustentabilidade	Estrutura de remuneração variável atrelada ao cumprimento de metas referentes a sustentabilidade;	<i>The Collevocchio Declaration</i>

Quadro 05 - Indicadores da categoria de Autodeclaração e Governança em RS.

Fonte: Autor.

As duas categorias detalhadas anteriormente procuraram avaliar o posicionamento institucional das organizações. E, com o intuito de somar subsídios a esse aspecto, as demais categorias buscaram compreender como tais posicionamentos se traduziram em atividades do dia a dia das instituições. Um aspecto importante encontrado foi a inserção de práticas de RS na operação do banco. Nessa categoria, focou-se em práticas de mitigação do impacto direto gerado pelas instituições, logo, consideraram-se os trabalhos de ecoeficiência, os sistemas de gestão ambiental certificados, os aspectos socioambientais para novas unidades (compradas ou construídas), e as iniciativas desenvolvidas com seus fornecedores, conforme apresentado no Quadro 06.

Categoria: RS nas operações do banco		
Indicadores	Conceito	Fonte
Desenvolve iniciativas de ecoeficiência.	Iniciativas que detalhem minimamente o trabalho realizado para a redução do consumo de recursos naturais (ex.: água, energia, papel etc) e/ou geração de resíduos. Não foram consideradas as declarações que não apresentaram o recurso natural envolvido com a iniciativa.	Wajnberg e Lemme (2009)
Possui Sistema de Gestão Ambiental Certificado.	Trecho que cite a existência de certificação ambiental ISO 14001, FSC, EMAS ou Leed.	Scholtens (2008); Jeucken (2001)
Existem Metas ambientais quantitativas (ex. consumo de água e/ou energia, geração de resíduos etc.)	Estabelecimento de metas de redução de consumo recursos naturais e/ou geração de resíduos, e/ou emissões de GEE (metas corporativas ou específicas).	Scholtens (2008); UNEP FI <i>Statement</i>
Considera sistematicamente aspectos socioambientais nos processos de compra ou na construção de novas unidades.	Consideração sistemática de aspectos socioambientais para compra de produtos e equipamentos ou na construção de novas unidades e infraestrutura.	UNEP FI <i>Statement</i>
Utiliza critérios relacionados à RS na contratação e seleção de fornecedores.	Estabelecimento de critérios para a contratação de fornecedores.	Scholtens (2008); UNEP FI <i>Statement</i>

Quadro 06 - Indicadores da categoria de RS nas operações dos bancos.

Fonte: Autor.

Tendo em vista que os impactos indiretos gerados pelas operações de um banco assumem uma importância significativa para a sociedade (EMTAIRAH; HANSSON; HAO, 2005; JEUCKEN; BOUMA, 1999; BANK TRACK, 2007), a categoria Responsabilidade Socioambiental nos Negócios procurou elencar as atividades que buscam inserir aspectos socioambientais na essência dos negócios dessas organizações.

Considerou-se então políticas de risco socioambiental para a cessão de crédito nos diversos segmentos de atuação de um banco, ações específicas com setores da economia que são considerados polêmicos, iniciativas relacionadas à educação ou assessoria financeira, produtos socialmente responsáveis, operações de microcrédito, entre outros.

Categoria: RS nos negócios		
Indicadores	Conceito	Fonte
Possui política ou procedimento de risco socioambiental corporativo para a avaliação de crédito	Documento ou referencia que cite a existência de processo aplicado pela instituição na avaliação de risco socioambiental na cessão de crédito.	Scholtens (2008); Scholtens (2006); Jeucken (2001); <i>Global Reporting Initiative</i> (2011b); <i>The Collevocchio Declaration</i>
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para pequenas empresas, médias e grandes empresas.	Descrição de processo de avaliação de risco socioambiental específico para pequenas, médias e grandes empresas.	UNEP FI <i>Statement</i>
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para operações de atacado.	Descrição de processo de avaliação de risco socioambiental específico de avaliação para as operações de atacado	UNEP FI <i>Statement</i>
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para operações de <i>Project Finance</i> (financiamento acima de US\$ 10 milhões)	Descrição de processo de avaliação de risco socioambiental específico para as operações de <i>Project Finance</i> (financiamento acima de US\$ 10 milhões).	Wajnberg e Lemme (2009); Jeucken (2001); UNEP FI <i>Statement</i>
Não realiza operações financeiras com empresas de setores específicos considerados críticos pela organização.	Existência de setores os quais a instituição não estabelece operação de crédito ou relacionamento comercial.	Scholtens (2008); <i>Collevocchio Declaration</i> ; UNEP FI <i>Statement</i>
Possui política e/ou procedimento específico de concessão de crédito para setores considerados pelo banco como polêmicos e/ou sensíveis.	Existência de políticas e/ou procedimentos de análise de risco socioambiental para setores polêmicos ou sensíveis (ex.: setor de energia, armamentos, agronegócio, amianto, etc).	<i>Collevocchio Declaration</i> ; UNEP FI <i>Statement</i>
Possui política de risco socioambiental específica para clientes Pessoa Física.	Documento ou referência que cite a existência de processo aplicado pela instituição na avaliação de risco socioambiental na cessão de crédito para Pessoa Física.	-
Avalia impacto socioambiental gerado após a cessão de crédito.	Existência e aplicação de metodologia que avalia o impacto socioambiental após as operações de crédito de qualquer segmento de atuação do banco.	Scholtens (2006); UNEP FI <i>Statement</i>
Desenvolve iniciativas de educação financeira e/ou assessoria financeira para clientes e/ou sociedade.	Iniciativas que visem a orientação de clientes e/ou sociedade quanto a finanças pessoais e/ou gestão financeira de negócios.	<i>Global Reporting Initiative</i> (2011b)
Possui produtos de crédito socialmente responsáveis para o segmento Pessoa Física (Varejo).	Produtos relacionados a cessão de crédito no varejo que geram benefícios à sociedade do ponto de vista de sustentabilidade. Consideraram-se benefícios ambientais, de inclusão social e/ou bancária, de apoio a ONGs, direcionados a jovens e/ou deficientes físicos.	Scholtens (2008); Jeucken (2001); Wajnberg e Lemme (2009); UNEP FI <i>Statement</i>
Possui produtos socialmente responsáveis para pequenas, médias ou grandes empresas.	Produtos que enderecem aspectos de sustentabilidade para pequenas, médias e grandes empresas, compreendendo de linhas de crédito de promoção da proteção e/ou conservação ambiental. Também foram considerados nesse indicador produtos com essa característica que não deixaram claro o porte da empresa que ele se refere.	Scholtens (2008); UNEP FI <i>Statement</i>
Possui produtos socialmente responsáveis para o segmento atacado.	Produtos que enderecem aspectos de sustentabilidade para clientes atacado, como linhas de crédito específicas para projetos de infraestrutura que gerem benefícios ambientais.	UNEP FI <i>Statement</i>
Possui produtos socialmente responsáveis no banco de investimentos.	Fundos de investimentos que utilizam variáveis socioambientais na decisão de empresas investidas ou que tenham algum apelo relacionado a sustentabilidade.	Scholtens (2008); UNEP FI <i>Statement</i> ; Wajnberg e Lemme (2009)
Possui operação de Microcrédito.	Operações de microcrédito.	Scholtens (2008); Wajnberg e Lemme (2009)
Desenvolve serviços de assessoria para projetos socioambientais.	Serviços que visem orientar seus clientes com relação a questões socioambientais de seus negócios.	Scholtens (2008)

Quadro 07 - Indicadores da categoria RS nos negócios.

Fonte: Autor.

Tendo em vista que esta pesquisa busca identificar as práticas de responsabilidade socioambiental publicadas pelos maiores bancos brasileiros, as categorias e indicadores estabelecidos neste capítulo servirão como orientadores na busca e compreensão das informações de cada organização.

4.2 Pesquisa quantitativa, coleta e compilação dos dados

A pesquisa quantitativa se justifica quando se pode utilizar a coleta de dados e a sua análise para responder a perguntas de pesquisa que se pautam na confiança da medição numérica, na contagem e no uso da estatística para observar os padrões de comportamento de determinada população (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Uma análise estatística pode ocorrer tanto por meio de variáveis qualitativas quanto por variáveis quantitativas; tudo depende da compreensão de sua característica. Para uma variável qualitativa são atribuídos nomes ou rótulos com o objetivo de identificar os atributos de cada elemento. A variável quantitativa possui dados que requerem valores numéricos e, além disso, pode-se criar categorias e analisar os dados qualitativos por meio do número de observações e/ou a proporção de observações que eles representam em cada categoria definida (ANDERSON; SWEENEY; WILLIAMS, 2007). Creswell (2007) alega que os estudos que utilizam métodos qualitativos e quantitativos, empregados simultaneamente ou sequencialmente, podem ser chamados de pesquisas mistas. Com isso, o autor considera que, nesse tipo de trabalho, o pesquisador coletará informações tanto numéricas quanto textuais para embasar a sua análise e alcançar o seu objetivo.

Considerando a questão principal desta pesquisa – **Quais são as práticas publicadas pelos cinco maiores bancos em total de ativos do setor no Brasil, sob o ponto de vista da responsabilidade socioambiental?** – conclui-se que a definição das quatro categorias qualitativas descritas no item 4.1.1, quando integradas com as informações encontradas a respeito dos objetos de pesquisa (cinco maiores bancos brasileiros), possibilita enumerar a quantidade de observações realizadas para cada categoria. É gerada, assim, uma análise estatística por meio do cálculo de frequência, o que resulta na viabilidade de se compreender as atividades dos bancos amostrados.

4.2.1 Coleta e compilação dos dados

Segundo Unerman, Bebbington e O'Dwyer (2007), a publicação dos relatórios de sustentabilidade seria o resultado da evolução da transparência das empresas para com o mercado e a sociedade, como também uma resposta à nova realidade em que as organizações estariam inseridas. Para esses autores, o relato de informações além dos aspectos financeiros teve início com a divulgação de documentos sobre as condições de trabalho dos funcionários. Depois disso, dados sobre ações sociais e filantrópicas promovidas pelas organizações geraram a necessidade do desenvolvimento de relatórios sociais e, posteriormente, relatórios ambientais. Decorrente do aumento da discussão sobre o tema da responsabilidade socioambiental das instituições, houve a necessidade de criação do relatório de sustentabilidade, o qual, na sua essência, contempla em sua composição os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Nesse sentido, em um primeiro momento foram acessados os *websites* de todos os bancos, buscando-se o documento oficial das instituições que apresentasse as práticas de RS aplicadas durante o período de 2011 ou biênio de 2011/12. Na Quadro 08 são apresentados os documentos encontrados.

Banco	Documento	Fonte do Documento
Banco do Brasil	Relatório Anual 2011	http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2011/port/download/BB_RA11.pdf
Itaú Unibanco	Relatório Anual de Sustentabilidade 2011	http://www.itauunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/pt-br/2011/pdf/RAS_2011.pdf
Bradesco	Relatório Anual de Sustentabilidade 2011	http://www.bradesco.com.br/site/conteudo/download/Download.aspx?file=%7e%2fupload%2f634675164368415000-versao-web-final.pdf
Caixa Econômica Federal	Relatório de Sustentabilidade Caixa 2011	http://www1.caixa.gov.br/relatorio_sustentabilidade/pt/index.html
Santander	Indicadores de Sustentabilidade 2011	http://www.santander.com.br/portal/wps/gcm/package/campanhas/Relatorio_Anual_2011_72653/Relatorio_Anual_2011.pdf

Quadro 08 - Documentos oficiais analisados.

Fonte: Autor.

Objetivando a identificação dos indicadores definidos no item 4.1.1, todos os relatórios foram lidos integralmente. Com a finalidade de registrar e manter a rastreabilidade dos dados, desenvolveu-se um controle para anotar existência da prática em questão e a sua localização no relatório. Logo, à medida que a leitura foi sendo executada e os indicadores

identificados, utilizou-se esse controle para gravar o número da página do documento onde cada informação estava contida. Esse processo foi realizado para todos os bancos estudados e o Apêndice 01 apresenta o seu detalhamento.

A Caixa Econômica Federal disponibilizou o conteúdo do seu relatório de sustentabilidade somente em seu *website*, não havendo nenhum documento em um formato que possibilitasse o registro do número da página em que as práticas foram encontradas. Por esse motivo, as informações de seu relatório foram copiadas para um documento do programa *Word* da *Microsoft* e a leitura e os registros foram realizados a partir dele.

Após a leitura dos documentos, procedeu-se à análise dos *websites* de sustentabilidade de cada instituição. Essa investigação procurou identificar práticas de RS que não haviam sido citadas nos relatórios oficiais dos bancos amostrados. Para manter o registro dessas iniciativas, foi utilizada a palavra “*site*” na coluna destinada à rastreabilidade das informações no Apêndice 01.

Procurou-se acessar o *website* de sustentabilidade dos bancos por meio de sua página principal, porém, a Caixa Econômica Federal apresentou problema no *link* que direcionaria ao seu conteúdo de sustentabilidade. Diante disso, utilizou-se o *website* de busca “Google”, por meio das palavras chave “caixa econômica federal sustentabilidade” para encontrar o endereço eletrônico correto. Com o intuito de organizar a navegação pelas informações disponibilizadas pelas empresas bancárias, havia sido planejada a leitura dos materiais utilizando os *links* disponibilizados no campo “mapa do *site*”, porém, somente o Bradesco apresentou essa opção. Para os demais bancos, os sites foram explorados por meio do “menu principal”.

Com o término da coleta de informações e por meio dos registros realizados no Apêndice 01, foi possível criar um banco de dados, contendo o número total de práticas de cada banco e o volume de iniciativas em cada categoria. Diante disso, para cada organização foi dada uma nota conforme a fórmula abaixo:

$$\text{Nota do banco} = (\text{Número de práticas} / \text{total de indicadores}) \times 10 \quad \dots(1)$$

A partir das informações disponibilizadas por esses materiais, foi possível proceder à análise de resultados desta pesquisa. O item que segue buscou explorar os conteúdos e gerar uma resposta à pergunta principal deste estudo.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÕES

Jeucken (2001) e Scoltens (2008) consideraram em seus trabalhos que a publicação de relatórios ambientais ou de sustentabilidade é uma iniciativa socioambiental importante e, conforme método empregado nesta pesquisa, foi possível constatar que todos os bancos brasileiros analisados realizam essa atividade, seguindo, inclusive, padrões internacionais para esse tipo de publicação.

Além disso, ao avaliar essa característica frente ao contexto do setor bancário brasileiro, um paralelo pode ser realizado diante da circular que foi submetida à audiência pública pelo Banco Central Brasileiro em 2012 (BACEN, 2012). Visto que todos os bancos analisados possuem relatórios de sustentabilidade publicados, eles cumpririam com parte dessa norma. Do mesmo modo, já que quatro das empresas estudadas possuem capital aberto (Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander), percebe-se que elas estariam de acordo com a recomendação feita pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2012).

Por outro lado, como a leitura dos conteúdos dos *websites* foi realizada com o intuito de encontrar possíveis práticas que não haviam sido citadas nos relatórios dos cinco maiores bancos brasileiros, isso possibilitou compreender que, de maneira geral, esses documentos cobriram grande parte dos tipos de iniciativas socioambientais publicadas por essas organizações. O Banco do Brasil e o Bradesco não apresentaram práticas divulgadas somente em seus *websites*; no caso do Itaú Unibanco e da Caixa Econômica Federal, uma prática estava contida somente em seu conteúdo *online*; já o *website* do Santander conteve três iniciativas que foram publicadas exclusivamente nesse canal. Percebe-se, portanto, que não há diferença significativa entre os tipos de atividades publicadas por essas instituições financeiras em seus relatórios anuais – que teoricamente são estáticos – e as práticas disponibilizadas em seus *sites*.

Partindo dos dados tabulados e das notas atribuídas a cada organização no Apêndice 01, o desempenho de todos os bancos juntos, tanto no aspecto geral, quanto para cada categoria, foi calculado por meio da média aritmética, conforme demonstrado pelas fórmulas abaixo.

$$\text{Nota Geral} = \sum \text{Notas dos bancos} / \text{n}^\circ \text{ de bancos} \quad \dots(2)$$

$$\text{Nota Geral por Categoria} = \sum \text{Notas dos bancos por categoria} / \text{n}^\circ \text{ de bancos} \quad \dots(3)$$

Na Figura 06 é apresentado o desempenho individual geral dos bancos analisados, bem como, a média aritmética da amostra dos cinco bancos.

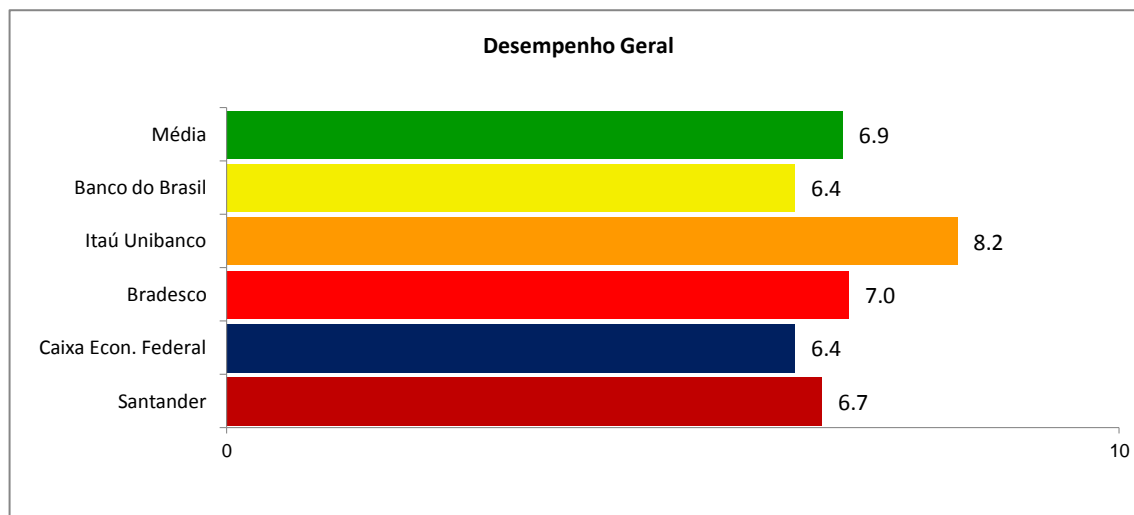


Figura 06 - Desempenho Geral dos maiores bancos brasileiros.
Fonte: Autor.

Conforme a Figura 06, a nota média da amostra foi de 6,9, sendo que três bancos tiveram nota inferior a esse valor e o Bradesco e o Itaú obtiveram uma avaliação superior. O Banco do Brasil, apesar de possuir o maior número de ativos totais (conforme Quadro 03), apresentou o pior desempenho geral juntamente com a Caixa Econômica Federal. Já o Itaú Unibanco assumiu uma nota superior em 1,2 pontos que o segundo colocado (Bradesco) e de 1,8 pontos acima das avaliações mais baixas do Banco do Brasil e Caixa. Por outro lado, percebe-se que, por mais que o Itaú Unibanco tenha se sobressaído, as demais organizações apresentaram um desempenho equilibrado com notas próximas à média.

Apesar de o desempenho geral médio apresentar uma primeira informação sobre o volume de práticas publicadas pelos bancos brasileiros, percebeu-se a necessidade de compreender como foi a distribuição das atividades dentro das categorias estabelecidas. Para tanto, foram desenvolvidos gráficos para ilustrar a média e o desempenho dos bancos para cada grupo de indicadores. Na Figura 07, são apresentadas as notas referentes à Transparência em Responsabilidade Socioambiental.

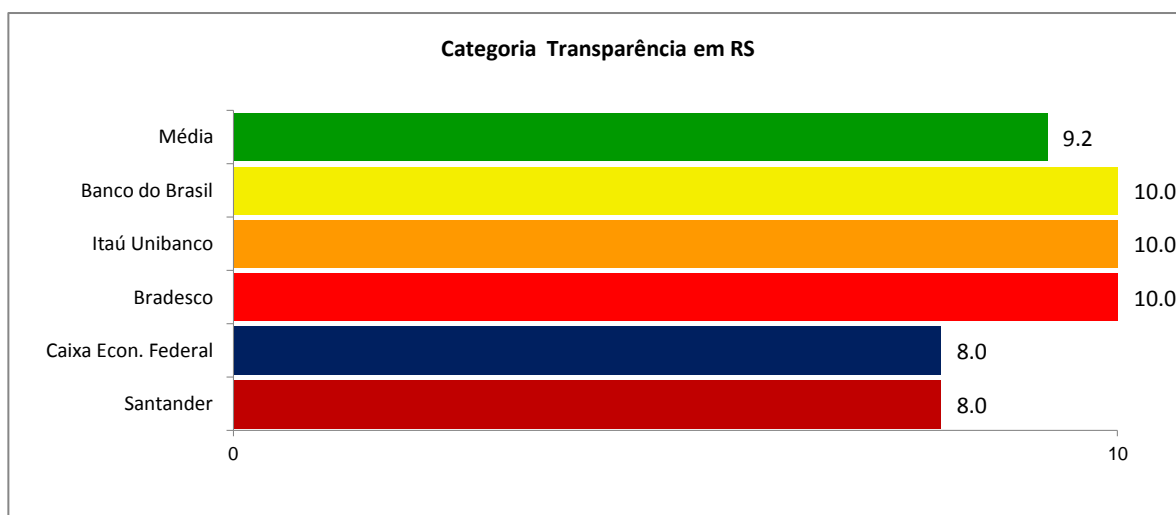


Figura 07- Desempenho na Categoria Transparência em RS.
Fonte: Autor.

A Transparência em RS foi a categoria que apresentou a melhor avaliação média (9,2). Por meio dos dados coletados, foi possível identificar que os maiores bancos brasileiros possuem uma pré-disposição para publicar seus relatórios conforme padrões internacionais, apontar melhorias nas suas práticas referentes ao tema, utilizar-se do trabalho de materialidade para encontrar os assuntos relevantes em RS no seu contexto de atuação e comprovar a veracidade das informações declaradas por meio do processo de verificação ou asseguração por terceiros. Essas práticas foram comuns para todos os bancos estudados, conforme é demonstrado na Quadro 09.

Transparência em RS					
Indicadores	Notas				
	BB	Itaú	Brad	CEF	Sant
	10,0	10,0	10,0	8,0	8,0
Adota algum padrão internacional para o desenvolvimento e publicação do Relatório de sustentabilidade.	x	x	x	x	x
Realiza processo de construção de materialidade (identificação de assuntos relevantes em RS conforme realidade do banco).	x	x	x	x	x
Publica pontos de melhoria e/ou metas em RS que precisam ser alcançadas pelo banco.	x	x	x	x	x
Publica o que se esperava alcançar, inclusive metas, no tocante a RS e que não foi alcançado.	x	x	x		
Verifica ou assegura o Relatório de Sustentabilidade por terceira parte.	x	x	x	x	x

Legenda: BB - Banco do Brasil / Itaú - Itaú Unibanco / Brad - Bradesco / CEF - Caixa Econômica Federal / Sant - Santander.

Quadro 09 - Detalhamento da categoria Transparência em RS.

Fonte: Autor.

Vale ressaltar que os três maiores bancos brasileiros em total de ativos apresentaram todas as práticas consideradas nessa categoria. Por outro lado, não foi encontrada, nas

informações disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal e pelo Santander, a transparência quanto aos anseios do que se era esperado atingir no tocante à RS.

Quanto à Autodeclaração e Governança em RS, que teve por objetivo levantar as iniciativas que demonstrassem os compromissos assumidos pelas organizações na temática da responsabilidade socioambiental, o desempenho dos bancos avaliados e a sua média são expostos na Figura 08.

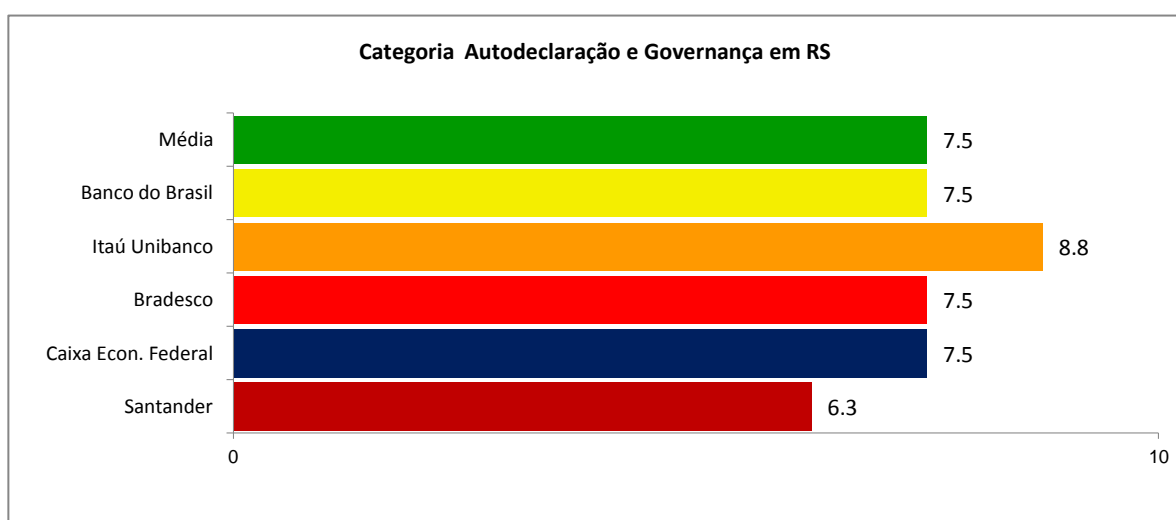


Figura 08 - Desempenho na Categoria Autodeclaração e Governança em RS.

Fonte: Autor.

O banco Itaú Unibanco assumiu um papel de destaque nessa categoria, recebendo a maior nota entre as empresas analisadas, não praticando somente a vinculação da remuneração variável de seus colaboradores com aspectos de sustentabilidade, iniciativa essa que não foi publicada por nenhuma das empresas estudadas. Práticas comuns a todas as empresas foram a adesão a compromissos voluntários genéricos e específicos do setor financeiro, o estabelecimento de objetivos referentes à RS e a presença de uma governança específica para tratar e decidir sobre assuntos de responsabilidade socioambiental.

Autodeclaração e Governança em RS					
Indicadores	Notas				
	BB	Itaú	Brad	CEF	Sant
	7,5	8,8	7,5	7,5	6,3
Signatário de compromissos voluntários genéricos.	x	x	x	x	x
Signatário de compromissos voluntários específicos para instituições financeiras.	x	x	x	x	x
Publica Política de Sustentabilidade.	x	x	x	x	
Estabelece objetivos para nortear o trabalho em RS desenvolvido pelo banco (ex.: negócios sustentáveis, educação financeira, finanças sustentáveis etc).	x	x	x	x	x
Considera a Sustentabilidade ou o Desenvolvimento Sustentável na Visão ou Missão do Banco.	x	x	x	x	
Estabelece políticas institucionais que tratem de temas relacionados a sustentabilidade.		x			x
Possui governança específica para o tema de RS	x	x	x	x	x
Remuneração variável vinculada a aspectos de sustentabilidade					

Legenda: BB - Banco do Brasil / Itaú - Itaú Unibanco / Brad - Bradesco / CEF - Caixa Econômica Federal / Sant - Santander.

Quadro 10 - Detalhamento da categoria Autodeclaração e Governança em RS.

Fonte: Autor.

Por outro lado, somente o Itaú Unibanco e o Santander comunicaram em suas publicações a presença de políticas que trataram de temas relacionados à sustentabilidade, como, por exemplo, diversidade, meio ambiente, gênero, dentre outras. Já o Santander, que teve o pior desempenho nesse critério, foi o único banco que, segundo o seu relatório de sustentabilidade e *website*, não apresentou uma política de sustentabilidade nem considerou o tema na visão ou missão da empresa.

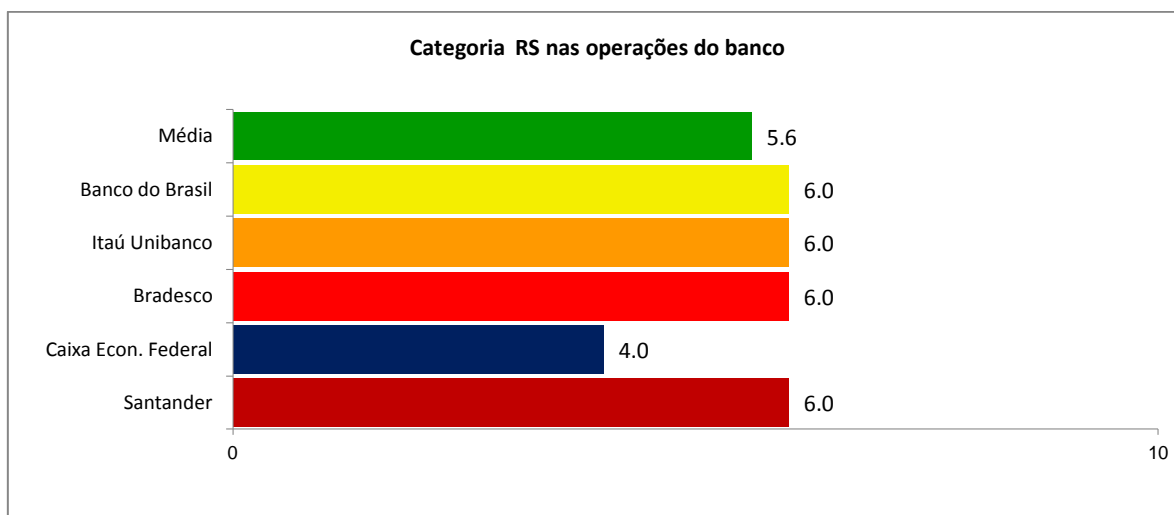


Figura 09 - Desempenho na Categoria RS nas Operações do Banco.

Fonte: Autor.

A categoria que considerou a responsabilidade socioambiental nas operações do setor bancário foi a que obteve a menor nota de todas as estudadas. Embora a dispersão das notas tenha sido a menor entre elas, quatro dos bancos estudados apresentaram o mesmo desempenho e a média não ficou acima da média geral. Nesse sentido, verificou-se, segundo o Quadro 11, que todos os bancos possuem iniciativas de ecoeficiência com foco em redução do consumo de energia, de água, ou de papel, por exemplo, bem como a utilização de critérios socioambientais na seleção e contratação de fornecedores.

RS nas operações do banco					
Indicadores	Notas				
	BB	Itaú	Brad	CEF	Sant
	6,0	6,0	6,0	4,0	6,0
Desenvolve iniciativas de ecoeficiência.	x	x	x	x	x
Possui Sistema de Gestão Ambiental Certificado.	x	x	x		x
Existem Metas ambientais quantitativas (ex. consumo de água e/ou energia, geração de resíduos etc)					
Considera aspectos socioambientais nos processos de compra ou na construção de novas unidades.					
Utiliza critérios relacionados a RS na contratação e seleção de fornecedores.	x	x	x	x	x

Legenda: BB - Banco do Brasil / Itaú - Itaú Unibanco / Brad - Bradesco / CEF - Caixa Econômica Federal / Sant - Santander.

Quadro 11- Detalhamento da categoria RS nas Operações do Banco.

Fonte: Autor.

Conforme demonstrado pela Figura 09 e Quadro 11, a Caixa Econômica Federal foi a empresa que apresentou a menor nota. A sua diferença perante os outros foi a ausência de um sistema de gestão ambiental certificado, ou seja, enquanto todos os outros bancos publicaram que possuem algum tipo de certificação ambiental (ISO 14001, FSC, EMAS ou Leed), a Caixa não citou o desenvolvimento dessa prática nos materiais analisados. Também é importante registrar que, além da Caixa, todos os outros bancos deixaram de considerar em suas iniciativas em RS publicadas, a existência de metas ambientais quantitativas e o estabelecimento sistemático de aspectos socioambientais para compra de materiais ou na construção de novas unidades.

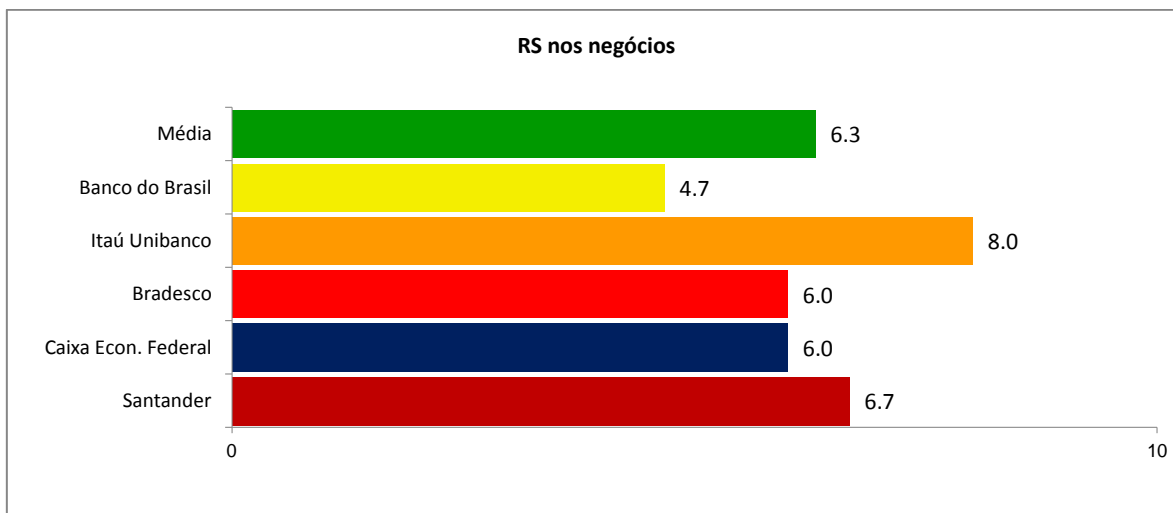


Figura 10 - Desempenho na Categoria RS nos Negócios.
Fonte: Autor.

A categoria de Responsabilidade Socioambiental nos Negócios procurou reunir as atividades relacionadas com o principal impacto socioambiental gerado pelos bancos: a influência indireta da realização de seus negócios. Essa foi a categoria que acumulou o maior número de indicadores (praticamente 50% do total), focando em iniciativas de cunho socioambiental com potencial de diferenciar seus produtos financeiros e análise de risco.

Vale ressaltar que é nessa categoria em que as práticas de responsabilidade socioambiental podem ter a sua amplitude relativizada pelo volume de ativos totais de cada empresa. Ou seja, como o volume de ativos de uma instituição bancária é, grosso modo, derivado da quantidade de dinheiro que ela movimenta, quanto maior o volume de dinheiro transacionado que considere aspectos socioambientais, maior o impacto que a organização consegue alcançar no tema.

Diante das informações encontradas, essa categoria apresentou nota inferior à média geral: respectivamente, 6,3 contra 6,9. Do ponto de vista da inserção de variáveis de RS na avaliação de risco, todos os bancos possuem uma política ou procedimento de avaliação de risco socioambiental para o crédito. Tal característica condiz com as práticas defendidas por diversos autores, por exemplo, Scholtens (2006), Scholtens (2008), Jeucken (2001), Emtairah, Hansson e Hao (2005), entre outros. Além disso, significa que todas as empresas analisadas possuem um processo em que, de alguma forma, são consideradas questões ambientais e sociais de seus clientes.

RS nos negócios					
Indicadores	Notas				
	BB	Itaú	Brad	CEF	Sant
	4,7	8,0	6,0	6,0	6,7
Possui política de risco socioambiental corporativa para a avaliação de crédito	x	x	x	x	x
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para pequenas empresas, médias e grandes empresas.		x	x		x
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para operações de atacado.		x	x	x	x
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para operações de <i>Project Finance</i> (financiamento acima de US\$ 10 milhões)	x	x	x	x	x
Não realiza operações financeiras com empresas de setores específicos considerados críticos pela organização.					x
Possui política e/ou procedimento específico de concessão de crédito para setores considerados pelo banco como polêmicos e/ou sensíveis.		x			
Possui política de risco socioambiental específica para clientes Pessoa Física.					
Avalia impacto socioambiental gerado após a cessão de crédito.		x			
Desenvolve iniciativas de educação financeira e/ou assessoria financeira para clientes e/ou sociedade.	x	x	x	x	x
Possui produtos de crédito socialmente responsáveis para o segmento Pessoa Física (Varejo).	x	x	x	x	x
Possui produtos socialmente responsáveis para pequenas, médias ou grandes empresas.	x	x	x	x	x
Possui produtos Socialmente responsáveis para o segmento atacado.				x	
Possui produtos Socialmente responsáveis no banco de investimentos.	x	x	x	x	x
Possui operação de Microcrédito.	x	x	x	x	x
Desenvolve serviços de assessoria para projetos socioambientais.		x			

Legenda: BB - Banco do Brasil / Itaú - Itaú Unibanco / Brad - Bradesco / CEF - Caixa Econômica Federal / Sant - Santander.

Quadro 12 - Detalhamento da categoria RS nos Negócios.

Fonte: Autor.

Seguindo na linha de avaliação de risco, mais especificamente na sua aplicação conforme o porte dos clientes, identificou-se que nem todos os bancos expõem a existência de práticas considerando esse aspecto. O Itaú Unibanco, o Bradesco e o Santander trabalham com questões socioambientais específicas na avaliação de pequenas, médias e grandes empresas, enquanto que, para o segmento de atacado, somente o Banco do Brasil não apresentou um procedimento direcionado.

Quando avaliadas as operações de *Project Finance*, todos praticam análises socioambientais para esse tipo de negócio. Fato esse que está correlacionado com o indicador

de compromissos voluntários da categoria de Autodeclaração e Governança em RS, o qual mostra que todos os bancos estudados são signatários dos Princípios do Equador.

Quanto ao estabelecimento de relação comercial com setores do mercado, os quais poderiam apresentar aspectos socioambientais exclusivos para as instituições analisadas, somente o Santander não realiza operações financeiras com determinados tipos de indústria. Já o Itaú Unibanco foi o único banco que, apesar de não excluir nenhum setor na efetivação de seus negócios, possui procedimento que avalia as particularidades socioambientais de determinados segmentos de clientes. Porém, no tocante à responsabilidade socioambiental para clientes pessoa física, os materiais analisados não apresentam práticas desse tipo.

Tendo em vista que a legislação brasileira, por meio da Lei 6938/81, pode responsabilizar os bancos por eventos de poluição ambiental ocasionados por seus clientes, pode-se concluir que as maiores organizações do setor bancário brasileiro estão, de certa forma, estruturados para mitigar esse risco, uma vez que todos os bancos apresentaram uma política de avaliação de risco socioambiental para a cessão do crédito. Esse ponto é reforçado pela presença de procedimentos desenhados conforme as características das operações de *Project Finance*, já que, por se tratar de projetos específicos, o impacto ambiental indireto gerado por esse tipo de operação se torna mais claro e facilita a argumentação em uma possível acusação.

A avaliação do impacto socioambiental gerado pela cessão do crédito foi considerada somente pelo Itaú Unibanco, que relatou as análises dos desdobramentos sociais da prática do microcrédito. Por outro lado, o desenvolvimento de iniciativas que procuram compartilhar conteúdo e conhecimento sobre educação financeira vem sendo explorado pelas grandes empresas do setor bancário brasileiro. Todas as organizações apresentaram práticas que dão acesso a seus clientes e não clientes a maneiras de se organizar financeiramente e alcançar suas expectativas, evitando, por exemplo, problemas com endividamento excessivo.

Ao se avaliar a existência de produtos e serviços financeiros com características ambientais, os relatórios e *websites* dos bancos analisados apresentaram diversas iniciativas que contemplaram pessoas físicas e empresas de pequeno, médio e grande porte. Porém, ao se tratar do segmento de atacado, somente a Caixa Econômica Federal deixou clara a presença desse tipo de prática com organizações desse porte. No que engloba o mercado de investimentos, todos os bancos publicaram a existência de produtos com o viés de sustentabilidade.

Já o microcrédito é praticado por todas as organizações analisadas. Porém, vale reforçar a existência da Resolução 4000/2011 do Banco Central Brasileiro que impacta

diretamente os bancos contemplados nessa pesquisa, sendo eles obrigados a direcionar 2% de seus saldos de depósito à vista para esse tipo de operação. Por último, essa categoria procurou identificar a existência de algum tipo de serviço desenvolvido pelos maiores bancos do setor bancário brasileiro que tivesse como objetivo gerar negócio por meio da assessoria quanto a aspectos socioambientais de seus clientes. Somente o Itaú Unibanco apresentou algo do gênero, enquanto os outros bancos se limitaram a produtos e serviços que seguem a lógica convencional do negócio bancário.

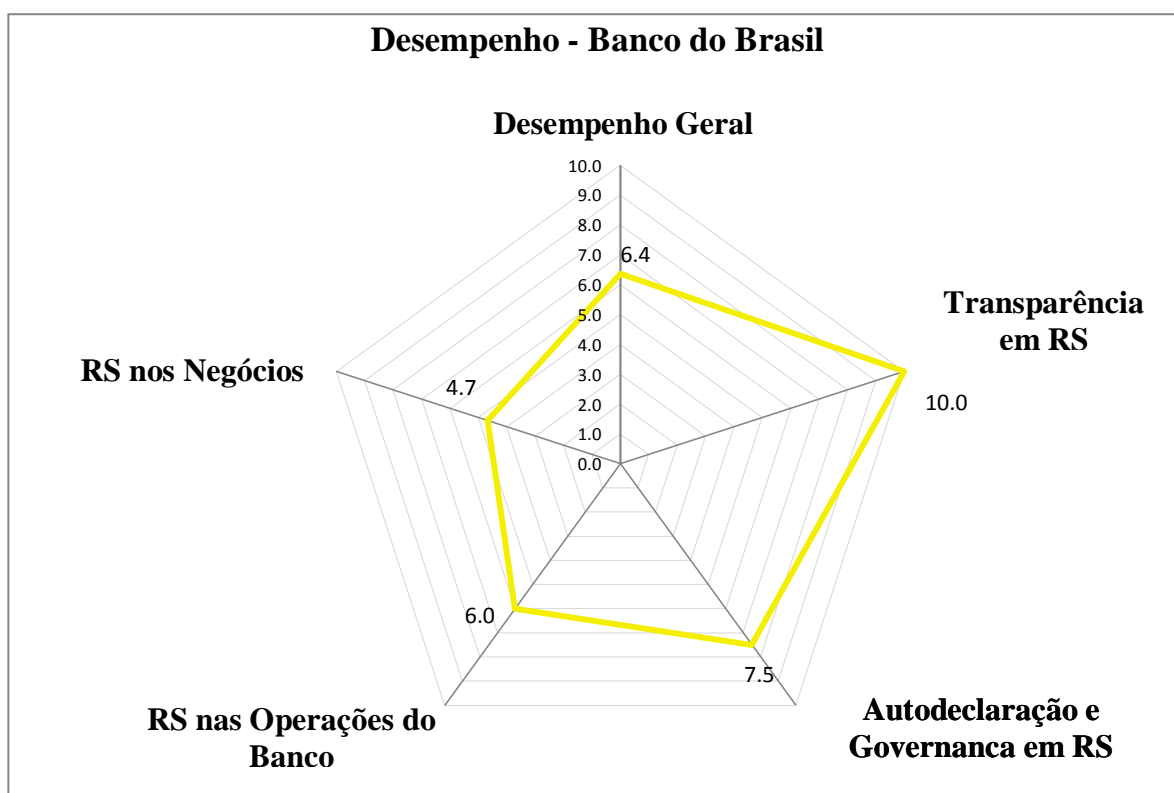


Figura 11- Desempenho do Banco do Brasil.
Fonte: Autor.

O Banco do Brasil, conforme a Figura 11, apresentou grande variação entre as suas notas. Apesar de ter alcançado a nota máxima na categoria sobre transparência, o seu desempenho na inserção da responsabilidade socioambiental nos negócios foi relativamente baixo por não possuir políticas e procedimentos específicos de avaliação do risco socioambiental na cessão do crédito para empresas de tamanhos distintos, bem como para setores ou temas considerados polêmicos pela empresa.

Além disso, este banco poderia melhorar o seu resultado nesse quesito ao considerar o risco socioambiental para pessoas físicas, ao medir o impacto gerado pelo crédito cedido, ao possuir produtos socialmente responsáveis para o segmento de atacado e, por último, ao realizar assessoria socioambiental.

No tocante à Autodeclaração e Governança, assim como em RS nas Operações do banco, as práticas não apresentadas pelo Banco do Brasil seguem o mesmo comportamento de grande parte dos bancos amostrados. Ou seja, políticas específicas de temas relacionados à sustentabilidade, remuneração variável que considere aspectos de RS, metas ambientais quantitativas e variáveis socioambientais nos processos de compras ou construção de novas unidades, são oportunidades para complementar a agenda de RS dessa organização.

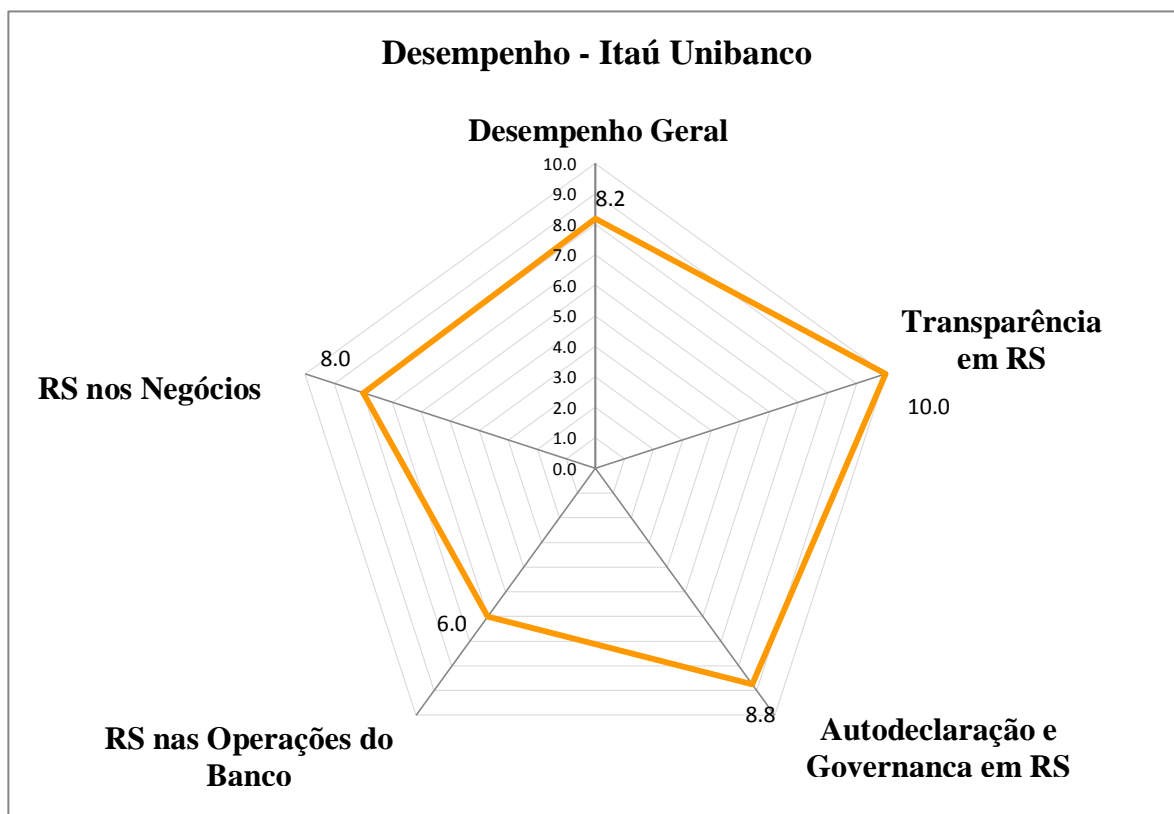


Figura 12 - Desempenho do Itaú Unibanco.
Fonte: Autor.

O Itaú Unibanco, por sua vez, foi o banco que apresentou o melhor desempenho diante dos indicadores e categorias estabelecidos neste estudo. Todas as suas notas estiveram acima da média e das notas dos bancos estudados, logo, a sua pontuação geral de 8,2 foi a maior da amostra. A responsabilidade socioambiental nas operações do banco foi a sua categoria de pior desempenho, porém, a nota obtida foi igual à de grande parte dos bancos avaliados, os quais não apresentaram metas ambientais quantitativas e aspectos socioambientais nos processos de compras ou construção de novas unidades.

Quanto à Autodeclaração e Governança em RS, a remuneração variável atrelada ao desempenho socioambiental foi a prática que faltou para que o Itaú atingisse a nota máxima nessa categoria. Por outro lado, juntamente com o Santander, foram os únicos bancos que

apresentaram políticas referentes a temas relacionados à sustentabilidade. Política de risco socioambiental para pessoas físicas, o não estabelecimento de relações comerciais com setores considerados polêmicos pela empresa e produtos socialmente responsáveis para o atacado são oportunidades em sua atuação na responsabilidade socioambiental nos negócios.

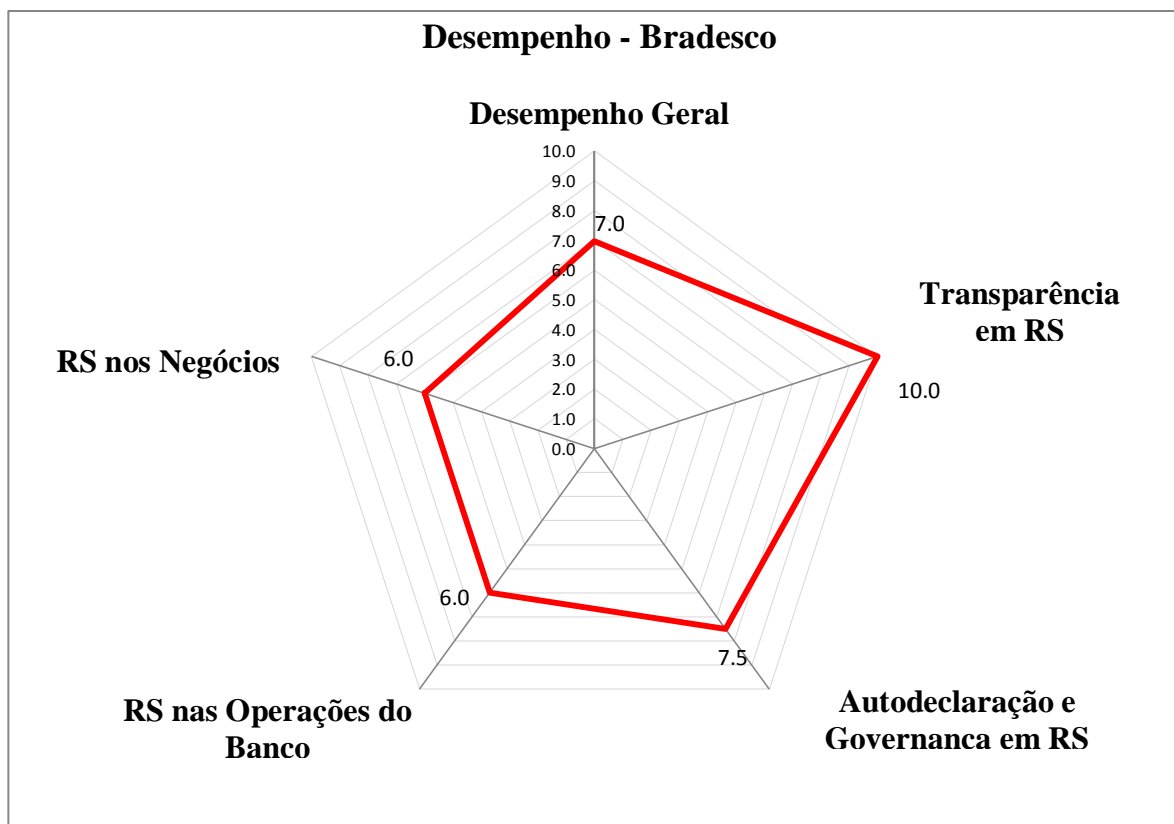


Figura 13- Desempenho do Bradesco.
Fonte: Autor.

Apesar de ser o terceiro maior banco brasileiro em total de ativos, o Bradesco, conforme os critérios estabelecidos nesta pesquisa, apresentou a segunda melhor nota entre os cinco bancos analisados, estando 0,1 ponto acima da média. Assim como o Banco do Brasil e o Itaú Unibanco, ele obteve nota dez no quesito transparência. Seu desempenho na Autodeclaração e Governança em RS foi idêntico ao do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, os quais apresentaram as mesmas práticas e, consequentemente, os mesmos pontos de melhoria: políticas específicas de temas relacionados à sustentabilidade e remuneração variável que considere aspectos de responsabilidade socioambiental.

As práticas de responsabilidade socioambiental nos negócios desenvolvidas pelo Bradesco cumprem com diversos indicadores listados nesta pesquisa, mesmo assim o deixam abaixo da média dos bancos avaliados e com a mesma nota que a Caixa Econômica Federal. Enquanto o Bradesco apresenta políticas ou procedimentos de risco socioambientais para

empresas de pequeno, médio e grande porte, iniciativa que não foi publicada pela Caixa, esta possui produtos socialmente responsáveis para o segmento do Atacado que a diferenciou não só do Bradesco, mas de todos os outros bancos.

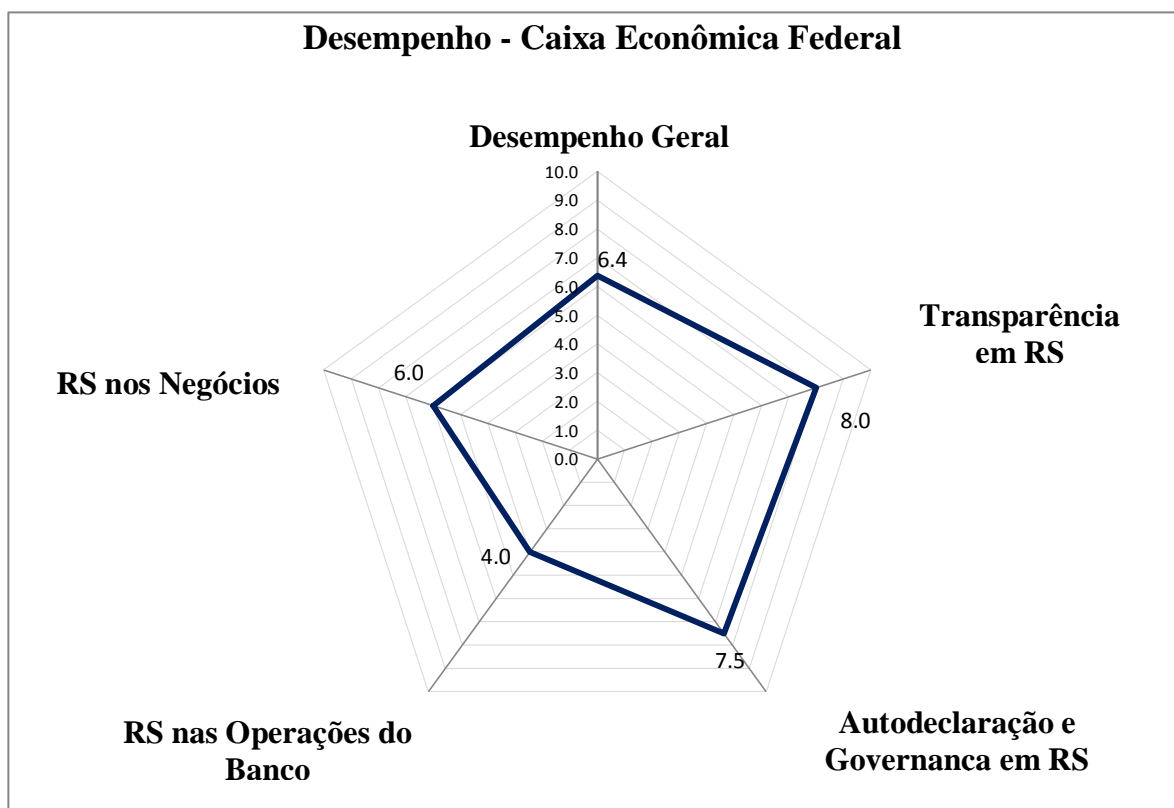


Figura 14- Desempenho da Caixa Econômica Federal.
Fonte: Autor.

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil foram os bancos que obtiveram as notas mais baixas. Porém, o que os diferenciou foram as práticas desenvolvidas no tocante à transparência, RS nas operações e RS nos negócios. No primeiro critério, a Caixa Econômica Federal não deixou claro em seus documentos quais foram os seus pontos falhos ou as melhorias que precisavam ser incorporadas pela organização e que não foram realizadas; porém, cumpriu com os demais itens desse conjunto de indicadores.

Quanto às práticas que endereçam a responsabilidade socioambiental nas operações do banco, a Caixa foi a que obteve o pior desempenho. Além de não publicar metas ambientais nem considerar aspectos socioambientais nos processos de compras, a Caixa Econômica Federal não possui nenhuma instalação com algum tipo de certificado ambiental. Já quanto à RS nos negócios, conforme citado anteriormente, esse banco se diferenciou do Banco do Brasil por possuir política de avaliação de risco socioambiental para o atacado e, também,

produtos socialmente responsáveis para esse mesmo segmento, prática única dentre as organizações analisadas.

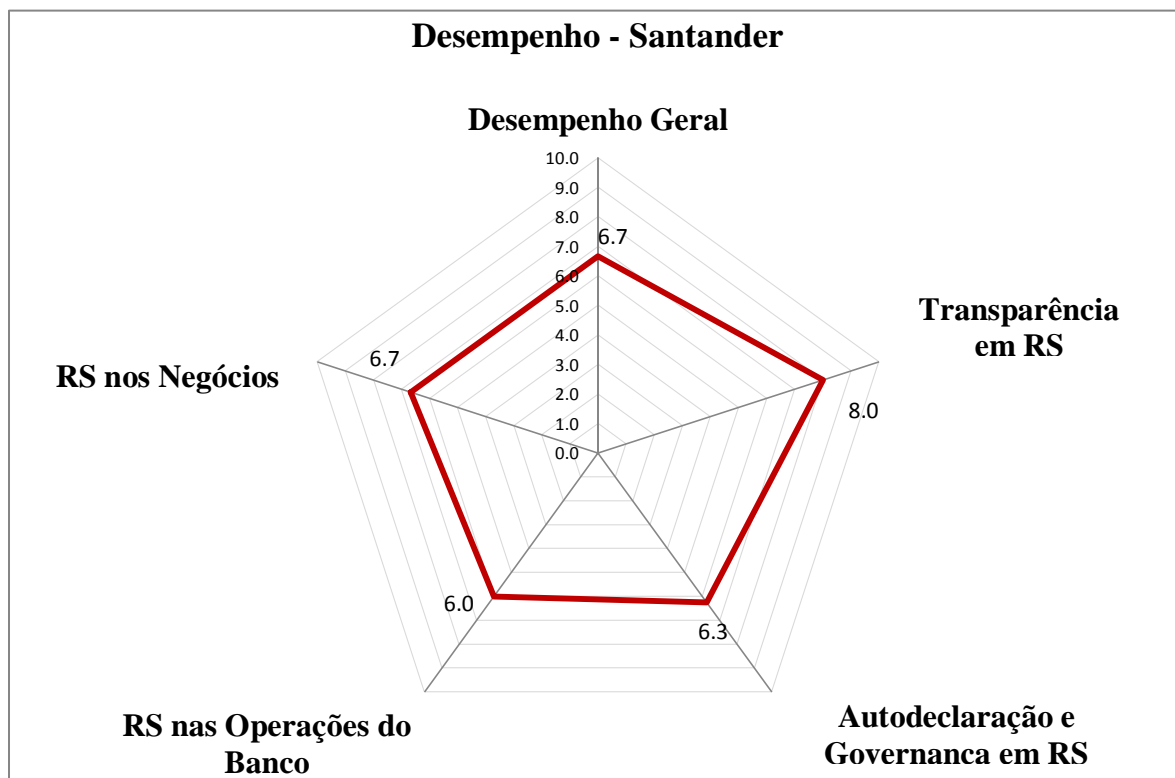


Figura 15- Desempenho do Santander.
Fonte: Autor.

O banco Santander, conforme mostra a Figura 15, foi a organização que apresentou maior equilíbrio entre as notas obtidas em cada categoria e, apesar de possuir praticamente metade do valor de total de ativos que o Banco do Brasil, as suas práticas em RS fizeram que o seu desempenho superasse o maior dos bancos analisados nesse estudo. Outro fato que chamou atenção entre as iniciativas do Santander foi o não estabelecimento comercial com setores considerados críticos pela empresa, sendo o único banco a apresentar essa prática, o que, inclusive, ajudou em sua nota no critério de RS nos negócios.

Por outro lado, esse banco possui diversas oportunidades nos demais grupos de indicadores. Por exemplo, em transparência em RS, juntamente com a Caixa Econômica Federal, ele não apresentou nenhuma melhoria que precisava ser alcançada e que, por algum motivo, não foi. Além disso, no tocante à Autodeclaração, embora possua políticas que tratem de temas relacionados à responsabilidade socioambiental, nenhuma política de sustentabilidade foi encontrada. Já na questão de aspectos de RS nos negócios, alguns exemplos de melhorias são: desenvolvimento de procedimentos para setores considerados críticos pela organização, avaliação do impacto gerado pela sua cessão de crédito,

consideração de riscos socioambientais para clientes pessoas físicas e produtos socialmente responsáveis para o segmento do atacado.

Realizada a análise da perspectiva dos bancos, parte-se para uma avaliação frente aos principais aspectos em RS no setor bancário levantados pelos autores estudados na revisão bibliográfica deste trabalho. Ao se fazer um paralelo com as práticas apontadas pelo estudo desenvolvido por Jeucken (2001), pode-se dizer que o setor bancário do Brasil obteria uma avaliação positiva segundo o método empregado por esse autor. Isso porque a participação em compromissos voluntários, a publicação de relatórios (conforme explorado anteriormente) e de políticas de sustentabilidade, a presença de sistemas de gestão ambiental e de processos de análise de risco socioambiental no crédito, além de produtos e serviços socioambientais, indicadores reforçados por Jeucken (2001) como o estado da arte para as organizações financeiras, foram, também, práticas comuns das maiores organizações do setor bancário brasileiro.

Quanto à pesquisa desenvolvida por Scholtens(2008), quando comparada com o presente estudo, reforça algumas oportunidades, principalmente, nos aspectos de metas ambientais, da transparência em sua performance e da exclusão de setores específicos no relacionamento comercial. No entanto, os compromissos voluntários indicados por Scholtens (2008), *ICC Business Charter Sustainable* e o *Who Cares Wins*, não foram encontrados como práticas dos bancos brasileiros. O mesmo aconteceu para a certificação ambiental EMAS e na utilização de guias internacionais para a avaliação de risco socioambiental, uma vez que o setor brasileiro utilizou-se da norma ISO 14001 e Leed para orientar os seus sistemas de gestão ambiental e apresentou políticas e processos específicos que incluem a responsabilidade socioambiental na análise do crédito.

O estudo desenvolvido por Scholtens (2008) apresentou indicadores com grande especificidade, ou seja, se um determinado banco optou por seguir outro compromisso voluntário que fizesse mais sentido para a realidade de seu país, ou decidiu ter uma única certificação ambiental, ele é penalizado, segundo o método do autor. Apesar de a presente pesquisa não contemplar os grupos de Conduta Social e de Avaliação de Mercado abordados por Scholtens (2008), ela considerou um número maior de indicadores ao mesmo tempo em que foi menos exigente quanto à especificidade da prática apresentada. Com isso, um banco que optou por um compromisso voluntário específico do setor financeiro, como o UNEP-FI *Statement* ou o Protocolo Verde, foi pontuado da mesma forma.

No trabalho desenvolvido por Wajnberg e Lemme (2009), por sua vez, percebe-se que todas as práticas por eles apontadas são publicados pelos bancos brasileiros analisados.

Avaliação de riscos socioambientais, microcrédito, fundos socialmente responsáveis e ecoeficiência, conforme discutido anteriormente, são práticas aplicadas por todos os bancos. Ao se tratar de financiamentos socioambientais, mercado de carbono e seguros ambientais, esses foram considerados nos indicadores de produtos socialmente responsáveis para clientes pessoa física e jurídica, nesse último, considerando os seus diferentes tipos de porte.

Retomando o objetivo deste estudo, o qual visa **compreender as práticas publicadas pelos cinco maiores bancos brasileiros, sob o ponto de vista da responsabilidade socioambiental**, pode-se dizer que o setor bancário brasileiro apresenta algumas oportunidades de avanço nessa agenda. Ao se tratar de transparência, praticamente todas as iniciativas buscadas por este estudo foram encontradas, enquanto que, para o aspecto da autodeclaração e governança, existe o desafio de promover o desenvolvimento de políticas específicas que se relacionam com a RS e atrelar a remuneração variável ao cumprimento de aspectos socioambientais.

Tendo em vista que o setor mostrou-se ativo em relação a práticas de ecoeficiência e a sistemas de gestão ambientais certificados, ficou destoante a falta de metas ambientais quantitativas, uma vez que, para o processo de gestão, um compromisso capaz de ser medido e com um prazo para ser alcançado é importante para direcionar o trabalho. Outro desafio para as operações do setor e que geram impacto direto na sociedade e no meio ambiente é a consideração de aspectos socioambientais em seus processos de compra e construção de novas unidades.

Quanto à gestão de risco socioambiental, as práticas dos bancos brasileiros cobrem minimamente esse aspecto. Todos eles, de uma forma específica, conforme o porte da empresa, ou de uma maneira mais genérica, por meio de uma política corporativa, apresentam processos que consideram variáveis socioambientais na avaliação de empresas e projetos na cessão do crédito. Porém, potencializar a sua influência em setores sensíveis do ponto de vista social e/ou ambiental, negando o relacionamento comercial ou desenvolvendo análises específicas conforme a atividade em questão, ainda é uma oportunidade de melhoria. O mesmo se aplica na consideração desse tipo de aspecto para clientes pessoa física.

Os maiores bancos brasileiros também se mostram atentos aos produtos e serviços financeiros que apresentam algum tipo de adicionalidade socioambiental. Com exceção do segmento de atacado, todos os outros foram contemplados por algum tipo de prática que cobrisse essa demanda. Por outro lado, o desenvolvimento de serviços de assessoria para projetos socioambientais pode ser visto como uma oportunidade de mercado, uma vez que a participação dos bancos nesse tipo de trabalho ainda é baixa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

O presente estudo se propôs a compreender as práticas de RS publicadas pelos cinco maiores bancos brasileiros. A aplicação da pesquisa documental de caráter descritivo e de natureza quantitativa proporcionou uma leitura sobre as iniciativas e os desafios das organizações do setor bancário brasileiro, conforme descrito no final do capítulo anterior. Além disso, possibilitou a identificação de peculiaridades de suas operações dentro do contexto da responsabilidade socioambiental.

Quanto à implicação prática desta pesquisa, os bancos estudados podem vir a utilizar este material como um subsídio na reflexão sobre a sua atuação na agenda da responsabilidade socioambiental. Espera-se que as informações aqui constantes possam demonstrar as semelhanças e diferenças frente a seus concorrentes e possibilitar às organizações identificar as iniciativas com potencial de serem desenvolvidas. Por outro lado, como este estudo terá o seu conteúdo disponibilizado ao público em geral, ele pode ser utilizado pela empresa, em seus processos de negociação internos, como mais uma evidência de que práticas de cunho socioambiental estão sendo consideradas por suas partes interessadas, neste caso, a academia.

No âmbito acadêmico, almeja-se que este trabalho venha a subsidiar algumas reflexões e questionamentos, promovendo novos estudos no campo da responsabilidade socioambiental. No que se refere ao setor bancário, as futuras pesquisas que objetivem avançar neste tema podem se utilizar das práticas aqui listadas e discutidas para analisar outros bancos integrantes do sistema nacional financeiro, possibilitando, inclusive, a comparação com aqueles que foram objetos de estudo desta pesquisa.

Existe, também, a possibilidade de se explorar qualitativamente as iniciativas de responsabilidade socioambientais utilizadas neste trabalho, procurando compreender se essas práticas estão atingindo, e em qual intensidade, o seu propósito frente à RS. Um exemplo seria a avaliação do impacto das iniciativas de educação financeira desenvolvidas pelos bancos, as quais poderiam ser analisadas quanto à efetividade do conteúdo disponibilizado, quanto ao impacto gerado nas finanças pessoais dos indivíduos e, finalmente, se essa prática conduziu a alguma redução de risco para os bancos na avaliação para a cessão do crédito. Outra oportunidade seria os produtos socialmente responsáveis, os quais poderiam ser avaliados quanto ao volume de financeiro trabalhado ou tamanho da carteira e ao impacto socioambiental gerado.

Outra reflexão que surge diante das informações levantadas por este estudo considera o valor percebido pelos clientes quanto às práticas de RS dos bancos. Desse modo, pode-se desenvolver uma pesquisa que procure identificar se as iniciativas de responsabilidade socioambiental geram algum tipo de influência na escolha das pessoas, ao se tornarem clientes de determinadas organizações financeiras. Nessa mesma linha, outra oportunidade a ser explorada abrange a consideração de iniciativas de responsabilidade socioambiental na tomada de decisão de investidores.

Vale também considerar a possibilidade de se utilizar as informações apresentadas neste trabalho para comparar as práticas de RS dos bancos de diferentes países, contribuindo, assim, com a linha de pesquisa iniciada por Jeucken (2001) e Scholtens (2008), que não contemplaram as iniciativas desenvolvidas pelos bancos brasileiros. Porém, vale reforçar a necessidade de se compreender as adaptações do método empregado neste estudo conforme a realidade dos países contemplados.

Considerando que a responsabilidade socioambiental possui uma vasta amplitude e que esta pesquisa se propôs a avaliar uma parte do que tange ao tema, há a oportunidade de se aprimorar a metodologia aqui utilizada para que ela compreenda um número maior de variáveis e traga uma avaliação de outros aspectos da RS, como, por exemplo, a forma como esse tema é tratado internamente, os processos de capacitação de colaboradores, a comunicação interna, o engajamento, as medidas de resultado, entre outros.

Tendo em vista que a aplicação do tema da responsabilidade socioambiental no setor de serviços possui especificidades que lhe faz ser diferente quando comparada com a RS no setor de produção de bens de consumo, por exemplo, este estudo pode vir a contribuir por explorar essa temática nesse tipo de empresa. Vale também considerar a possibilidade de se utilizar esta pesquisa para mapear as peculiaridades das empresas de serviços no tocante a práticas de sustentabilidade e identificar aquelas que podem ser aplicadas em diferentes empresas desse ramo. Por exemplo, pode-se estudar as possíveis sinergias entre as práticas de RS de uma organização de telefonia e de um banco.

Porém, é preciso atentar para a atualidade das informações aqui estudadas. O tema da responsabilidade socioambiental, conforme visto na revisão bibliográfica, apresenta-se ainda em discussão e, em decorrência da evolução das reflexões sobre o assunto, novos conceitos podem surgir e novas práticas de RS podem ser identificadas para o setor bancário. Entende-se, portanto, como necessário que as futuras pesquisas atentem-se aos novos estudos sobre essa temática em busca de novas práticas.

Por fim, espera-se que o presente estudo venha a contribuir para a pesquisa científica por meio da compreensão das práticas de responsabilidade socioambiental desenvolvidas pelos maiores bancos brasileiros e pela promoção de novas reflexões sobre o tema no setor bancário.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. **Estatística aplicada à administração e economia**. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2007.

ANDRADE, M. A. M. de; GOSLING, M.; LIMA, G. C. O. A “Responsabilidade Socioambiental” dos bancos do Brasil. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 168-182, set/dez. 2011.

BACEN. **Edital de Audiência Pública 41/2012, de 13 de Junho de 2012**. Divulga minutas de atos normativos que dispõem sobre a responsabilidade socioambiental das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. 2012. Disponível em:
<https://www3.bcb.gov.br/audpub/Anexos/Download?caminho=/editais/edt_54/EditalAudien ciaPublica41.pdf> Acesso em: 30 nov. 2012.

_____. **Resolução N. 004000, de 25 de agosto de 2011**. Altera e consolida as normas que dispõem sobre a realização de operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. 2011. Disponível em:
<<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=111059306>> Acesso em: 20 jul. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/esc_met.asp> Acesso em: 15 mar. 2012a.

_____. **Composição do Sistema Nacional**. Disponível em:
<<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>> Acesso em: 20 mar. 2012b.

_____. **Estatísticas sobre o SFN**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ESTATSFN>> Acesso em: 15 mar. 2012c.

BANK TRACK. **About Bank Track**. Disponível em: <<http://www.banktrack.org/>> Acesso em: 05 mar. 2012.

_____. **Mind the gap - Benchmarking credit policies of international banks**. Dezembro 2007. Disponível em:
<http://www.banktrack.org/manage/ems_files/download/mind_the_gap/0_071221_mind_the_gap_final.pdf> Acesso em: 05 mar. 2012.

_____. **BNP Paribas AGM: stop funding coal.** Maio 2013. Disponível em: < http://www.banktrack.org/show/news/bnp_paribas_agm_stop_funding_coal_ > Acesso em: 20 maio 2013.

BARBIERI, J. C. et al. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **RAE**, São Paulo, v. 50, n. 2, p.146-154, abr/jun. 2010.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável:** da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARET, P. Le systeme de managment de l'environnement. In: WOLF, D. (Org.). **Le développement durable:** théories et applications au management. Paris: Dunod, 2010. p. 209-226.

BARONE, F. M. et al. **Introdução ao Microcrédito.** Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BEDELL, D. Green Profits. **Global Finance**, New York, v. 25, n. 9, p. 129-130, out. 2011.

BENDASSOLLI, P. F. Entrevista com Oded Grajew. **Gv Executivo**, v. 14, n. 1, p. 10-13, fev./abr. 2005.

BORGER, F. G.; KRUGLIANSKAS, I. Corporate social responsibility and environmental and technological innovation performance: case studies of Brazilian companies. **International Journal of Technology, Policy and Management**, [S.l.], v. 6, n. 4, p. 399-412, dez.2006.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm >. Acesso em: 25 jan. 2013.

CAMPOS, F. M.; LEMME, C. F. Investimento socialmente responsável no mercado de capitais: análise do desempenho de índices internacionais e fundos de ações brasileiros que consideram questões ambientais e sociais. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 15, n.02, p.1-21, mai/ago. 2009.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**, [S.l.], v. 4, n. 4, p. 497-505, out. 1979.

CLIFTON, D.; AMRAN, A. The stakeholder approach: a sustainability perspective. **Journal of Business Ethics**, [S.l.], v. 98, n.1, p.121-136, jan. 2011.

CLUBE DE ROMA. **The story of the Club of Rome**. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/?p=375>>. Acesso em: 29 abr. 2012.

COLLEVECCHIO DECLARATION. **Collevecchio Declaration on Financial Institutions and Sustainability**. Disponível em: <<http://www.foe.org/camps/intl/declaration.html>>. Acesso em: 29 out. 2011.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CRESWELL, J. W. **Projetos de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 2. ed. Porto alegre: Artmed, 2007.

CVM. **Instrução CVM nº 480, de 7 Dezembro de 2009**: Dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários. 2009. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?File=%5Cinst%5Cinst480.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

_____. **Ofício-circular/cvm/sep/nº03/2012. Assunto: Orientações gerais sobre a elaboração do Formulário de Referência**. Rio de Janeiro, 09 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/atos/oficios/Oficio_Circular_SEP_n_03-12_%20Formulario_de_Referencia.pdf> Acesso em: 25 ago. 2012.

ECCLES, R.; SERAFIN, G. **The Performance Frontier: “Innovating for Sustainability”**. Suíça, SAM, 2012. Documento em Power Point.

ELABIDI, H.; HAMDI, B. Étude de cas: Des banques préoccupées par le développement durable? Le cas de la société fortis. **Gestion**, Montreal, v. 36, n. 1, p. 66-73, mai. 2011.

ELKINGTON, J. **Canibais de garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

EMTAIRAH, T.; HANSSON, L.; HAO, G. Environmental challenges and opportunities for banks in China. **Greener Management International**, [S.l.], n. 50, p. 85-96, jun. 2005.

EPSTEIN, M. J.; ROY, M. J. Making the business case for sustainability. Linking social and environmental actions to financial performance. **Journal of Corporate Citizenship**, [S.l.], v. 9, p. 79-96, mar. 2003.

FEBRABAN. **Bancos e Desenvolvimento Sustentável**. 2011. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Bancos%20e%20Desenvolvimento%20Sustent%20Elvel%20-%20julho%202011.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

FIGGE, F.; HAHN, T. Sustainable value added: measuring corporate contributions to sustainability beyond eco-efficiency. **Ecological Economics**, [S.l.], 48, n.2, p. 173-187, fev. 2004.

FINANCIAL TIMES. **FT Sustainable Banking Awards 2009 - winners announced**. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/2/e1dafa8c-51a4-11de-b986-00144feabdc0.html#axzz2JJQbgVeR>>. Acesso em: 22 jun. 2012b.

_____. **Winners 2010 FT Sustainable Banking awards: winners announced**. Disponível em <<http://www.ft.com/cms/s/2/e1dafa8c-51a4-11de-b986-00144feabdc0.html#axzz2JJQbgVeR>>. Acesso em: 22 jun. 2012c.

_____. **Winners of FT Sustainable Banking Awards Announced**. Disponível em: <<http://www.ifc.org/ifcext/pressroom/ifcpressroom.nsf/1f70cd9a07d692d685256ee1001cdd37/b7f20c2ea96f95a18525718c005133eb?OpenDocument>>. Acesso em: 22 jun. 2012a.

FRIEDMAN, M. **The social responsibility of business is to increase its profits**. New York Times, New York, 1970. Disponível em: <<http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-usiness.html>> Acesso em: 29 abr. 2012.

FSB - FINANCIAL STABILITY BOARD. **Policy Measures to Address Systemically Important Financial Institutions**. 2011. Disponível em: <http://www.financialstabilityboard.org/publications/r_111104bb.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.

G20. **The group of twenty**. Disponível em: <<http://www.g20.org>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

GADIOUX, S. Qu'est-ce qu'une banque responsable? Repères théoriques, pratiques et perspectives. **Management & Avenir**, [S.l.], v. 8, n. 38, p.33-51. 2010.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GLOBAL REPORT INITIATIVES. **Sustainability Reporting Guidelines & Financial Services Sector Supplement**. 2011b. Disponível em:
<<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/FSSS-Complete.pdf>> Acesso em: 25 set. 2011.

_____. **Sustainability Reporting Guidelines**. 2011a. Disponível em:
<<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/G3-Sustainability-Reporting-Guidelines.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2012.

HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. **Creating sustainable value**. Academy of Management Executive, [S.l.], v. 7, n.2, p.56-69, mai. 2003.

HESS, H-J. **CSM/WWF research project: the business case for sustainability: financial services report**. Lausanne: CSM/IMD, 2003. Disponível em:
<<http://www.imd.ch/research/centers/csm/upload/Financial%20Services%20Report.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2011.

JEUCKEN, M. H. A. **Banking and sustainability: slow starters are gaining pace**. 2001. Disponível em: <<http://www.sustainability-in-finance.com/ec-web.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2011.

JEUCKEN, M. H. A.; BOUMA, J. J. The changing environmental of banks. **Greener Management International**, [S.l.], v. 27, n.16, p. 21-34, set. 1999.

KRAEMER, M. E. P. O Balanced scorecard e o seu impacto na contabilidade gerencial. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v.13, n.3, p.53-70, dez. 2002.

LAMARQUE, E. L'influence des valeurs liées à la RSE sur la gouvernance des firmes : le cas des banques mutualistes. In: WOLF, D. (Org). **Le Développement Durable: Théories et Applications au Management**. Paris: Dunod, 2010. p. 69-81.

LAWLER III, E. E.; WORLEY, C. G. Why boards need to change. **MITSlogan, Management Review**, [S.l.], v. 54, n. 1, p. 9-13, set. 2012.

LINS, C.; WAJNBERG, D. **Sustentabilidade corporativa no setor financeiro brasileiro**. Rio de Janeiro, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc-243.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2012.

LÓPEZ, M. V.; GARCIA, A.; RODRIGUES, L. Sustainable development and corporate performance: a study based on the Dow Jones sustainability index. **Journal of Business Ethics**, [S.l.] v.75, n.3, p. 285-300, out. 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATHIEU, A.; SOPARNOT, R. Les stratégies de Développement Durable. In: WOLF, D. (Org.). **Le développement durable**: Théories et applications au management. Paris : Dunod, 2010. p. 115-125.

MAYMO, V.; SALTIEL, V. P. L'intégration du développement durable dans le financement bancaire aux entreprises. **La Revue des Sciences de Gestion**, v. 247/248, p. 139-147, jan./abr. 2011.

Mc WILLIAMS, A.; SIEGEL, D. **Corporate social responsibility**: A theory of the firm perspective. *Academy of Management Review*, [S.l.], v.26, n.1, 117-127, jan. 2001.

MORENO, L. A. Banking on global sustainability. **Americas**, [S.l.], v. 63 n. 2, p. 36-39, mar./abr. 2011.

NEWSWEEK. **Green rankings 2012**: global companies. Disponível em: <<http://www.thedailybeast.com/newsweek/2012/10/22/newsweek-green-rankings-2012-global-500-list.html>>. Acesso em : 24 jan. 2013.

PAULET, E. ; RELANO, F. La Gouvernance des banques éthiques: une recherche de profit optimale. In: MEIER, O.; SCHIER, G. (Org.). **Gouvernance, éthique et RSE**. Paris: Lavoisier, 2009. p. 177-187.

PEDROSO, M. C. Casos Sustentáveis. **GV Executivo**, São Paulo, v. 6, n. 2, p.25, mar./abr. 2007.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Creating shared value. How to reinvent capitalism and unleash wave of innovation and growth. **Harvard Business Review**, [S.l.], p.1-17, jan./fev. 2011.

PORTER, M. E.; LINDE, C. Green and competitive: ending the stalemate. **Havard Business Review**. [S.l.], p. 119-134, set./out. 1995.

PRINCÍPIOS DO EQUADOR. Os "**Princípios do Equador**": Um referencial do setor financeiro para identificação, avaliação e gestão de risco socioambiental no financiamento de projetos. Disponível em: <http://www.equator-principles.com/resources/equator_principles_all_languages.zip>. Acesso em: 29 out. 2011.

PROTOCOLO VERDE. **Protocolo de Intenções que entre si celebram a união, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente e a Federação Brasileira dos Bancos – Febraban**. 2009. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/protocoloverde/PROTOCOLO%20DE%20INTEN%C3%87%C3%95ES.PDF>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

PUPPIM DE OLIVEIRA, J. A. **Empresas na sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

RAHMAN, A. Microcredit initiatives for equitable and sustainable development : who pays ? **World Development**, [S.l.], v. 27, n. 1, p. 67-82. 1999.

REED, D. J. **Stalking the elusive business case for corporate sustainability**. Washington: World Resources Institute, 2001.

REICHBACH, J.; LOCKWOOD, C. Viewing sustainability as business opportunity. **American Banker**, [S.l.], v. 172, n.248, p. 1-3, dez. 2007.

ROCA, L. C., SEARCY, C. An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. **Journal of Cleaner Production**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 103-118, jan. 2012.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Garamont, 2000.

SAM. **The Sustainability Yearbook 2012**. 2012. Disponível em: <<http://www.robecosam.com/images/sam-yearbook-2012-final.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTANDER BRASIL. **Faro fino e olho vivo. Encontros de sustentabilidade**: como a sustentabilidade gera negócio. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://sustentabilidade.bancoreal.com.br/cursos/Documents/Artigo_Palestra_Leo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

SCHOLTENS, B. Corporate social responsibility in the International Banking Industry. **Journal of Business Ethics**, [S.l.], v. 86, n.2, p.159-175, mai. 2008.

_____. Finance as a driver of corporate social responsibility. **Journal of Business Ethics**, [S.l.], v. 68, n.1, p.19-33, set. 2006.

SCHOLTENS, B.; LAMMERTJAN, D. Banking on the Equator. Are banks that adopted the Equator principles different from non-adopters? **World Development**, [S.l.], v. 35, n. 8, p. 1307–1328, ago. 2007.

SCHWARTZ, M. S.; CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: a three-domain approach. **Business Ethics Quarterly**, [S.l.], v. 13, n.4, p. 503-530, out. 2003.

STEGER, U. **The business of sustainability**: building industry cases for corporate sustainability. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

TORRES, A.; et al. Generating global brand equity through corporate social responsibility to key stakeholders. **International Journal of Research in Marketing**, [S.l.], v. 29, n.1, p.13-24, mar. 2012.

UNEP FI - UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME FINANCE INITIATIVE. **UNEP FI guide to banking & sustainability**. October 2011. Disponível em: <http://www.unepfi.org/fileadmin/documents/guide_banking_statements.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. **About UNEP FI**. Disponível em: <<http://www.unepfi.org/about/index.html>>. Acesso em: 10 mar. 2012a.

_____. **UNEP Statement of Commitment by Financial Institutions (FI) on sustainable development**. Disponível em: <http://www.unepfi.org/fileadmin/s'tatements/UNEPFI_Statement.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2012b.

UNERMAN, J.; BEBBINGTON, J.; O'DWYER, B. **Sustainability accounting and accountability**. London: Routledge, 2007.

VAN MARREWIJK, M. Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: between agency and communion. **Journal of Business Ethics**, [S.l.], v. 44, n. 2-3, p. 95-105, mai. 2003.

VEIGA, J. E. "Canibais" insistem em não usar todos os talheres dos civilizados. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 set. 2011. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/151_Resenha-Elkington-27set11.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2012.

_____. **A emergência socioambiental**. São Paulo: SENAC, 2007.

_____. **Desenvolvimento sustentável – o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WADDOCK, S. Parallel universes: companies, academics, and the progress of corporate citizenship. **Business and Society Review**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 5-42, mar. 2004.

WAINBERG, D.; LEMME, C. F. Exame da divulgação do relacionamento entre iniciativas socioambientais e desempenho financeiro corporativo nos bancos brasileiros. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2009.

WBCSD - WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Visão 2050**. WBCSD, fev. 2010.

WHO CARES WINS. **Connecting financial markets to a changing world**. [S.l.]: United Global Compact, 2003.

WILNER, A. Crédito responsável. **GV Executivo**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 17-21, nov./dez. 2006.

APÊNDICE A - Fichas de Controle

Banco: Banco do Brasil		Nota: 6,4	
Fontes de Pesquisa			
a. Documento Oficial: Relatório Anual 2011 – http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2011/port/download/BB_RA11.pdf			
b. Websites: site 01. http://www.bb.com.br/portallbb/home29,8305,8305,0,0,1,6.bb (acessado em: 17/02/2013)			
Categoria: Transparência em RS		Nota: 10,0	
Adota algum padrão internacional para o desenvolvimento e publicação do Relatório de sustentabilidade.	X	p.14	
Realiza processo de construção de materialidade (identificação de assuntos relevantes em RS conforme realidade do banco).	X	p.15	
Publica pontos de melhoria e/ou metas em RS que precisam ser alcançadas pelo banco.	X	p.46	
Publica o que se esperava alcançar, inclusive metas, no tocante a RS e que não foi alcançado.	X	p.42	
Verifica ou assegura o Relatório de Sustentabilidade por terceira parte.	X	p.206	
Categoria: Autodeclaração e Governança em RS		Nota: 7,5	
Signatário de compromissos voluntários genéricos.	X	p.68/69	
Signatário de compromissos voluntários específicos para instituições financeiras.	X	p.68/70	
Publica Política de Sustentabilidade.	X	p.62	
Estabelece objetivos para nortear o trabalho em RS desenvolvido pelo banco (ex.: negócios sustentáveis, educação financeira, finanças sustentáveis etc).	X	p.45	
Considera a Sustentabilidade ou o Desenvolvimento Sustentável na Visão ou Missão do Banco.	X	p.07	
Estabelece políticas institucionais que tratem de temas relacionados a sustentabilidade.			
Possui governança específica para o tema de RS	X	p.54	
Remuneração variável vinculada a aspectos de sustentabilidade			
Categoria: RS nas operações do banco		Nota: 6,0	
Desenvolve iniciativas de ecoeficiência.	X	p.92/137/ 138/139/140	
Possui Sistema de Gestão Ambiental Certificado.	X	p.46	
Existem Metas ambientais quantitativas (ex. consumo de água e/ou energia, geração de resíduos etc)			
Considera aspectos socioambientais nos processos de compra ou na construção de novas unidades.			
Utiliza critérios relacionados a RS na contratação e seleção de fornecedores.	X	p.135	
Categoria: RS nos negócios		Nota: 4,7	
Possui política ou procedimento de risco socioambiental corporativo para a avaliação de crédito	X	p.78/165	
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para pequenas empresas, médias e grandes empresas.			
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para operações de atacado.			
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para operações de <i>Project Finance</i> (financiamento acima de US\$ 10 milhões)	X	p.79/169	
Não realiza operações financeiras com empresas de setores específicos considerados críticos pela organização.			
Possui política e/ou procedimento específico de concessão de crédito para setores considerados pelo banco como polêmicos e/ou sensíveis.			
Possui política de risco socioambiental específica para clientes Pessoa Física.			
Avalia impacto socioambiental gerado após a cessão de crédito.			
Desenvolve iniciativas de educação financeira e/ou assessoria financeira para clientes e/ou sociedade.	X	p.129/179	
Possui produtos de crédito socialmente responsáveis para o segmento Pessoa Física (Varejo).	X	p.141/159//178/179	
Possui produtos socialmente responsáveis para pequenas, médias ou grandes empresas.	X	p.163/166/190	
Possui produtos Socialmente responsáveis para o segmento atacado.			
Possui produtos Socialmente responsáveis no banco de investimentos.	X	p.186/187	
Possui operação de Microcrédito.	X	p.158/160	
Desenvolve serviços de assessoria para projetos socioambientais.			
Nota Geral: (21 práticas /33 indicadores) x 10 = 6,4			

Banco: Itaú Unibanco		Nota: 8,2
Fontes de Pesquisa		
a. Documento Oficial: Relatório Anual de Sustentabilidade 2011 - http://www.itaunibanco.com.br/relatoriosdesustentabilidade/pt-br/2011/pdf/RAS_2011.pdf		
b. Websites: site 01. http://ww2.itaunibanco.com.br/sustentabilidade (acessado em: 17/02/2013)		
Categoria: Transparência em RS		Nota: 10,0
Adota algum padrão internacional para o desenvolvimento e publicação do Relatório de sustentabilidade.	X	p.5
Realiza processo de construção de materialidade (identificação de assuntos relevantes em RS conforme realidade do banco).	X	p.34
Publica pontos de melhoria e/ou metas em RS que precisam ser alcançadas pelo banco.	X	p.56
Publica o que se esperava alcançar, inclusive metas, no tocante a RS e que não foi alcançado.	X	p.15/19
Verifica ou assegura o Relatório de Sustentabilidade por terceira parte.	X	p.204
Categoria: Autodeclaração e Governança em RS		Nota: 8,8
Signatário de compromissos voluntários genéricos.	X	p.47/57
Signatário de compromissos voluntários específicos para instituições financeiras.	X	p.47/57
Publica Política de Sustentabilidade.	X	p.51
Estabelece objetivos para nortear o trabalho em RS desenvolvido pelo banco (ex.: negócios sustentáveis, educação financeira, finanças sustentáveis etc).	X	p.13
Considera a Sustentabilidade ou o Desenvolvimento Sustentável na Visão ou Missão do Banco.	X	p.42
Estabelece políticas institucionais que tratem de temas relacionados a sustentabilidade.	X	site 01
Possui governança específica para o tema de RS	X	p.40
Remuneração variável vinculada a aspectos de sustentabilidade		
Categoria: RS nas operações do banco		Nota: 6,0
Desenvolve iniciativas de ecoeficiência.	X	p.170 a 175
Possui Sistema de Gestão Ambiental Certificado.	X	p.171
Existem Metas ambientais quantitativas (ex. consumo de água e/ou energia, geração de resíduos etc)		
Considera aspectos socioambientais nos processos de compra ou na construção de novas unidades.		
Utiliza critérios relacionados a RS na contratação e seleção de fornecedores.	X	p.150
Categoria: RS nos negócios		Nota: 8,0
Possui política ou procedimento de risco socioambiental corporativo para a avaliação de crédito	X	p.51
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para pequenas empresas, médias e grandes empresas.	X	p.51/70/75/85
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para operações de atacado.	X	p.51/91
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para operações de <i>Project Finance</i> (financiamento acima de US\$ 10 milhões)	X	p.51/91
Não realiza operações financeiras com empresas de setores específicos considerados críticos pela organização.		
Possui política e/ou procedimento específico de concessão de crédito para setores considerados pelo banco como polêmicos e/ou sensíveis.	X	p.91
Possui política de risco socioambiental específica para clientes Pessoa Física.		
Avalia impacto socioambiental gerado após a cessão de crédito.	X	p.68
Desenvolve iniciativas de educação financeira e/ou assessoria financeira para clientes e/ou sociedade.	X	p.61/69/71/81
Possui produtos de crédito socialmente responsáveis para o segmento Pessoa Física (Varejo).	X	p.60
Possui produtos socialmente responsáveis para pequenas, médias ou grandes empresas.	X	p.72
Possui produtos Socialmente responsáveis para o segmento atacado.		
Possui produtos Socialmente responsáveis no banco de investimentos.	X	p.79
Possui operação de Microcrédito.	X	p.62/63
Desenvolve serviços de assessoria para projetos socioambientais.	X	p.90
Nota Geral: (27 práticas /33 indicadores) x 10 = 8,2		

Banco: Bradesco		Nota: 7,0
Fontes de Pesquisa		
a. Documento Oficial: Relatório Anual de Sustentabilidade 2011 – http://www.bradesco.com.br/site/conteudo/download/Download.aspx?file=%7e%2fuploads%2f634675164368415000-versao-web-final.pdf		
b. Websites: site 01. http://www.bancodoplaneta.com.br/site/ (acessado em: 05/02/2013)		
Categoria: Transparência em RS		Nota: 10,0
Adota algum padrão internacional para o desenvolvimento e publicação do Relatório de sustentabilidade.	X	p.01/60
Realiza processo de construção de materialidade (identificação de assuntos relevantes em RS conforme realidade do banco).	X	p.60
Publica pontos de melhoria e/ou metas em RS que precisam ser alcançadas pelo banco.	X	p. 23/29/37/39/45
Publica o que se esperava alcançar, inclusive metas, no tocante a RS e que não foi alcançado.	X	p.23/29/37/39/45
Verifica ou assegura o Relatório de Sustentabilidade por terceira parte.	X	p.61/66
Categoria: Autodeclaração e Governança em RS		Nota: 7,5
Signatário de compromissos voluntários genéricos.	X	p.6/11/50
Signatário de compromissos voluntários específicos para instituições financeiras.	X	p.6/11
Publica Política de Sustentabilidade.	X	p.8
Estabelece objetivos para nortear o trabalho em RS desenvolvido pelo banco (ex.: negócios sustentáveis, educação financeira, finanças sustentáveis etc).	X	p.7
Considera a Sustentabilidade ou o Desenvolvimento Sustentável na Visão ou Missão do Banco.	X	p.2
Estabelece políticas institucionais que tratem de temas relacionados a sustentabilidade.		
Possui governança específica para o tema de RS	X	p.09
Remuneração variável vinculada a aspectos de sustentabilidade		
Categoria: RS nas operações do banco		Nota: 6,0
Desenvolve iniciativas de ecoeficiência.	X	p.47/48/49
Possui Sistema de Gestão Ambiental Certificado.	X	p.49
Existem Metas ambientais quantitativas (ex. consumo de água e/ou energia, geração de resíduos etc)		
Considera aspectos socioambientais nos processos de compra ou na construção de novas unidades.		
Utiliza critérios relacionados a RS na contratação e seleção de fornecedores.	X	p.07/40/41/42
Categoria: RS nos negócios		Nota: 6,0
Possui política ou procedimento de risco socioambiental corporativo para a avaliação de crédito	X	p.21
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para pequenas empresas, médias e grandes empresas.	X	p.21
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para operações de atacado.	X	p.21
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para operações de <i>Project Finance</i> (financiamento acima de US\$ 10 milhões)	X	p.21
Não realiza operações financeiras com empresas de setores específicos considerados críticos pela organização.		
Possui política e/ou procedimento específico de concessão de crédito para setores considerados pelo banco como polêmicos e/ou sensíveis.		
Possui política de risco socioambiental específica para clientes Pessoa Física.		
Avalia impacto socioambiental gerado após a cessão de crédito.		
Desenvolve iniciativas de educação financeira e/ou assessoria financeira para clientes e/ou sociedade.	X	p.14/16/17
Possui produtos de crédito socialmente responsáveis para o segmento Pessoa Física (Varejo).	X	p.17/18/19/21
Possui produtos socialmente responsáveis para pequenas, médias ou grandes empresas.	X	p.19/51
Possui produtos Socialmente responsáveis para o segmento atacado.		
Possui produtos Socialmente responsáveis no banco de investimentos.	X	p.20
Possui operação de Microcrédito.	X	p.17
Desenvolve serviços de assessoria para projetos socioambientais.		
Nota Geral: (23 práticas /33 indicadores) x 10 = 7,0		

Banco: Caixa Econômica Federal		Nota: 6,4	
Fontes de Pesquisa			
a. Documento Oficial: Relatório de Sustentabilidade Caixa 2011 - http://www1.caixa.gov.br/relatorio_sustentabilidade/pt/index.html			
b. Websites: site 01. http://www12.caixa.gov.br/portal/public/rse/home/ (acessado em: 16/02/2013)			
Categoria: Transparência em RS		Nota: 8,0	
Adota algum padrão internacional para o desenvolvimento e publicação do Relatório de sustentabilidade.	X	p.1	
Realiza processo de construção de materialidade (identificação de assuntos relevantes em RS conforme realidade do banco).	X	p.1/95	
Publica pontos de melhoria e/ou metas em RS que precisam ser alcançadas pelo banco.	X	p.45/95	
Publica o que se esperava alcançar, inclusive metas, no tocante a RS e que não foi alcançado.			
Verifica ou assegura o Relatório de Sustentabilidade por terceira parte.	X	p.124	
Categoria: Autodeclaração e Governança em RS		Nota: 7,5	
Signatário de compromissos voluntários genéricos.	X	p.35	
Signatário de compromissos voluntários específicos para instituições financeiras.	X	P.71	
Publica Política de Sustentabilidade.	X	p.21/55	
Estabelece objetivos para nortear o trabalho em RS desenvolvido pelo banco (ex.: negócios sustentáveis, educação financeira, finanças sustentáveis etc).	X	p.11/64	
Considera a Sustentabilidade ou o Desenvolvimento Sustentável na Visão ou Missão do Banco.	X	p.2	
Estabelece políticas institucionais que tratem de temas relacionados a sustentabilidade.			
Possui governança específica para o tema de RS	X	p.55	
Remuneração variável vinculada a aspectos de sustentabilidade			
Categoria: RS nas operações do banco		Nota: 4,0	
Desenvolve iniciativas de ecoeficiência.	X	p.75	
Possui Sistema de Gestão Ambiental Certificado.			
Existem Metas ambientais quantitativas (ex. consumo de água e/ou energia, geração de resíduos etc)			
Considera aspectos socioambientais nos processos de compra ou na construção de novas unidades.			
Utiliza critérios relacionados a RS na contratação e seleção de fornecedores.	X	site 01	
Categoria: RS nos negócios		Nota: 6,0	
Possui política ou procedimento de risco socioambiental corporativo para a avaliação de crédito	X	p.71	
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para pequenas empresas, médias e grandes empresas.			
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para operações de atacado.	X	p.71	
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para operações de <i>Project Finance</i> (financiamento acima de US\$ 10 milhões)	X	p.71	
Não realiza operações financeiras com empresas de setores específicos considerados críticos pela organização.			
Possui política e/ou procedimento específico de concessão de crédito para setores considerados pelo banco como polêmicos e/ou sensíveis.			
Possui política de risco socioambiental específica para clientes Pessoa Física.			
Avalia impacto socioambiental gerado após a cessão de crédito.			
Desenvolve iniciativas de educação financeira e/ou assessoria financeira para clientes e/ou sociedade.	X	p.59	
Possui produtos de crédito socialmente responsáveis para o segmento Pessoa Física (Varejo).	X	p.66	
Possui produtos socialmente responsáveis para pequenas, médias ou grandes empresas.	X	p.56/67/68/72/73	
Possui produtos Socialmente responsáveis para o segmento atacado.	X	p.72	
Possui produtos Socialmente responsáveis no banco de investimentos.	X	p.75	
Possui operação de Microcrédito.	X	p.11/53	
Desenvolve serviços de assessoria para projetos socioambientais.			
Nota Geral: (21 práticas /33 indicadores) x 10 = 6,4			

Banco: Santander		Nota: 6,7
Fontes de Pesquisa		
a. Documento Oficial: Indicadores de Sustentabilidade 2011- http://www.santander.com.br/portal/wps/gcm/package/campanhas/Relatorio_Anual_2011_72653/Relatorio_Anual_2011.pdf		
b. Websites: site 01. http://sustentabilidade.santander.com.br/default.aspx (acessado em: 16/02/2013)		
Categoria: Transparência em RS		Nota: 8,0
Adota algum padrão internacional para o desenvolvimento e publicação do Relatório de sustentabilidade.	X	p.03
Realiza processo de construção de materialidade (identificação de assuntos relevantes em RS conforme realidade do banco).	X	p.03
Publica pontos de melhoria e/ou metas em RS que precisam ser alcançadas pelo banco.	X	p.45
Publica o que se esperava alcançar, inclusive metas, no tocante a RS e que não foi alcançado.		
Verifica ou assegura o Relatório de Sustentabilidade por terceira parte.	X	p.66
Categoria: Autodeclaração e Governança em RS		Nota: 6,3
Signatário de compromissos voluntários genéricos.	X	p.41
Signatário de compromissos voluntários específicos para instituições financeiras.	X	p.40/41
Publica Política de Sustentabilidade.		
Estabelece objetivos para nortear o trabalho em RS desenvolvido pelo banco (ex.: negócios sustentáveis, educação financeira, finanças sustentáveis etc).	X	p.53
Considera a Sustentabilidade ou o Desenvolvimento Sustentável na Visão ou Missão do Banco.		
Estabelece políticas institucionais que tratem de temas relacionados a sustentabilidade.	X	p.13/14/57
Possui governança específica para o tema de RS	X	site 01
Remuneração variável vinculada a aspectos de sustentabilidade		
Categoria: RS nas operações do banco		Nota: 6,0
Desenvolve iniciativas de ecoeficiência.	X	p.54
Possui Sistema de Gestão Ambiental Certificado.	X	site 01
Existem Metas ambientais quantitativas (ex. consumo de água e/ou energia, geração de resíduos etc)		
Considera aspectos socioambientais nos processos de compra ou na construção de novas unidades.		
Utiliza critérios relacionados a RS na contratação e seleção de fornecedores.	X	p.35
Categoria: RS nos negócios		Nota: 6,7
Possui política ou procedimento de risco socioambiental corporativo para a avaliação de crédito	X	p.43
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para pequenas empresas, médias e grandes empresas.	X	p.43
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para operações de atacado.	X	p.43
Possui política ou processo de risco socioambiental específica para operações de <i>Project Finance</i> (financiamento acima de US\$ 10 milhões)	X	p.44
Não realiza operações financeiras com empresas de setores específicos considerados críticos pela organização.	X	site 01
Possui política e/ou procedimento específico de concessão de crédito para setores considerados pelo banco como polêmicos e/ou sensíveis.		
Possui política de risco socioambiental específica para clientes Pessoa Física.		
Avalia impacto socioambiental gerado após a cessão de crédito.		
Desenvolve iniciativas de educação financeira e/ou assessoria financeira para clientes e/ou sociedade.	X	p.43
Possui produtos de crédito socialmente responsáveis para o segmento Pessoa Física (Varejo).	X	p.44
Possui produtos socialmente responsáveis para pequenas, médias ou grandes empresas.	X	p.43
Possui produtos Socialmente responsáveis para o segmento atacado.		
Possui produtos Socialmente responsáveis no banco de investimentos.	X	p.43
Possui operação de Microcrédito.	X	p.47
Desenvolve serviços de assessoria para projetos socioambientais.		
Nota Geral: (22 práticas/33 indicadores) x 10 = 6,7		